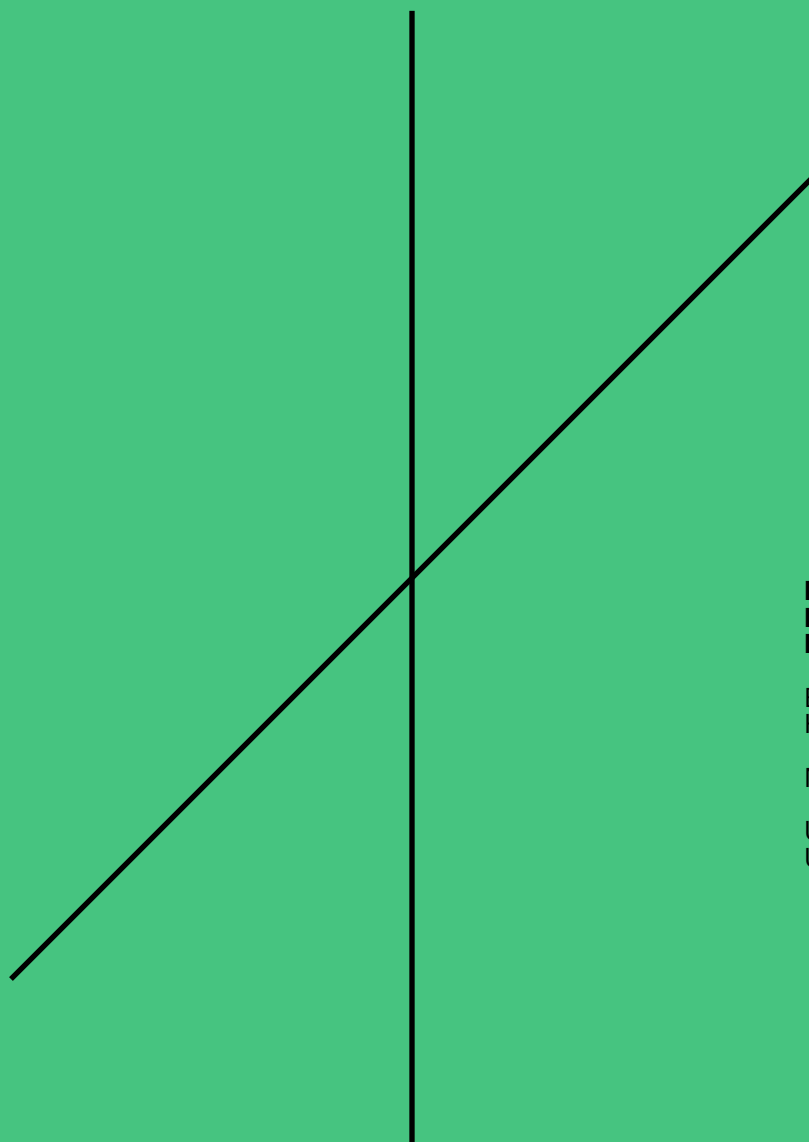


# língua



**Literatura  
História  
Estudos Culturais**

Encruzilhadas  
Históricas

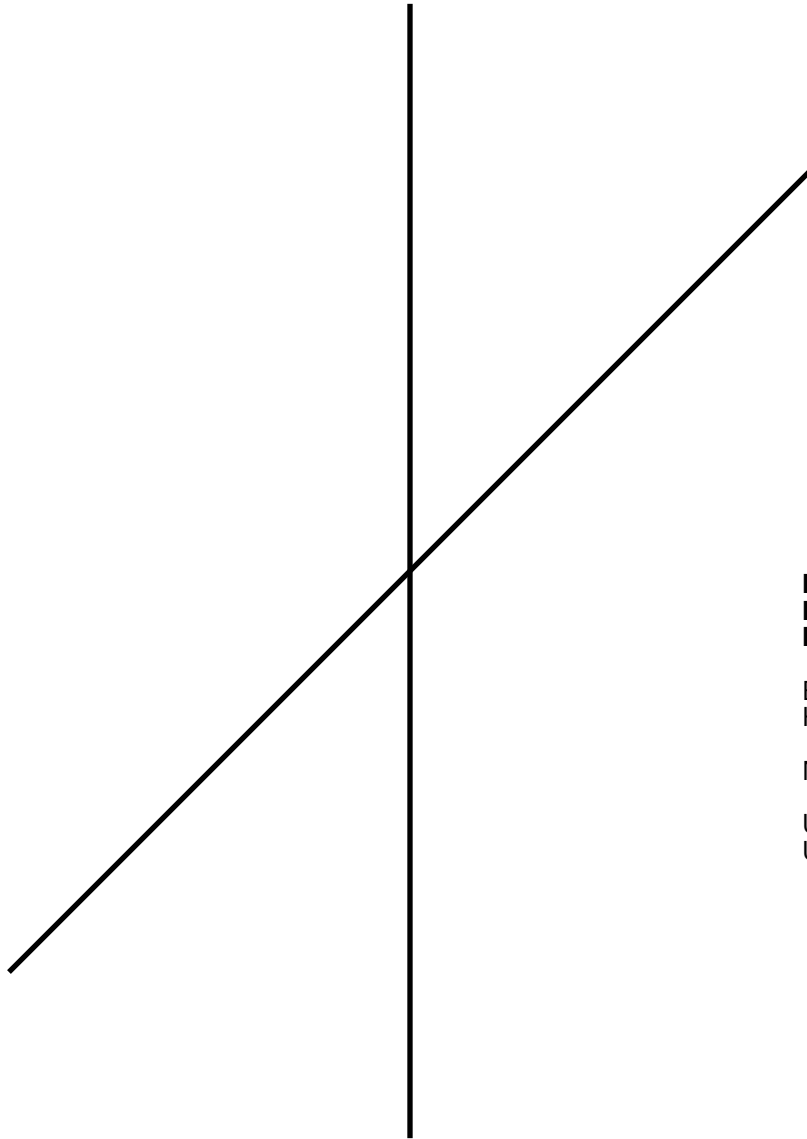
N.03 • junho 2021

Université de Genève  
Universität Zürich

# lugar



# língua



**Literatura  
História  
Estudos Culturais**

Encruzilhadas  
Históricas

N.03 • junho 2021

Université de Genève  
Universität Zürich

# lugar

#### **Comissão editorial**

Alexander Keese Université de Genève . Suíça  
André Masseno Universität Zürich . Suíça  
Eduardo Jorge de Oliveira Universität Zürich . Suíça  
Nazaré Torrão Université de Genève . Suíça  
Pedro Cerdeira Université de Genève . Suíça  
Sofia L. Borges Cátedra Lídia Jorge . Suíça

#### **Conselho científico**

Ana Cristina Chiara Universidade do Estado  
do Rio de Janeiro . Brasil  
António Sousa Ribeiro Universidade de Coimbra . Portugal  
Armelle Enders Paris-8-Vincennes-Saint-Denis . França  
Cláudia Castelo Universidade de Lisboa . Portugal  
Corinne Fournier Kiss Universität Bern . Suíça  
Francisco Noa . Moçambique  
Helena Buescu Universidade de Lisboa . Portugal  
Jens Andermann New York University . EUA  
Jerónimo Pizarro Universidad de los Andes . Colómbia  
José Pedro Monteiro Universidade de Coimbra . Portugal  
Luís Trindade Universidade de Coimbra . Portugal  
Margarida Calafate Ribeiro Universidade de Coimbra . Portugal  
Maria Graciete Besse Sorbonne-Université . França  
Michel Riaudel Sorbonne-Université . França  
Onésimo Teotónio Almeida Brown University . EUA  
Paulo de Medeiros Warwick University . Reino Unido  
Pedro Cardim Universidade Nova de Lisboa . Portugal  
Rita Chaves Universidade de São Paulo . Brasil

#### **Direção artística e Curadoria**

Sofia L. Borges

#### **Design editorial**

Igor Ramos

#### **Secretariado**

Sofia L. Borges

#### **Contactos**

Comissão editorial: [lingua-lugar-edicao@unige.ch](mailto:lingua-lugar-edicao@unige.ch)  
Secretariado: [lingua-lugar-info@unige.ch](mailto:lingua-lugar-info@unige.ch)

#### **Conduta editorial**

A revista *Língua-lugar: Literatura, História, Estudos Culturais* é uma publicação semestral temática, que publica artigos originais, examinados por pares (*peer-review*) de livre acesso, indexada nas bases de dados da UNIGE e disponível para impressão.

#### **ISSN**

2673-5091

#### **Acessível online através do link**

<https://oap.unige.ch/journals/lingua-lugar/index>

#### **Uma edição de**

Cátedra Lídia Jorge  
Unité de portugais, Université de Genève, Suíça  
Parceria Romanisches Seminar, Universität Zürich, Suíça

junho 2021

#### **Apoio**

Joint Seed Funding UNIGE & UZH

A revista *Língua-lugar: Literatura, História, Estudos Culturais* é uma publicação da Université de Genève em colaboração com a Universität Zürich, cujo objetivo é difundir as literaturas e culturas de Portugal, Brasil e países africanos de língua oficial portuguesa. Publicada duas vezes por ano, a revista possui um dossiê temático, ensaios, entrevistas e espaço de criação artística e literária, promovendo assim, um espaço de circulação de textos e de reflexões em língua portuguesa a partir das duas universidades suíças, e aberta à colaboração de investigadores de todo o mundo que trabalhem estes temas. *Língua-lugar* tem como ponto de partida a obra de Herberto Helder, a dicção do falar das coisas, da expressão exata e do lugar preciso da própria literatura e suas relações com a história e com os estudos culturais. Esses campos, por sua vez, fornecem aos estudos literários em português, aspetos socioculturais tais como a dimensão da diáspora, da migração e dos estudos pós-coloniais para os quais a língua, na sua dinâmica estética, social, política e global, se torna um lugar para novos pontos de partida para estudos e debates.



# Índice

08 Editorial André Masseno

---

**Dossiê temático:  
Encruzilhadas Históricas**

- 14 **Encruzilhadas históricas:  
trajetórias de ontem e de hoje** Nazaré Torrão
- 24 **Claridade: movimento de  
emancipação cultural e  
ideológica cabo-verdianas** Alberto Carvalho
- 44 **"Antes da ordem do dia":  
a revolução na Assembleia  
Constituinte** Maria Inácia Rezola
- 66 **O monumento ao jesuíta  
António Vieira, em Lisboa, e o  
debate sobre a "conquista" e a  
colonização portuguesas das  
terras americanas** Pedro Cardim
- 84 **Literaturas africanas,  
história e cultura: uma  
arqueologia radical e diversas  
interrogações** Ana Maria Martinho

## **Varia**

- 102**     **Arte integral, arte coletiva: o caso Mário Cesariny**     Danilo Bueno
- 

## **Lugar de memória**

- 122**     **(Re)escrever a China no século XVI: marcas portuguesas e especificidades no *Discurso de la Navegación* de Bernardino de Escalante**     Victoria Béguelin-Argimón
- 

## **Fora do lugar**

- 140**     **Abram alas no Recital dos Sisudos**     Patrícia Lino
- 

## **Entrevista**

- 150**     **Escrever *contra* os pretensos donos da língua e do mundo: uma entrevista com Ricardo Aleixo**     Eduardo Jorge de Oliveira
- 

- 172**     **Notas Biográficas**



# Editorial

Eis aqui o terceiro número de *Língua-lugar*. Esta edição reitera o desejo alimentado pela equipe editorial da revista desde o princípio: o de enfatizar a importância dos estudos em português para o âmbito acadêmico suíço, por meio da publicação continuada de trabalhos que primam pela reflexão multidisciplinar e a partir de um diálogo crítico com os campos da história, da literatura e dos estudos culturais. *Língua-lugar* surge mais uma vez como um espaço agregador de pesquisadoras e pesquisadores oriundos de realidades, contextos e territórios distintos, mas que se convergem na consideração dos estudos em português como lócus e/ou ponto de partida, sem com isso reduzir as tensões das trocas e das negociações, contudo frutíferas quando se trata de acolher as múltiplas perspectivas e pontos de vista. Assim, pretendemos que esta revista seja o lugar onde a língua portuguesa, de modo prolífico e plural, adquira visibilidade a partir de suas diversas matizes.

A presente edição conta com o dossiê “Encruzilhadas Históricas”, composto por artigos de participantes dos Ciclos de Conferências “Carrefours historiques: le monde lusophone jusqu’au XIX<sup>e</sup> siècle” e “Carrefours historiques: choix identitaires – le monde lusophone des XX<sup>e</sup> et XXI<sup>e</sup> siècles”, ambos organizados por Nazaré Torrão na Universidade de Genebra no outono europeu de 2018 e na primavera de 2019, respectivamente. O dossiê proporciona uma leitura plural das tensões sociais, políticas e culturais que perpassaram e constituíram os diversos momentos da história de territórios (ou que vieram a sê-los) de língua portuguesa. O dossiê abre com a introdução de Nazaré Torrão, que discorre sobre as políticas de abordagem e de reescritura da História.

Em seguida, Alberto Carvalho retraça o relevante percurso histórico da revista literária *Claridade* em Cabo Verde. Carvalho alinha a existência de quase três décadas da revista, de extrema relevância político-cultural porém de periodicidade descontínua, com o gesto de reivindicação nacionalista em um país sob o peso do regime colonial. O autor oferece um panorama pormenorizado dos intelectuais cabo-verdianos e dos temários literário e político que compuseram os três ciclos editoriais de *Claridade*.

Já Maria Inácia Rezola dedica-se a uma retomada analítica dos meandros relativos às eleições e ao estabelecimento da Assembleia Constituinte em Portugal. Ao suscitar pistas interpretativas sobre as disputas políticas em torno do episódio, Rezola promove uma reparação histórica deste feito crucial para a construção da democracia portuguesa, e cujo protagonismo permanece todavia sem reconhecimento.

Na sequência, Pedro Cardim traz uma discussão crítica a partir da escultura dedicada à complexa figura do jesuíta António Vieira, erigida em 2017 em Lisboa e grafitada por desconhecidos em 2020. Cardim ressalta a persistência de uma visão benigna, eurocêntrica e de fundo histórico-nacionalista, da colonização portuguesa de terras na África, Ásia e América, ao mesmo tempo que assinala um crescente interesse, por parte da sociedade portuguesa contemporânea, pela revisão crítica de um passado colonial, composto por relações assimétricas e de dominação.

Por último, Ana Maria Martinho problematiza a tradição crítica de leitura sobre a África, sobretudo acerca dos modos de circulação das literaturas africanas na contemporaneidade. Martinho realça a urgência de novas metodologias, de caráter multidisciplinar, e que primem pela escuta e recepção das produções literárias do continente africano, desmantelando formas convencionais de leitura. O dossiê encerra-se, portanto, com este instigante convite feito pela autora: o de exercitarmos um olhar cuidadoso sobre as dinâmicas (socioculturais, políticas e históricas) que atuam sobre as textualidades periféricas.

Na seção *Lugar de memória*, encontra-se o meticuloso estudo de Victoria Béguelin-Argimón, cuja versão inicial foi apresentada no Ciclo de Conferências “La mer sans fin est portugaise: mythe et réalité”, organizado por Nazaré Torrão e ocorrido na Universidade de Genebra no semestre de outono de 2016. Béguelin-Argimón enfatiza a importância dos textos portugueses do século XVI sobre a China, especialmente os de Gaspar

da Cruz e João de Barros, para a escrita de *Discurso de la navegación*, de Bernardino de Escalante. Béguelin-Argimón elucida as particularidades da escritura empreendida pelo frade agostinho, que combina trechos selecionados, traduzidos e retrabalhados dos textos originais com novos elementos a fim de dar vivacidade ao seu texto, como a inserção do discurso testemunhal e a adaptação das realidades do mundo chinês para o público-alvo espanhol. Além de desvelar as tramas da elaboração literária de Escalante, o artigo oferece uma visada histórica das leituras socioculturais sobre a China e compartilhadas entre Portugal e Espanha.

A contribuição de Danilo Bueno para a seção *Varia* traz uma particular perspectiva analítica sobre a vida e obra de Mário Cesariny, cuja atuação multifacetada, assim como o acúmulo de outras práticas no campo da cultura ao longo de sua trajetória, demarca a sua importância como agente cultural para além das fronteiras convencionais entre a poesia e a pintura. Bueno apresenta um Mário Cesariny avesso à imagem de “poeta de gabinete”, e que faz do espaço público o palco para a performance de sua figura multimoda, de postura “amadora” e às voltas com os jogos com a palavra e a produção plástico-visual. Neste sentido, Bueno reforça a trajetória de Cesariny como artista estreitamente afinado com a premissa utópica do indivíduo libertado, por sua vez intrínseca aos preceitos ético-estéticos do movimento surrealista português.

A poesia de Patrícia Lino compõe a seção *Fora de Lugar*. Os poemas selecionados pela própria autora instauram uma experiência da incompletude. Encena-se, portanto, um jogo poético de renúncia à produção de significados que proporcionem um sentimento de totalidade. Exemplar é a condensada forma voco-visual do poema “Não”, acessível por meio de um link disponibilizado em nossa revista.

Encerrando o número, temos a entrevista com o poeta Ricardo Aleixo, que, se quisermos retomar o viés crítico-analítico do dossiê que abre esta edição, aponta para uma outra espécie de “encruzilhada”: a dos encontros artístico-culturais que compõem a biografia e a práxis de um artista que entrevê a língua como uma estrutura aberta e desviante. O discurso generoso de Aleixo, que reevoca acontecimentos e experiências de sua trajetória, proporciona um mergulho em seus modos de pensar, inscrever e vocalizar poesia mediante um estado de errância poética. A noção de encruzilhada aqui abre-se para o universo do saber afrodescendente, extremamente marcado pela oralidade, onde a boca é o lócus de ressonância de histórias e sonoridades que resistem a seguir a rota (e os roteiros) dos pretensos donos da língua.

Dito isso, e em nome da equipe editorial, agradeço o interesse pela revista, desejando que a leitura desta edição possa sobretudo alimentar um continuado sabor pelos saberes *sobre e em* português.

André Masseno

---

**DOI** <https://doi.org/10.34913/journals/lingualugar.2021.e522>



**Dossiê  
temático:  
Encruzilhadas  
Históricas**

# Encruzilhadas históricas: trajetórias de ontem e de hoje

---

**Nazaré Torrão**

Université de Genève

Cátedra Lídia Jorge

• nazare.torrao@unige.ch

**DOI** [https://doi.org/10.34913/  
journals/lingualugar.2021.e523](https://doi.org/10.34913/journals/lingualugar.2021.e523)



E a verdade é que nestes últimos três séculos, aqui no Ocidente, a visão predominante foi de que nós somos senhores do nosso projeto de futuro, que a História tem um sentido a alcançar, uns certos e determinados fins, e que é em função disso que ela foi realmente vivida. Mas a verdade é que a gente nunca chega a esse fim e, quando pensa que está no fim da História, nem sabe se está no fim ou se está próximo de um outro começo, particularmente neste momento em que a História é como um mito, como um espelho onde se pode ler aquilo que foi o passado e aquilo que nos espera.

Eduardo Lourenço

Se a identidade parece evocar uma origem longínqua, histórica, com a qual continuaria a estabelecer laços, a identidade coloca na realidade questões sobre a utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura no processo do vir a ser mais do que do ser: não ‘quem somos?’ ou ‘donde vimos?’, mas o que vamos ser, como somos representados e como isso pode influenciar a maneira como nós nos representamos a nós próprios?

Stuart Hall<sup>1</sup>

Durante muito tempo considerou-se que o principal objetivo da história seria reconstruir o passado sem os efeitos de distorção do presente. O presente da escrita, contudo, acaba por influenciar de alguma forma o modo como se olha para os acontecimentos, para os intervenientes que se valorizam, de quem são as histórias narradas e de quem as que são deixadas na sombra. Para a reconstrução de determinado evento do passado é necessário ordenar os factos, encontrar os motivos por trás da ação e discernir os objetivos. Isso liga a ação ao contexto, aos acontecimentos anteriores e aos que daí resultarão. É preciso pois construir uma narrativa coerente. Hayden White (2010), entre outros estudiosos, como por exemplo Paul Ricoeur (1983-1985), insiste no caráter narrativo da história. Mas isso torna a história dependente, tal como outras narrativas, do narrador, do ponto de vista, do momento em que é narrada e do período de tempo escolhido. Ou seja, o presente da escrita influi na perspetiva que se adota e permite muitas vezes uma releitura crítica não só dos factos passados, como também do modo como nos foram narrados.

---

<sup>1</sup> Tradução nossa: “Si l’identité semble évoquer une origine lointaine, historique, avec laquelle elle continuerait d’entretenir des liens, l’identité pose en réalité des questions sur l’utilisation des ressources de l’histoire, du langage et de la culture dans le processus du devenir plutôt que de l’être : non pas ‘qui sommes-nous ?’ ou ‘d’où venons-nous ?’, mais qu’allons-nous devenir, comment sommes-nous représentés et comment cela peut-il influencer la manière dont nous nous représentons nous-mêmes ?” (Hall, 2008, p. 380).

David Carr cita Husserl para lembrar que é a partir do presente que encaramos as nossas possibilidades de futuro e vemos o passado, lembrando mesmo que a atualidade presente também é compreendida segundo as possibilidades de presente que entrevemos (Carr, 1986). Como vários outros estudiosos antes dele, volta a Santo Agostinho e ao seu triplo presente: “tempora sunt tria, praesens de praeteritis, praesens de praesentibus, praesens de futuris”, ou seja – os tempos são três: presente das coisas do passado, presente do presente e presente do futuro (Agostinho, 2004, p. 299). Pensar a história implicaria pensar a relação com o tempo sem que interferissem influências do presente no modo como se analisa o tempo passado. Tarefa cada vez mais posta em questão por muitos historiadores, quanto mais não seja quanto à escolha dos temas privilegiados, porque o passado pode irromper no presente, impondo discussões sobre os tempos idos, intervindo nas nossas preocupações atuais, obrigando a um acompanhamento ético, como nos recorda David Armitage.<sup>2</sup> Tal como a primeira epígrafe de Eduardo Lourenço sinaliza, a história atravessa um período de discussão profunda sobre a sua relação com o tempo, nomeadamente com o tempo presente.<sup>3</sup>

Há quem afirme que “a história serve o seu propósito quando envolve o público na discussão sobre a razão pela qual determinadas alegações se baseiam em certezas inapropriadas ou história mal compreendida, e os contadores tinham uma história com mais nuances e complicações alternativas”.<sup>4</sup> Não queremos tomar posição quanto aos objetivos, metodologia ou *modus operandi* da disciplina, mas na revista *Língua-lugar* privilegiamos uma abordagem que não só esclareça o passado, como também o presente. Os artigos deste dossiê foram apresentados primeiro sob a forma de conferências a um público estudantil, na Universidade de Genebra, inseridos no programa da unidade de português, com o intuito de apresentar momentos fulcrais da história dos países de língua oficial portuguesa.<sup>5</sup> Foram, na altura, abordados não só os acontecimentos de facto ocorridos, mas as possibilidades que se abriam a determinado momento: desejos, esperanças sonhadas, frustradas ou não, discussões sobre o futuro e seus intervenientes. As vozes escolhidas que

<sup>2</sup> "Nonetheless, an encounter such as this indicates just how strikingly the past can erupt into the present and intervene into our current concerns. And it reminds us that it is only in the present that the past can make any claim on us at all. It does so with an accompanying ethical challenge, 'a set of expectations we need to rise to, individually and collectively,' that point towards the future. There could be signs of an alternative approach to history in the poignant rending of the fabric between past and present that Andrade reported." (Armitage, s/d, p. 3). Tradução nossa: "No entanto, um encontro como este indica de que forma marcante o passado pode irromper no presente e intervir nas nossas preocupações atuais. E recorda-nos que é apenas no presente que o passado pode fazer qualquer reivindicação sobre nós. Fá-lo com um desafio ético de acompanhamento que acompanha 'um conjunto de expectativas a que precisamos de estar à altura, individualmente e coletivamente', que apontam para o futuro."

<sup>3</sup> Ler a esse respeito o artigo de David Armitage "In Defense of Presentism".

<sup>4</sup> "[...] history serves its purpose when it engages the public in discussion about why particular claims rest on misplaced certainty or misunderstood history, and counters had history with more nuanced and complicated alternatives." (Dale, 2018, pp. 318-319, citada por Armitage, s/d, p. 17).

<sup>5</sup> Pode consultar os programas completos nos seguintes sites: [https://www.unige.ch/lettres/roman/files/7015/3753/6088/cours\\_public\\_portugais\\_automne\\_2018\\_descriptif.pdf](https://www.unige.ch/lettres/roman/files/7015/3753/6088/cours_public_portugais_automne_2018_descriptif.pdf) e [https://www.unige.ch/lettres/roman/files/9315/4894/9606/cours\\_public\\_portugais\\_2019p.pdf](https://www.unige.ch/lettres/roman/files/9315/4894/9606/cours_public_portugais_2019p.pdf)

se fizeram ouvir nesses momentos de encruzilhadas históricas foram as de militares, políticos, um clérigo (António Vieira), muitos escritores, poetas, cantores, um sapateiro (Gonçalo Anes Bandarra) e mesmo pintores de paredes, anónimos uns, de reputação já bem estabelecida outros (*street art* e muralismo): a sociedade a discutir em momentos fulcrais o futuro que deseja. Há momentos assim na história dos países. Momentos em que uma pletera de possibilidades parece abrir-se, outros em que essas possibilidades têm que ser forçadas e são-no, lutando-se por elas.

A literatura, na sua tentativa para representar o real, sabendo-se que o real e a sua representação são forçosamente duas coisas diferentes, anda muitas vezes próxima dos objetivos da história, a par dos seus objetivos estéticos próprios. Mas, para além de se preocupar com o conhecimento da verdade, vai mais longe do que a história porque se preocupa em olhar para medos, amores, esperanças e desilusões, individuais e coletivos, em ver como estes se insinuam nas fendas do tempo, adquirindo novos significados segundo as épocas e as ideologias de que são impregnados. A literatura para além de se preocupar em inquirir sobre a verdade, questiona, altera, transgride-a e cria (Marinho, 2008). Foi assim que as independências dos países africanos de língua oficial portuguesa foram sonhadas e instigadas através de textos literários. Foi assim que a discussão sobre as identidades diferentes da que era (ou é) imposta pelo Estado se fortificaram e vão procurando novas formas, tateando entre laços passados e aqueles que se estabelecem no presente, projetando-se no futuro, encontrando caminhos, criando espaços para novas identidades no grupo comum.

Os artigos do dossiê refletem a relação da história com o tempo passado e futuro, com o modo como o passado se impõe nas discussões presentes. Dois temas da atualidade mediática podem ligar-se às análises históricas apresentadas: as leituras do senso-comum e as académicas do passado colonial português, no caso do texto do historiador Pedro Cardim, e a importância que se quer conceder à revolução de 25 de abril de 1974 que possibilitou a passagem do regime ditatorial do Estado Novo para um regime democrático, no caso do artigo de Maria Inácia Rezola. No caso dos artigos de literatura, no artigo de Ana Maria Martinho são discutidas as formas de abordar as literaturas africanas, numa perspetiva decolonial que lhes faça inteiramente justiça e o artigo de Alberto Carvalho faz a história da revista *Claridade* nos seus três momentos de publicação e das diferentes influências dos seus colaboradores.

Os artigos referem todos momentos fulcrais da história em que vários caminhos se apresentavam e eram discutidos na sociedade, aquilo que designei como encruzilhadas históricas e/ou identitárias. Concretamente, como avançar com a identidade cabo-verdiana e criar um espaço de difusão à sua cultura durante o regime do Estado Novo (artigo de Alberto Carvalho) ou quais os caminhos para o futuro de Portugal que se digladiavam no pós-revolução em 1975 (artigo sobre a o período antes da ordem do dia na Assembleia Constituinte no artigo de Maria Inácia Rezola). À primeira vista não são comparáveis e, definitivamente, são de cariz diferente, um cultural e identitário, outro político. Todavia são dois momentos de escolha e discussão, em que a escolha dos primeiros indiretamente influenciou a ocorrência do segundo – sem a luta pela identidade e independência a revolução não teria sido o que foi nem como foi. O artigo de Pedro Cardim, refere a questão do tratamento dos ameríndios no Brasil, tema discutido na época, sobre o qual Vieira e outros tomaram posição e que no fundo se inseria na discussão mais profunda de “quão humanos” os ameríndios eram considerados. Não é esse contudo o ponto central do seu artigo, pois a discussão do século XVII foi apresentada unilateralmente ao longo da história nacional portuguesa e o que o artigo trata é a discussão sobre a leitura da discussão passada e sobre a sua apresentação à sociedade. A encruzilhada histórica analisada é a do presente: Como quer a sociedade ler o passado colonial? Manter uma versão edulcorada e longe da verdade, caluniando os que ousam contrariá-la, ou aceitar o passado como ele foi e as críticas dos descendentes dos povos colonizados? O artigo de Ana Maria Martinho apresenta também uma tomada de posição sobre uma discussão académica: Como ler e interpretar os textos literários africanos? Quais considerar? Que conhecimentos tomar em consideração? Quem pode falar sobre eles? Os dois últimos artigos não referem apenas discussões passadas, mas inserem-se e posicionam-se em encruzilhadas históricas presentes.

Começamos pelo artigo de Alberto Carvalho, “*Claridade: movimento de emancipação cultural e ideológica cabo-verdianas*”. Neste artigo Alberto Carvalho precursor dos estudos das literaturas africanas de língua oficial portuguesa na Universidade de Lisboa e, em particular, da literatura cabo-verdiana, faz a análise da história do movimento e da publicação da revista. O autor parte dos factos sociológicos que permitiram criar as condições concretas que viriam a gerar a necessidade sentida de uma revista literária cabo-verdiana, a saber: a importância da escrita, da leitura e da escola, através da implantação do Seminário-Lyceu e mais tarde do Liceu do Mindelo. Ao mesmo tempo que analisa os fatores de gestação da necessidade de emancipação cultural e ideológica cabo-verdianas

que levaram à criação da revista e à sua publicação (ainda que irregular) de 1936 a 1960, o autor apresenta as influências/fases literárias da literatura cabo-verdiana dos seus primórdios à atualidade e as diversas tendências literárias no seio da própria revista, dirimindo a influência dos diferentes colaboradores principais. De salientar a identificação de um período romântico cabo-verdiano durante a segunda metade do século XIX, que inova em relação às restantes análises da história da literatura cabo-verdiana (que veem esse período como uma influência europeia sem enquadramento na literatura cabo-verdiana), e das influências romântica e realista em *Claridade*. Pormenor interessante a assinalar dentro do tema das encruzilhadas históricas e da influência da literatura no decorrer da história, a indicação de que Amílcar Cabral terá sido influenciado pela revista nos seus próprios textos de cariz político: “pode-se aceitar que a inovação na poesia ideológica se antecipou na revista, visto que 1947 e 1949 precedem em 5 e 3 anos o texto de teor programático político de Amílcar Cabral, datado de 1952”. O texto de Alberto Carvalho insere-se assim numa encruzilhada histórica de longo fôlego: a dos vários caminhos da descolonização portuguesa e do papel relevante da literatura para a mesma.

A revolução do 25 de abril, momento fulcral do século XX português (e dos futuros países africanos de língua oficial portuguesa), foi um momento de possibilidades múltiplas para o destino nacional e de lutas políticas pela defesa das mesmas: entre o poder dos militares e a sociedade civil, entre as forças políticas que pretendiam manter o poder revolucionário e as que pretendiam o poder resultante do ato eleitoral. O artigo de Maria Inácia Rezola “Antes da Ordem do Dia: a Revolução na Assembleia Constituinte” trata desse período conturbado, em que se escreveu o texto fundamental da democracia portuguesa, durante o chamado “verão quente” de 1975. O artigo debruça-se sobre o período que medeia entre 2 de junho (início dos trabalhos) e 19 de setembro (data da tomada de posse do VI Governo Provisório). As plenas funções da Assembleia Constituinte iniciadas na data indicada são em si um facto determinante no jogo político da época e que está muito pouco estudado. É por isso de grande interesse o artigo de Maria Inácia Rezola, que mostra como os trabalhos da mesma, nomeadamente os do período antes da ordem do dia, que servia para discutir temas da atualidade, foram essenciais ao estabelecimento da democracia portuguesa. A autora analisa os temas tratados, a frequência de participação das diferentes forças políticas presentes e a discussão política que se desenvolveu, dando um valioso contributo para a história desse período da história do século XX português, num momento em que se discute no espaço público a necessidade de celebrar os 50 anos

da revolução e a importância a atribuir a essas celebrações e (indiretamente) à revolução.<sup>6</sup>

O artigo de Pedro Cardim trata da discussão pública em torno da figura do jesuíta António Vieira, a quem foi erigida em 2017 uma estátua numa praça central de Lisboa, da interpretação da história colonial que essa representação implica e das reações à mesma. O autor apresenta os factos históricos em que se enquadra a ação do jesuíta, de modo a que se possa compreender o desfasamento da representação escultórica de Vieira e a real ação do mesmo junto das populações ameríndias. Analisando o discurso académico, político e dos *media* em geral sobre Vieira e sobre o colonialismo português, o artigo defende que a “persistente visão benigna da colonização portuguesa”, generalizada no senso-comum (também entre a classe política tanto de esquerda como de direita), continua influenciada pela ideologia difundida durante o Estado Novo e continua a influenciar as novas gerações, pois os manuais escolares na sua maioria não acompanharam a evolução que o discurso académico vem introduzindo há cerca de 30 anos. O texto termina contudo com uma nota de esperança, ao assinalar que os estudantes universitários aderem aos novos conhecimentos sobre a história colonial e mostram desejo de a conhecer longe de visões edulcoradas. O texto insere-se, pois, ele mesmo, numa encruzilhada atual sobre o modo como se descreve o passado e a identidade nacionais.

Por fim, o artigo de Ana Maria Martinho é também ele uma tomada de posição numa discussão contemporânea: o modo como se devem abordar e analisar as literaturas africanas em particular e as periféricas em geral. De uma outra forma, este artigo insere-se também na discussão sobre o papel do colonialismo no modo de ler as sociedades, propondo a decolonização das abordagens. O âmbito do artigo é mais lato que o de Cardim, pois encara o colonialismo e a decolonização à escala mundial, centrando-se nas literaturas africanas em geral e não apenas nas de língua portuguesa, apesar de apresentar alguns exemplos de arte e literatura angolana e moçambicana. Citando autores como Ruy Duarte de Carvalho, Walter Mignolo, Ngũgĩ wa Thiong'o ou Graham Carr, entre outros, a autora discute os novos modelos de considerar e analisar as literaturas africanas, de como as inserir no estudo das literaturas em geral e avança como respostas: a mudança da lógica de circulação das obras, a exigência de um lugar para as obras apócrifas ou elididas dos cânones nacionais, o diálogo com todos os sujeitos implicados, explorando respostas multi-

<sup>6</sup> Ver a esse respeito alguns artigos da imprensa escrita do *Público*, da *Sábado* e do *Expresso*, respetivamente: <https://www.publico.pt/2021/06/04/politica/noticia/comemoracoes-50-anos-25-abril-regenerar-lacos-democracia-1965253>, <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/a-polemica-dos-50-anos-do-25-de-abril-e-da-nomeacao-de-pedro-adao-e-silva>, <https://expresso.pt/podcasts/leste-oeste-de-nuno-rogeiro/2021-06-13-Nuno-Rogeyro-e-os-50-anos-do-25-de-Abril-Nao-se-devia-gastar-um-euro-nas-comemoracoes.-A-memoria-nao-custa-dinheiro-544e354f>.

disciplinares. Nesta encruzilhada de metodologias de análise, trata-se de impor a voz daqueles que nunca a tiveram. As perguntas colocadas são: quem fala, com que legitimidade, com ou pelos observados? A ideia defendida é criar centros de conhecimento *ex-cêntricos* que permitam reordenar as estruturas que analisam o saber, de modo a que o nativo não se veja na sua própria terra e nas suas produções artísticas como o *outro*. A autora termina insistindo no poder do texto literário (e artístico) para influenciar a História: “As representações de África que têm lugar nas nossas sociedades hoje e nos seus circuitos de expressão e disseminação da experiência coletiva, devem, na nossa perspetiva, ser parte de um vasto movimento de mudança com ligações a novas formas de interpelar a história. Os textos literários são uma das dimensões desse gesto de resistência pelo modo como os lemos e enquadrámos nos diversos lugares da fala e da experiência cultural”.

Neste dossiê encontramos, pois, história e literatura, como modos de intervir na *res publica*, passado e futuro imbrincados no presente: modo de ver o passado, de considerar as hipóteses de futuro e de, no presente da ação, que também é pensar e escrever, ir redesenhando os destinos de indivíduos e de sociedades. História e literatura, como narrativas que, como diz David Carr, ao alargar as possibilidades, ao encarar novos conteúdos, novas maneiras de contar histórias, e novas espécies de histórias, serão ambas, história e ficção, verdadeiras e criativas no melhor sentido; apontando caminhos em encruzilhadas históricas, acrescentaríamos nós.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> David Carr: “Thus I am not claiming that second-order narratives, particularly in history, simply mirror or reproduce the first-order narratives that constitute their subject-matter. Not only can they change and improve on the story; they can also affect the reality they depict – and there I agree with Ricoeur – by enlarging its view of its possibilities. While histories can do this for communities, fictions can do this for individuals. But I disagree that the narrative form is what is produced in these literary genres in order to be imposed on a non-narrative reality – it is in envisaging new content, new ways of telling and living stories, and new kind of stories, that history and fiction can be both truthful and creative on the best sense.” (Carr, 1986, p. 131). Tradução nossa: “Assim, não estou a afirmar que narrativas de segunda ordem, particularmente em história, simplesmente espelham ou reproduzem narrativas de primeira ordem que constituem o seu tema. Não só podem mudar e melhorar a história; também podem afetar a realidade que retratam - e aí concordo com Ricoeur - alargando o ponto de vista das suas possibilidades. Enquanto as histórias podem fazer isto para as comunidades, as ficções podem fazer isto para indivíduos. Mas discordo que a forma narrativa é o que é produzido nestes géneros literários, a fim de serem impostos a uma realidade não-narrativa - é encarando novos conteúdos, novas formas de contar e histórias vivas, e novos tipos de histórias, que história e ficção podem ser ambas verdadeiras e criativas no melhor sentido.”

## Bibliografia

Agostinho (2004). "Livro XI". *Confissões*. Tradução de Espírito santo, A., Beato, J. e Pimentel, M. C. C.-M. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Armitage, D. (s/d). "In Defense of Presentism". *History and Human Flourishing*, ed. Darrin M. McMahon. Oxford: Oxford University Press, <<https://scholar.harvard.edu/armitage/publications/defense-presentism>> (último acesso em 08/07/2021).

Carr, D. (1986). "Le passé à venir : ordre et articulation du temps selon Husserl, Dilthey et Heidegger". *Laval théologique et philosophique*, 42, 3, pp. 333-344, <<https://www.erudit.org/fr/revues/ltp/1986-v42-n3-ltp2126/400260ar/>> (último acesso em 08/07/2021).

Carr, D. (1986). "Narrative and the Real World". *History and Theory*, vol. 25, n. 2, pp. 117-131, <<https://www.jstor.org/stable/2505301>> (último acesso em 08/07/2021).

Marinho, M. de F. (2008). *History and Myth: The Presence of National Myths in Portuguese Literature*. Munique: Martin Meidenbauer.

Ricoeur, P. (1983-1985). *Temps et Récit*, 3 vol. Paris: Éditions du Seuil.

White, H. (2010). *The Fiction of Narrative: Essays on History, Literature, and Theory, 1957-2007*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

### Artigos de imprensa:

<https://www.publico.pt/2021/06/04/politica/noticia/comemoracoes-50-anos-25-abril-regenerar-lacos-democracia-1965253>

<https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/a-polemica-dos-50-anos-do-25-de-abril-e-da-nomeacao-de-pedro-adao-e-silva>

<https://expresso.pt/podcasts/leste-oeste-de-nuno-rogeiro/2021-06-13-Nuno-Rogeyro-e-os-50-anos-do-25-de-Abril-Nao-se-devia-gastar-um-euro-nas-comemoracoes.-A-memoria-nao-custa-dinheiro-544e354f>





# **Claridade: movimento de emancipação cultural e ideológica cabo-verdianas**

---

**Alberto Carvalho**

Centro de História da Faculdade de Letras  
Universidade de Lisboa

• alberto.adcarvalho@gmail.com

**URL** [www.literatura-no-sitio.pt/wp/](http://www.literatura-no-sitio.pt/wp/)

**DOI** [https://doi.org/10.34913/  
journals/lingualugar.2021.e525](https://doi.org/10.34913/journals/lingualugar.2021.e525)

A revista *Claridade*, de periodicidade descontínua, compreende nove números distribuídos por três ciclos, 1936-1937, 1947-1949, 1958-1960, representando na história literária cabo-verdiana o estabelecimento do período realista, sucedente ao primeiro período, romântico, iniciado na segunda metade do século XIX.

Quando ao seu ideologema (na nossa interpretação: Cabo Verde cabo-verdiano) pode-se dizer, simplificando os dados, que se escande segundo aqueles três ciclos: o primeiro de afirmação identitária, o segundo de diálogo exógeno e o terceiro motivado pela reivindicação nacionalista em situação de país submetido ao regime colonial.

**Palavras-chave:** Cabo Verde; *Claridade*; identidade; nacional; nacionalismo.



*La revue Claridade, à périodicité intermittente, comprend neuf numéros répartis sur trois cycles, 1936-1937, 1947-1949, 1958-1960, représentant, dans l'histoire littéraire capverdienne, l'instauration de la période réaliste, suivant à la première période romantique de la seconde moitié du XIX<sup>e</sup> siècle.*

*Concernant son idéologème (dans notre interprétation, le Cap-Vert cap-verdien), on peut dire, en simplifiant les données, qu'il s'élargit selon trois cycles: le premier d'affirmation identitaire, le second de dialogue exogène et le troisième motivé par la revendication nationaliste dans un pays soumis au régime colonial.*

**Mots-clés:** Cap-Vert; *Claridade*; identité; nationale; nationalisme.

Um texto de M. Merleau-Ponty servir-me-á de ilustração. Fazendo valer dois modelos temporais opostos ligados um à prática do fotógrafo, o outro à do pintor, lembra-nos que temos a escolha entre contínuo e descontínuo [...].  
Jean-Claude Coquet<sup>1</sup>

### Estudos sobre *Claridade*

Mostra a grande soma de dados empíricos que, para além de umas quantas críticas de motivação ideológica,<sup>2</sup> nenhum movimento literário cabo-verdiano despertou interesse idêntico ao da *Claridade*. Ao longo de décadas tem-se confirmado a sua consagração por uma apreciável diversidade de trabalhos e de colóquios dedicados ao seu estudo que não perdem de vista a circunstância de ter constituído um fenómeno de todo inesperado num pequeno país sob domínio colonial, paciente de gritante carência de recursos naturais e sempre sob a contingência do flagelo cíclico de secas catastróficas.

A despeito do tempo entretanto decorrido, ainda há poucos anos uma série de oito trabalhos de assuntos muito diversos rendeu homenagem ao movimento representado pela revista, num volume cujo título conota o seu estatuto de nobreza em termos de linguística histórica. Com o rodar dos anos o nome próprio, “Claridade”, engendrou o seu adjectivo de qualidade, “claridosos” (atribuído aos autores alinhados pelo espírito da revista) que entretanto suscitaria o nome abstracto, “claridosidade”, para conferir substância identitária à estética da revista no interior da periodologia literária cabo-verdiana.<sup>3</sup>

Tal número de ensaios a ela dedicados, ao perfil estético dos autores fundadores, à originalidade revelada, à questão da influência eventualmente recebida, à finitude ou não do ideário programático no contexto

<sup>1</sup> *Un texte de M. Merleau-Ponty me servira d'illustration. En faisant valoir deux modes temporels opposés liés l'un à la pratique du photographe, l'autre à celle du peintre, il nous rappelle que nous avons le choix entre continu et discontinu [...]* (tradução nossa, Coquet, 1997, p. 57).

<sup>2</sup> Duarte, M. (1954). “Caboverdianidade e Africanidade”, *Vértice*, n. 134, Coimbra, pp. 639-644. [Republ. (1999). *Caboverdianidade e Africanidade e outros Textos*. Praia: Spleen, pp.23-29]. Silveira, O. (1963). *Consciencialização na Literatura Cabo-Verdiana*. Lisboa: CEI, pp. 7-30.

<sup>3</sup> AA.VV. (2017). *Claridosidade*, Edição Crítica. Lisboa: Rosa de Porcelana.

das ideologias nas décadas de 1930-1970, relevam de uma pregnância que incita a uma abordagem orientada para a problematização dos factos, das circunstâncias e das motivações de vários não-ditos e silêncios no que, concretamente, respeita aos meandros do seu protagonismo nesses tempos históricos exaltantes, literários, ideológicos e políticos, bem determinados.

### Ausência de Programa, objectivos implícitos

Posta a revista em circulação sem aparato de apresentação e sem um enunciado de ideias programáticas, tal facto deve ser interpretado como decisão intencionada, eventualmente de auto-defesa, mas também de sentidos que assim se podem resumir: i) Ostentação, para que constasse, da identidade diferenciada, crioula, reivindicada com convicção tão segura que não carecia de justificação perante o Portugal colonizador, ou mesmo o Brasil, país de história colonial ligada a Cabo Verde, de similar identidade geográfica tropical e de onde os escritores de *Claridade* poderiam extrair sugestões úteis à representação dos problemas que lhes tocavam; ii) E, talvez, deixar em aberto as condições de acolhimento de autores de gerações futuras, motivadas pelas questões que se avizinhavam na Europa e em outras partes do mundo.

Este objectivo, criar as condições necessárias para a integração de novos autores, pode ser visto como motivação inconsciente, vivenciada, inscrita no seu rico histórico geracional, afim do conceito de intelectual orgânico da teoria materialista gramsciana, conceito que se elucida numa breve resenha sobre a história geral de Cabo Verde.

### Precedente histórico do elitismo

As fontes documentais<sup>4</sup> referem o facto de a comunidade cabo-verdiana ter iniciado a sua organização sob o regime colonial escravocrata e sob o seu sistema vivido até uma grande parte do século XIX, largamente reequilibrado pelas influências da Igreja de proselitismo evangelizador que, no início do século XVI, começaria por criar na povoação da Ribeira Grande uma escola de ladinização de escravos<sup>5</sup> e, mais tarde, uma Escola de preparação de missionários.

Graças à política de evangelização chegava-se à naturalização do conceito de Escola, tornando familiares as

<sup>4</sup> Cf., nomeadamente, Carreira, A. (1983). *Cabo Verde - Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, s.l., ICL.

<sup>5</sup> Os escravos ladinizados pela escola de Sacristia, apetrechados com rudimentos de escolaridade, convertidos ao catolicismo e com nome português, seriam depois, no Brasil, escravos de dentro (de casa). Esta escola prestava-se igualmente à instrução dos filhos das elites residentes, devendo-se ainda notar o facto de os escravos acompanhantes dos filhos das elites aproveitarem a ocasião para também se escolarizarem, tópico da maior importância sociológica no que respeita à produção e difusão do gosto e da tomada de consciência da necessidade da instrução escolar. Cf. Carreira, A. (1983). *Cabo Verde - Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, s.l., ICL.

ideias de ensino e de instrução, antes de tudo o mais, como meio de libertação da difícil vida agrícola e de acesso a empregos remunerados e prestigiantes, por exemplo, nas Alfândegas, nas actividades comerciais e na Administração colonial. Aliás, a instrução escolar como forma de promoção pessoal, social e económica reflectia-se ainda nos tempos de *Claridade*:

Para mim ia abrir-se uma nova vida. No ano-lectivo seguinte eu seria matriculado no curso do liceu, no Seminário [de S. Nicolau]. Com a boa cabeça que Deus lhe tinha dado, seria pena que Chiquinho ficasse a lomar na enxada. A escola esperava-me de braços abertos para me conceder a carta de alforria [Trabalho da terra como “escravatura”]. Assim, mais tarde eu poderia falar de alto para aqueles que apenas tinham feito o 2º grau (Lopes, 1947, p. 72).

No eixo isotópico que insere a ordem da instrução num mundo de dominância oral, seriam bem mais tarde as ideias liberais do século XIX que impulsionariam a fundação do prelo oficial (24/8/1842), a abertura de uma escola secundária (1848) e, a partir de 1850, a emergência de numerosas associações de cultura e recreio e de bibliotecas e, sobretudo, a fundação de um Seminário-Lyceu na ilha de S. Nicolau (1866).

Chegava-se assim à criação das condições objectivas necessárias à emergência do sistema da escrita, inicialmente pragmática, condição ainda para a criação de um horizonte de leitura que, como mostram os estudos de Roberto Escarpit (ILTAM, Universidade de Bordéus), era um dos pressupostos para a eclosão da escrita literária na segunda metade do século XIX na poesia de mulheres e homens, de formação inicial em Lisboa e depois, em grande parte, no Seminário-Lyceu de S. Nicolau.

Aliás, cerca de 1860-1870, os conteúdos da consciência autárquica já atingiam a fase de consolidação, mas de maneira muito singular. De um lado, as gentes do povo viviam, sem se aperceberem, o sentimento de nação, de identidade étnica e cultural, de destino e de passado histórico comum, tudo simbolizado pela língua crioula. Do outro, pertencia às elites, aos poetas, trabalharem esses genuínos sentimentos nacionais em formas de escrita literária e de os conceptualizarem nos sentidos da individualidade e da entidade crioulas, funções que se podem admitir próprias da estética e da poética românticas.<sup>6</sup>

---

**6** As ideias apresentadas neste parágrafo são desenvolvidas em Carvalho, A. (2017). “Da *Claridade*, ainda, e sempre”. In: AA.VV. *Claridosidade*, Edição Crítica. Lisboa: Rosa de Porcelana, pp. 17-39.

De muito apuro literário, este romantismo, não raro ultra-romântico, impregnado de elementos de estilo clássico, simbolista, parnasiano, alongar-se-ia pelas duas primeiras décadas do século XX. (Insista-se no facto anacrónico de, em Cabo Verde, o romantismo ter precedido o classicismo, uma vez que o humanismo clássico difundido pelo Seminário-Lyceu inspirava uma nova orientação estética, no último quartel do século XIX, ao tempo em que o romantismo vinha sendo cultivado havia cerca de duas décadas).<sup>7</sup>

Entre o início do século vinte e a década de 1930 acentuara-se o diferencial entre as duas séries postas em confronto.<sup>8</sup> A série literária perdia protagonismo por esgotamento da sua necessidade cultural em proveito da séria social jornalística que ia ganhando terreno, dinamizada por razões ideológicas e pelo facto inevitável de o Seminário-Lyceu, foco de humanidades e de saberes eruditos muito elaborados, ter sido despromovido cerca de 1911 e encerrado em 1918 por efeito das políticas que, nesta mesma data, levaram à fundação do Liceu de Mindelo.

Este novo centro de estudos laicos e democráticos permitia que todos os estudantes preservassem os laços com os espaços de origem com os quais se identificavam, estado de coisas escolares e sociais que favorecia a súbita reactivação da série literária, mas agora orientada para uma estética de matriz realista. (Ver-se-á que a partir da Alínea “Oposição de termos irreductíveis” o activismo da série literária absorveu parte da série social).

### Antigos VS Modernos, Elitistas VS Democráticos

Nas décadas de 1920-1930, as condições objectivas incrementadas pelo Liceu de Mindelo despoletavam agora um conflito geracional. Embora esgotada a legitimidade humanista e elitista da série literária romântica-clássica, os seus poetas esforçavam-se por conservar o espaço social dos valores estéticos em que se formaram, como mostra a reacção de Pedro Cardoso (1890-1942), um poeta desta escola:

<sup>7</sup> Existem diferentes propostas para a divisão periodológica da literatura cabo-verdiana. No nosso caso guiamo-nos por algumas das teses de Lucien Goldmann (Pour une Sociologie du Roman, 1964), segundo o qual um período literário se define pela substância ética autoral, valores que definem o seu ideal de vida e pela sua concretização ética no plano estético, no objecto da obra literária. A ética e a estética constituem assim as duas faces de uma mesma moeda. Nada impede que num determinado período convivam duas ou mais estéticas, sendo porém certo que é a estética dominante que dá nome ao período (por exemplo, dentro da estética nomeada realista, inaugurada pelo movimento *Claridade*, compareciam a estética clássica de Pedro Cardoso, a simbolista de José Lopes, a pré-romântica e, ao mesmo tempo parnasiana de Januário Leite, restos subsistentes que, a meu ver, em vez de abstrusos, só enriquecem, pela diversidade, uma cena literária). Assim, considero quatro períodos na literatura cabo-verdiana: o período romântico de meados do século XIX até finais da década de 1920; o período realista, iniciado na década de 1930, simbolicamente representado pela revista *Claridade*, prolongando-se até ao início da década de 1960; o terceiro período subsiste da década de 1960 até meados da década de 1980, durante os tempos da luta nacional, caracterizando-se pela grande diversidade de intenções autorais, mas cingidas à mesma intencionalidade soberanista, podendo surgir etiquetas como poesia da clandestinidade, da militância, de panfletismo, de mobilização, de incitamento (entre outras designações), intencionalidade animada por uma idêntica visão ética do mundo e por uma expressão estética configurada numa enunciação de “nós” inclusivo (Cf. Benveniste sobre a instância da enunciação), “nós” comunitário, que acabará por ser movido pela expressão textual do ideal soberanista, primeiro, entre a década de 1960 e meados da de 1970, pela vivência da luta e, entre meados da década de 1970 e início da de 1980, pela vivência encantatória da soberania finalmente adquirida. Podemos dizer que neste período a expressão literária (estética, portanto) de função

A convivência de amigos, literatos de verdade, e a frequência diurna e nocturna dos mestres mudos, deram foros de vocação ao que suponho a mera resultante da educação puramente humanista recebida [...]. Apesar, ou por causa do meu classicismo ortodoxo, serão sempre perentórios e extremos os meus juízos: gosto ou não gosto, que os gostos não se discutem (Cardoso, 1934, p. 9).<sup>9</sup>

A réplica muito agressiva proveio do novo Quirino Spencer Salomão em nome das ideias literárias modernas, agora libertas das regras académicas da poesia em forma fixa. Evoca para a função poética a “necessidade de exprimir a vida interior” e para as formas textuais uma “operação [...] obtida através da estilização”. Citando João Gaspar Simões, intelectual da revista portuguesa *Presença*, pretende que a poesia seja a “transposição do plano [...] vital para o estético, dos fenómenos psicológicos (apud Ferreira, 1986, p. LVIII).

Negligenciando as ideias ingénuas do jovem crítico, filiadas na estética psicologista, oposta aliás à estética realista por si apologizada para *Claridade*, diremos que tal conflito simboliza, no plano sincrónico, a querela geracional dita “Antigos VS Modernos”. Com toda a inocência, rasurava a diacronia do primeiro período histórico-literário romântico (cerca de 1850-1930), responsável pelo conceito identitário de que estes novos tiravam o melhor partido possível.

Sem programa e sem uma estética de limites definidos, os modernos de *Claridade* iriam alicerçar a afirmação identitária na estética da contemporaneidade realista, em condições ideológicas muito perturbadas que incluíam a Europa interpelada pela Negritude parisiense e pelas guerras que se avizinhavam. (Sublinhe-se: o lançamento de *Claridade*, isolada no Arquipélago atlântico, é contemporâneo da eclosão da Negritude, em Paris).

Por ironia, mostram as idades de João Lopes (1894-1979) e de Jaime de Figueiredo (1905-1974) o valor operativo dos precursores (literatos e jornalistas) ao protagonizarem, na década de 1920 e início da década de 1930, as condições de emergência de *Claridade*, sensivelmente ocasião que contava com a presença, em Cabo Verde, de três intelectuais portugueses, Julião Quintinha, José Osório de Oliveira e António Pedro (notável homem do teatro nascido em Cabo Verde).

**7(cont.)** poética cedeu lugar à função referencial (Cf. Jakobson). Um quarto período deverá ser balizado a partir dos finais da década de 1980 onde vão começando a pontificar na cena literária os filhos das gerações que protagonizaram a luta pela soberania. Em consequência, a enunciação centrada na primeira pessoa do plural (“nós” inclusivo: “eu” + “tu”) desloca-se para a enunciação centrada na primeira pessoa do singular (“eu” próprio), talvez na problemática de uma subjectividade que toma consciência de ser e estar no mundo (questão existencial na perspectiva de Maurice Merleau-Ponty) e de não saber qual o seu lugar no mundo (dominado pelos mais-velhos), lugar estético que terá de construir. Cessa em definitivo a relativa homogeneidade criativa dos períodos anteriores que permitia dotá-los de etiquetas esteticamente satisfatórias, entrando-se numa modernidade que, como em todas as modernidades, prevalece largamente em pé de igualdade a heterogeneidade de tendências.

**8** Série é aqui utilizado como conceito operatório cunhado por Tynianov em “De l'évolution littéraire”, *Théorie de la littérature*, pp. 120-137.

**9** Pedro Cardoso, patriota fervoroso que, todavia, preservava o fazer poético independente das incursões ideológicas, ele e os demais da mesma escola literária.



No respeitante à perplexidade suscitada em Portugal e no Brasil pelo alto gabarito revelado pela revista *Claridade*, oriunda daquela territorialidade tão castigada, devem-se ter em conta duas ideias gerais de amarga tonalidade irónica:

Falho de condições próprias que poderiam tornar rentável a exploração de um território geograficamente limitado e pequeno, o arquipélago, se por um lado ganhou o justo epíteto de terra de fome, por outro, pela ausência dessas mesmas condições favoráveis, tornou-se o cadinho de uma rica experiência social (França, 1962, p. 7).

A tendência destes meios [pequenos] é de extravasarem "todos" os seus limites ou "parte" dos seus limites, consoante as possibilidades económicas forem satisfatórias ou modestas. Neste último caso socorrem-se do capital humano – procuram obter pelo prestígio do espírito, em compensação, o que não conseguiram por processos persuasórios ou materiais [...]. O espírito do homem superou-o (Lopes, 1959, p. 7).

Ainda sobre a Escola como forma de ilustração e de promoção social, económica e cultural, notemos que ser "posto na prenda", na formação democrática no Seminário de S. Nicolau (depois da despromoção de 1911) ou no Liceu de Mindelo, que permitia aos estudantes conservarem os laços com os meios de origem e se compaginava com a estética realista,<sup>10</sup> também predispunha para a assunção de formas de afirmação nacional e empenhamento nacionalista. Nos implícitos do movimento *Claridade* teriam de constar também as restrições impostas pela situação colonial e pela censura decorrente do Acto Colonial de 1930-1935, tópicos que se esclarecem com a citação seguinte de Baltasar Lopes:

Tínhamos de intervir. Mas, na óbvia impossibilidade de emprego de meios de acção directa, que opção nos restava [...]. De aí o nascimento da revista *Claridade* [...]. Justamente essa militância [...] marcava já o programa do grupo e o conteúdo da revista. Seria "fincar os pés na terra", para empregar a expressão consagrada: um debruçar ansioso e atento sobre os problemas vitais de Cabo Verde (*apud* Ferreira, 1986, pp. XIII-XIV).

### Os três ciclos de *Claridade*

Por razões objectivas que decorrem do regime de publicação de *Claridade*, costuma-se ordená-la em três ciclos ou séries: 1º ciclo: nº 1 (Março, 1936); nº 2 (Agosto, 1936); nº 3 (Março, 1937). 2º ciclo: nº 4 (Janeiro, 1947); nº 5 (Setembro, 1947); nº 6 (Julho, 1948); nº 7 (Dezembro, 1949). 3º ciclo: nº 8 (Maio, 1958); nº 9 (Dezembro, 1960). Outro dado de interesse material

<sup>10</sup> Ver a esse respeito Carvalho, A. (2017). "Da *Claridade*, ainda, e sempre". In: AA.VV. *Claridosidade*, Edição Crítica. Lisboa: Rosa de Porcelana, pp. 17- 39 e Lopes, B. (1956). *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*. Praia: Imprensa Nacional, pp. 5-6.

reporta-se aos índices de colaboração muito diversos nos três ciclos: No 1º, respectivamente, 10, 10, 10 páginas; no 2º, respectivamente, 40, 44, 42, 52 páginas e, no 3º, respectivamente, 76, 84 páginas.

Sublinhe-se ainda que a coordenação da revista nunca forneceu explicações, nem para as interrupções, nem para as retomas de publicação, salvo na última página do nº 8, na retoma do 3º ciclo, onde refere o facto de terem saído recentemente do liceu oito jovens que prometiam boa colaboração na revista.

Esta explicação, em 1958, evoca duas questões essenciais. A mais evidente consiste em confirmar aquilo a que se aludiu mais acima. Ao ter surgido sem programa na altura do lançamento, a revista propiciava a abertura à diversidade de colaborações futuras movidas por novos interesses e gostos epocais. Ora, a ideia de diversidade futura tem de pressupor um princípio de unidade entre os membros fundadores, assim testemunhado:

Há um pouco mais de vinte anos, eu e um grupo reduzido de amigos começámos a pensar no nosso problema, isto é, no problema de Cabo Verde [...]. Precisávamos de certezas sistemáticas, que só nos podiam vir [...] de outras latitudes [...]. Ora aconteceu que por aquelas alturas nos caíram nas mãos [...] alguns livros que considerámos essenciais *pró domo nostra*. Na ficção, o José Lins do Rego do "Menino de Engenho" e do "Banguê" [...] em poesia foi um "alumbramento" a "Evocação do Recife", de Manuel Bandeira, que, salvo um ou outro pormenor, eu visualizava, com as suas figuras dramáticas, na minha Vila da Ribeira Brava, o Jorge Amado do "Jubiabá" e do "Mar Morto" (Lopes, 1956, p. 5).

Proferido em 1956, o "Há um pouco mais de vinte anos" reporta-se aos primeiros anos da década de 1930 de germinação de *Claridade*, com o "alumbramento" a traduzir a ideia de descoberta. Em situações homólogas, mas desfasadas, podia a literatura brasileira sugerir aos autores da literatura cabo-verdiana um elenco de substâncias temáticas para enchimento do lema (cunhado por Manuel Lopes), "fincar os pés na terra", equivalente a enraizamento na mãe-terra.

Mesmo provisoriamente, pode-se admitir que a poesia de fenomenologia existencial urbana de Jorge Barbosa (1902-1971), a poesia essencialista de Pedro Corsino Azevedo (1905-1942), a narrativa de telurismo etno-rural de Baltasar Lopes (1907-1989) e a poesia e narrativa social de Manuel Lopes (1907-2005) satisfaziam o essencial das necessidades de *Claridade* do 1º ciclo que escrutinava o ideário identificador da entidade civilizacional cabo-verdiana.

São elucidativas as páginas de rosto dos três números do 1º ciclo, conotadoras da afirmação desafiadora da autoridade. Desconcertando a hegemonia da língua portuguesa, o nº 1 apresenta três textos em crioulo, populares, de tradição oral, um do género lantuna e dois do género batuque (batuque, aliás, interdito pela autoridade colonial a pretexto de ofensa aos bons costumes). O nº 2 expõe ainda um poema em crioulo, mas já pertencente ao género nacional, a morna, do tão festejado poeta Xavier da Cruz, conhecido pelo nome B'Leza. E o nº 3 apresenta, em português, o poema de grande efeito realista, de Manuel Lopes, desmistificador das ilusões sobre as virtudes dos espaços "míticos" da emigração, cujas vantagens económicas custavam o sacrifício das relações de solidariedade cultivadas na mãe-terra cabo-verdiana (Poema que merece ser tomado por genuína proclamação do anti-evasionismo).

Distinguindo-se da indagação da autenticidade crioula, da orientação endógena do primeiro ciclo, os ciclos seguintes concretizam uma orientação exógena, prevalecendo no 2º ciclo a abertura poética que refracta nas ilhas as tendências ideológicas decantadas da Segunda Grande Guerra, e no 3º ciclo as temáticas de teor reivindicativo, umas vigorosas, outras agressivas, mas todas animadas pelo desenvolvimento das políticas que varriam o mundo empenhadas nos processos das descolonizações.

No tocante à biografia dos três autores de mais nomeada nos alvares de *Claridade*, Jorge Barbosa e Manuel Lopes já se premuniam da experiência da escrita poética nas formas clássica e romântica, ao passo que Baltasar Lopes não se havia ainda estreado no fazer literário. Mas outras são as diferenças operativas. Jorge Barbosa dispunha de um curso de estudos secundários e de tempo ocupado nas actividades aduaneiras. Manuel Lopes havia seguido uma formação secundária autodidáctica, mas de tempo ainda mais ocupado na companhia telegráfica inglesa sediada em S. Vicente e algum tempo depois transferido para os Açores onde permaneceu cerca de dezasseis anos. Baltasar Lopes, ao tempo professor interino no Liceu de Mindelo, diplomara-se na Universidade de Lisboa, em Direito (1928) e em Estudos Românicos (1930), aliás, um brilhante aluno formado na escola do linguista e etnólogo, Mestre Leite de Vasconcelos.

Não custa imaginar o alcance da surpresa de Baltasar Lopes ao tomar conhecimento da literatura brasileira, que lhe sugeria temáticas muito oportunas de iniciação nas lides literárias e domínios que punham à sua

disposição pistas para trabalho especializado em etnografia. Admitimos serem as suas competências científicas que fornecem explicação para: i) A grande diversidade de assuntos da revista; ii) A produção teórica no domínio da linguística histórica do crioulo; iii) A publicação de histórias de tradição oral seguidas de comentários e interpretações; iv) Os trabalhos de pesquisa nos domínios da etnologia e da etnografia; v) E, por acréscimo, a circunstância de ser ele o único, entre os três citados, a dispor do tempo exigido pela coordenação funcional da revista.

Prova empírica desta asserção é o facto de, para progredir na carreira docente (para passar à categoria de efectivo), Baltasar Lopes ter retornado a Lisboa para concretizar o Cursos de Ciências Pedagógicas nos anos de 1838-1940, seguido de um ano escolar de docência no Liceu de Leiria no ano de 1941-1942. Não por acaso este período coincide com o primeiro interregno de *Claridade* que se prolonga até 1947, já em tempo de paz após a Segunda Grande Guerra, interregno durante o qual seria publicada a revista *Certeza* (1944).

Lançada por iniciativa dos estudantes do Liceu de Mindelo da década de 1940, esta revista recebeu a influência indirecta do escritor português Manuel Ferreira (1917-1992), expedicionário militar no Mindelo (1941-1947), que os iniciou no ideário neo-realista em vigor em Portugal. Sob tais auspícios ideológicos, a revista estava destinada a uma vida efémera, com dois números publicados (Março e Junho de 1944), logo vítima da censura que interditou a saída do terceiro número (Janeiro de 1945).

A sua particularidade inovadora consistiu em, preterindo os assuntos autóctones, ter dado prioridade a questões sociais do mundo contemporâneo, com especial relevo para o texto de Orlanda Amarílis (1924-2014) sobre a condição subalterna da mulher no mundo ocidental.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Amarílis, O. (1944). "Acerca da Mulher", *Certeza* n.º 1, S. Vicente, Março, p. 6.

A despeito do aparente monolitismo das influências brasileiras sobre os autores do 1º ciclo de *Claridade*, eram diversificadas as ideias correntes na cena literária, sintomaticamente conotadas pela posição de António Aurélio Gonçalves (1901-1984). Estudante em Lisboa durante vinte e dois anos (1917-1939), “bon vivant” frequentador das tertúlias literárias e de Cursos muito diferentes (Medicina, Belas-Artes e Direito) e finalmente diplomado em História e Filosofia pela Universidade de Lisboa, declara lapidarmente, em 1960, como quem quer pôr os pontos nos ii:

A maioria acredita na solução que, frequentemente, lhe foi dada: as tais origens situam-se na descoberta de certos valores [...] da geração de escritores brasileiros [...]. Há muito de verdade [...] [nisso, mas correndo] o perigo de parecer simplista [...]. Intervieram outras determinantes mais poderosas e de raízes fundas, como, por exemplo, a convicção de uma originalidade regional cabo-verdiana [...]. O realismo nas letras de Cabo Verde é fase extrema de um caminho estirado [...]. Houve [...] um ambiente literário que principia a formar-se com a leitura dos poetas, romancistas e oradores do ultra-romantismo [...] dos parnasianos [e outros mestres] não só de Portugal e do Brasil como do estrangeiro, mormente da França (Gonçalves, 1960, pp. XXVIII-XXX).

Insistindo embora no tópico comum da identidade original de Cabo Verde, a tónica argumentativa incide na saudação das elites cabo-verdianas do século XIX (que os jovens intelectuais de *Claridade* combateram com denodo), considerando-as precursoras de um diálogo com as correntes estéticas orientadas para o universalismo. Também se percebe que, ao associar os sentidos endógenos da identidade cabo-verdiana à abertura exógena, estava a ser juiz em causa própria, a justificar a estética das suas narrativas dedicadas à clínica problematizadora da vida urbana mindelense e aos condicionamentos hereditários e sociais, narrativas não raro de teor naturalista, sustentadas pelas competências do filósofo conhecedor das literaturas europeias, nomeadamente a russa e a francesa.

O universalismo que o levava a transcender as temáticas cingidas à identidade étnica e à militância ideológica torna também evidente a divergência com o ideário de Baltasar Lopes (cf., “Tínhamos de intervir”, “alumbramento”). E, sendo plausível que a ausência lisboeta possa ser argumento para António Aurélio Gonçalves não comparecer no 1º ciclo de *Claridade*, o seu alheamento em relação ao ideologema identitário dominante nesses três números poderá ser inferido do ensaio puro e duro, “‘Clarissa’ e a arte de contar de Erico Veríssimo - I” (Gonçalves, 1947,

pp. 26-36) publicado no nº 4 de *Claridade*, o primeiro da colaboração que depois prestaria à revista nos 2º e 3º ciclos.

**Caso de Gabriel Mariano:  
O ciclo de *Claridade* ainda não terminou (em 1963)**

O paradigma “Centramento identitário VS Universalismo” não esgota o questionamento que vimos fazendo, que avança dois passos à luz das ideias produzidas por dois dos quatro intelectuais cabo-verdianos entrevistados por um jornal português no início da década de 1960. Para Arnaldo França (1925-2015), a literatura cabo-verdiana havia evoluído<sup>12</sup> e, para Gabriel Mariano, o ciclo de *Claridade* ainda não havia terminado.<sup>13</sup>

A evolução certifica-se, quer pelo surgimento da revista *Certeza* (da qual Arnaldo França fora o principal dinamizador), quer pela abertura registada pelos 2º e 3º ciclos de *Claridade*. Por sua vez, a afirmação de que o espírito da revista não se tinha encerrado à data daquelas entrevistas (1963) deve encontrar uma explicação plausível. A nação cabo-verdiana atingira um elevado grau de maturidade, vendo-se por outro lado mergulhada em problemas sociais e económicos que o regime colonial negligenciava ou não dispunha de meios para os solucionar. Nestas condições factuais, o temário de empenho identitário de *Claridade* (evidente no 1º ciclo) simbolizava igualmente (ou simbolizou, desde sempre), um ideal de reacção (ideológica, mas não política, a nosso ver) que só terminaria com o acesso à soberania nacional (em 1975).

**Caso do protagonismo de Baltasar Lopes em *Claridade*:  
formas subteis de empenhamento**

No que concerne o papel de Baltasar Lopes na revista, retomamos a confissão de Arnaldo França que diz ter sido ele (B. Lopes) “o seu principal animador”,<sup>14</sup> informação comedida de reconhecimento que convém verificar à luz dos dados empíricos espalhados por vários números.

Num balanço sobre a colaboração dos membros fundadores, pode-se imaginar quais eram as funções que na revista desempenhavam. Vistos os textos publicados e respectivas datas, é evidente que Baltasar Lopes/Oswaldo Alcântara regista a mais elevada produção. A ele incumbia a função de organizador da colaboração e, além das notas e intervenções críticas, a versão em português de poemas em crioulo, bem como a

---

<sup>12</sup> *Diário Popular*, nº 7417, 6/6/1963, Suplemento, nº 334, pp. 1 e 7.

<sup>13</sup> *Diário Popular*, nº 7403, 25/5/1963, Suplemento, nº 332, pp. 1, 8 e 15.

<sup>14</sup> França, A. (1962). *Notas sobre a Poesia e a Ficção Cabo-Verdianas*. Praia: Centro de Informação e Turismo.

produção de textos teóricos e culturais sobre as histórias publicadas do folclore tradicional oral.

Insistimos nestas tarefas para sublinharmos duas ou três ideias. Para lá da estratégia de abertura da revista à evolução, *Claridade* seria uma forma de “peça de convicção”, com os conteúdos autóctones na poesia e na narrativa (em português), mas principalmente com os ensaios de linguística do crioulo, as poesias em crioulo, os contos de tradição oral e os estudos de etnografia a demonstrarem a pertinência cultural (e ideológica) do conceito de Cabo Verde cabo-verdiano, sem filiação vinculativa europeia ou africana.

Sabe-se que esta tese era, e continua a ser, o nó górdio de uma divergência de largo alcance ideológico que se resume em três teses: i) António Aurélio Gonçalves sustentava (como se viu) que a tradição literária cabo-verdiana, desde o romantismo, era um exemplo de abertura ao universalismo; ii) Nas décadas de 1930-1940, o português José Osório de Oliveira tentou fazer passar a tese de Cabo Verde como caso de regionalismo europeu; iii) Empenhado na contestação do regime colonial, alinhado com a política de Amílcar Cabral, líder da luta pela soberania de Cabo Verde, um grupo de intelectuais e de poetas insistia, e insiste, na tese oposta, de Cabo Verde como um caso de regionalismo africano.

### **Oposição de termos irreduzíveis**

No desiderato desta divergência, os campos demarcaram-se em torno da oposição entre as duas teses mais produtivas, “Cabo Verde cabo-verdiano VS Cabo Verde africano”, sendo a segunda já bem perceptível cerca de 1947 nos tempos de pós-Guerra, com o avolumar das reacções soberanistas dos países do “Terceiro Mundo”, das reivindicações dos patriotas da área africana e da política dinamizada pelas Nações Unidas contra as potências coloniais e, bem entendido, contra a obstinação colonial portuguesa.

Por saber literário se reconhece ser a poesia que, melhor do que a narrativa, se presta à veiculação de mensagens de desafio militante, de denúncia e de tomada de posição nos domínios ideológico e político. Esta circunstância explica a estratégia de Baltasar Lopes que, guardando o nome nas narrativas, cifrou a identidade sob o pseudónimo de Osvaldo Alcântara (pseudónimo não decifrado durante várias décadas) para se ocupar de temas de poesia de contestação do regime colonial. Mostra, no entanto, a sua leitura que, devido à elevada elaboração e refinado

valor simbólico, a sua poesia estava destinada à perda de eficácia por atingir um horizonte muito reduzido de leitores (como ainda hoje).

Se o nível de elaboração dos seus poemas gerava um efeito de elitismo e se a função de reitor do Liceu lhe desaconselhava o recurso a um discurso poético mais audacioso, nada o impedia de atrair a colaboração de poetas de maior denodo militante, de leitura referencial inteiramente explícita e sem responsabilidades institucionais.

Apesar dessas reservas, não será por acaso que o nº 5 de *Claridade* tenha publicado, de Osvaldo Alcântara, o audacioso poema “Deslumbramento”:

Tudo é estrela na minha prisão / O que eu não daria para saber / quem esteve semeando tantas fosforescências / neste terreno árido! / Quem me dera ser estereoscópio, / para disciplinar as minhas sensações / e assim escolher a minha oferenda / a esse deus desconhecido! / Milagre que desce não sei de onde... / Observo com olhos atónitos esta paisagem, / e tudo me arreia e me estimula e me tempera. // Himalaias, crateras de bombas, / rictos de homens crispados de medo / vou libertar-me convosco, agonizar convosco, levantar as mãos ansiosamente convosco! / E, no fim, colher o fruto desta nossa vitória lenta / que vem marchando com passos silenciosos para mim há tantos séculos, / como prémio dos meus olhos bem abertos / para esta paisagem árida que me deslumbra... (Alcântara, 1986, p. 107).

Trata-se igualmente do número que incluiu pela primeira vez a colaboração de Aguinaldo Fonseca com os poemas “Metamorfose” e “Oportunidade Perdida” (Fonseca, 1949, pp. 17 e 18), autor de conteúdos poéticos de referência imediata e dotados de grande poder mobilizador, como mostra o poema “Poeta e Povo”:

O povo gritou fome. / Muitos ouviram e ninguém chorou. // O povo caiu na lama. / Todos o souberam mas ninguém chorou. // O povo martirizado / morreu em campos de concentração. / Ninguém chorou. // Mas o poeta escreveu então / o melhor poema de todos os poemas. // A voz do poema não era a voz do poeta: / era a voz do povo, o grito do povo, o choro do povo. // Os versos do poema choravam como o povo... / e o poeta ao escrevê-los, / chorava também com eles. (Fonseca, 1949, p. 28).

Por sua vez, sempre conseqüente nos domínios da política, Amílcar Cabral resumia num texto de apreciável concisão o percurso histórico da literatura cabo-verdiana que lhe permitia concluir com as seguintes recomendações:



As mensagens da *Claridade* e da *Certeza* têm de ser transcendidas. O sonho de evasão, o desejo de "querer partir", não pode eternizar-se. O sonho tem de ser outro, e aos Poetas – os que continuam de mãos dadas com o Povo, de pés fincados na terra e participando no drama comum – compete cantá-lo. Parece que António Nunes e Aguinaldo Fonseca estão na vanguarda dessa nova Poesia. [...] O primeiro, auscultando a terra e o Povo sonha com um "Amanhã" diferente [...] O segundo exprime, em toda a sua grandeza o "naufrágio em terra", do povo a que pertence (Cabral, 1952, p. 8).

Apresentemente, o texto presta-se ao papel de directiva programática, estabelecendo sugestões orientadoras dos novos poetas, tática política de incitamento à preferência por temáticas em sintonia com a tese de Cabo Verde africano, no concerto da estratégia geral associada aos outros espaços de colonização portuguesa no continente africano.

### **Claridade, empenho num contra-ataque**

Retomemos os dados. Uma vez reiniciado o 2º ciclo de *Claridade* com o nº 4 (1947), logo no nº 5, ainda em 1947, Baltasar Lopes / Osvaldo Alcântara publicava "Deslumbramento" (entre outros poemas) e dois poemas do novo colaborador, Aguinaldo Fonseca, e depois, em continuidade, publicava deste poeta mais seis poemas, três no nº 6 da revista, em 1948, e outros três no seu nº 7, em 1949, sendo neste último conjunto que se inclui o transcrito poema "Poeta e Povo".

Atente-se naquilo que parece uma evidência em forma de jogo. Amílcar Cabral terá conhecido o "Poema de Amanhã", de António Nunes (residente em Lisboa e, pela mão de Teixeira de Sousa, introduzido no grupo neo-realista português), publicado em *Certeza*, nº 2, de 1944, revista que considerou desactualizada. O encómio tecido a Aguinaldo Fonseca, exemplo de poeta comprometido, terá por certo resultado do conhecimento dele através de *Claridade*. Se forem sustentáveis estas deduções, pode-se aceitar que a inovação na poesia ideológica se antecipou na revista, visto que 1947 e 1949 precedem em 5 e 3 anos o texto de teor programático político de Amílcar Cabral, datado de 1952.

Suspensa pela segunda vez em 1949 e retomada em 1958, *Claridade* publica logo neste nº 8, poemas de tema idêntico ao recomendado por Amílcar Cabral, de denúncia e de crítica social, disfarçadas por razões óbvias em dois poemas de Jorge Barbosa, em nove de Osvaldo Alcântara / Baltasar Lopes e em três de Arnaldo França, mas também sete poemas de enorme veemência perlocutória e teor revolucionário, três de Aguinaldo Fonseca, um de Onésimo Silveira e três de Ovídio Martins

que, em um deles, emprega o modo enunciativo da oração prospectiva sobre a inevitabilidade dos tempos de mudança (tal como ocorre no poema “Deslumbramento” com o verso “Himalaias, crateras de bombas” e seguintes).

Entretanto, os jovens poetas agrupados no movimento “Nova Largada” identificado com aquela recomendação programática (de Amílcar Cabral) publicavam no “Suplemento Cultural” nº 1<sup>15</sup> um conjunto de textos constituído por três poemas de Aguinaldo Fonseca, três de Ovídio Martins, três de Yolanda Morazzo e um de Terêncio Anahory.

---

**15** Suplemento da revista *Cabo Verde*, Praia, Outubro, 1958.

Fazendo fé nas datas, teria ocorrido, uma vez mais, uma jogada de antecipação. O “Suplemento Cultural” foi publicado cerca de cinco meses depois do nº 8 de *Claridade* (Maio de 1958 / Outubro de 1958). Uma deriva não isenta de subjectividade motivada por noções histórico-literárias, leva-nos a admitir que a querela “Antigos VS Modernos” da década de 1930, no contexto de surgimento de *Claridade*, deve ser distinguida ponto por ponto do jogo e do dissídio que acabamos de descrever.

A função da querela consistiu em operar a ruptura necessária à transição entre duas estéticas, a do primeiro período literário, romântico (e clássico), já desgastado pela usura temporal, e a do segundo período literário, realista, que inaugurava a entrada na modernidade. Quanto aos jogos e ao dissídio, as questões também se elucidam pelo “apport” de teoria literária de orientação sociológica. Mostram as sugestões de Amílcar Cabral e a entrevista de Gabriel Mariano que os poetas intervinham diversamente animados pela motivação única da soberania, distintas questões de ética que, no domínio literário, se concretizam num fazer estético único (Lucien Goldmann), v.g., no mesmo sentido soberanista, se não houver contradição.

Ora, a despeito da unicidade estética (de ética patriótica), a teoria reconhece no seu interior uma larga variedade de poéticas em cena, segundo os temas, o léxico, os códigos discursivos e figurativos, os estilos, a força perlocutória, os referentes, v.g., conforme as gramáticas dominantes. Vale então admitir que a linha divisória entre as partes em querela e em dissídio é um epifenómeno de diversos protagonismos efémeros deveras produtivos. Considerando por junto essa sua diversidade, deles proveio um enorme enriquecimento do acervo literário cabo-verdiano. As querelas, os jogos, os dissídios e os não unanimismos têm essa inegável virtude criativa.

### Para concluir: Jaime de Figueiredo, um intelectual “presencista”

Façamos um recuo no tempo. Viu-se que, com João Lopes, Jaime de Figueiredo participou na dinamização do movimento *Claridade* tendo, por outro lado, tentado criar uma revista, *Atlanta*, no início da década de 1930, sem sucesso, para finalmente fazer parte do projecto *Claridade* e dele se ter afastado no último momento, sem sequer ter publicado o seu artigo para o primeiro número da revista.

O mistério deste corte radical tem perdurado até ao presente, jamais esclarecido de maneira convincente. A nosso ver, a elucidação de tal mistério muito ganhará se tomar por ponto de partida um dado fornecido pelo médico-escritor Teixeira de Sousa (1919-2006):

Com a "Presença" deu-se todavia, em Cabo Verde, um caso bastante curioso [...] Se a leitura da "Presença" preparou artisticamente o grupo que havia de fundar a revista "Claridade", não é menos exacto que a reacção dum Manuel Lopes, Jorge Barbosa, Baltasar Lopes, e outros, perante a vida, divergiu logo da mentalidade decadentista dos *presencistas* (Sousa, 1958, p. 12).

Sabe-se que Jaime de Figueiredo, artista muito dotado para o desenho, colaborou num Salão de pintura promovido pela *Presença* e identificava-se com a sua orientação estética e poética, evidentemente muito psicologista, como mostra um fragmento no início da sua análise de um poema de Osvaldo Alcântara:

Que maravilhoso convite ao devaneio íntimo, a música!  
A música... que extraordinário poder de infiltração psíquica, de influxo espiritual exaltando os sentidos, ou arrebatando-os até à ascese da alma...  
Na pureza dos ritmos suaves, embaladores, cria momentos de intimismo, a calma propícia às expansões mais ternas; as notas profundas, graves, acompanham os transes mortais dos desesperos, os abismos da dor; vivem os acordes vibrantes e álacres a alegria e a vitória; o sonho enleia-se, sobe, imaterializa-se nos tons altos, fugitivos, dos violinos...  
(Figueiredo, 2017, p. 39).<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Figueiredo, J. (1956). "Ensaio de interpretação do poema 'Nocturno' de Osvaldo Alcântara". *Cabo Verde*, n. 78, Praia, pp. 6-18. [Republ. (2017). *Jaime*. Praia: Pedro Cardoso Livraria, pp. 39-54.]

Para situarmos a questão, lembremos que, em Portugal, nas décadas de 1930-1940, um conflito muito agressivo opunha as duas estéticas, a da “literatura viva” e da psicologia individual da *Presença* e a do neo-realismo de fiel inspiração marxista idanoviana, conflito que se repercutiu em Cabo Verde. Se à data do texto transcrito, 1956, Jaime de Figueiredo era ainda um intelectual presencista, psicologista, por maioria de razões o seria nos

tempos de lançamento de *Claridade*. E à luz da transcrição de Teixeira de Sousa, ele seria para os companheiros uma personalidade brilhante, todavia decadente.

No estrito plano estético Jaime de Figueiredo identificava-se com os companheiros. Mas, na medida em que se descentrava no ideário poético, não poderia senão afastar-se deles. Por homologia contextual, a irreductível oposição entre presencistas e neo-realistas, em Portugal, equivaleria às desinteligências entre Jaime de Figueiredo e os companheiros de *Claridade*, sem conciliação possível.

### Resumindo

Desde início, meados do século XIX, a história literária cabo-verdiana vem averbando um contínuo enriquecimento de conteúdos inevitavelmente realistas, até mesmo nos arroubos românticos, clássicos, simbolistas, parnasianos, sem deixar espaço para quaisquer derivas psicologistas ou individualistas.

Não há nenhum segredo nesse destino. O telurismo, o clima, a paisagem e a cintura do mar (António Aurélio Gonçalves) impõem-se a todas as formas de vida, seja ela rural ou urbana, popular ou refinada.

Impõem-se mas não determinam o que quer que seja. Estão sempre lá como pano de fundo que tudo condiciona, mesmo os sonhos, as fantasias ou os desejos que comandam a expressão literária. Assim mesmo, a nosso ver, parafraseando Jean-Pierre Allix (Allix, 1996).

## Bibliografia

- AA.VV. (1944). *Certeza*. S. Vicente: Folha da Academia, n. 1; *id.*, n. 2.
- AA.VV. (2017). *Claridosidade*. Edição Crítica. Lisboa: Rosa de Porcelana.
- AA.VV. (1959). *Colóquios Cabo-Verdianos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- AA.VV. (1958). "Suplemento Cultural" da revista *Cabo Verde*, n. 1, Praia: Imprensa Nacional
- Alcântara, O. (1986). *Cântico da Manhã Futura*. Praia: Banco de Cabo Verde [Em publicação mais recente: (1991). *id.* Linda-a-Velha: ALAC].
- Allix, J.-P. (1996). *L'Éspace humain*. Paris: Seuil.
- Amarilis, O. (1994). "Sobre a condição subalterna da mulher no mundo ocidental". *Certeza*, n. 1, S. Vicente, Março, p. 6.
- Benveniste, É. (s.d.), "Estrutura das Relações de Pessoa no Verbo". *O Homem na Linguagem*. Lisboa: Vega, pp. 17-27.
- Cabral, A. (1952). "Notas sobre a poesia caboverdeana". *Cabo Verde*, n. 28, Praia: Imprensa Nacional, pp. 5-8.
- Cardoso, P. (1934). *Sonetos e Redondilhas*. Cabo Verde: Tip. Minerva.
- Carreira, A. (1983). *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. s.l., ICL.
- Carvalho, A. (2017). "Da Claridade, ainda, e sempre". AA.VV. *Claridosidade*. Lisboa: Rosa de Porcelana, pp. 17-39.
- (1997). "Um pouco de historiografia (Prefácio)". In Santos-Lopes, M. *Falucho Ancorado*. Lisboa: Cosmos, pp. XI-LXV
- Conquet, J.-C. (1997). *La Quête du Sens – Le langage en question*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Duarte, M. (1954). "Caboverdianidade e Africanidade". *Vértice*, Vol. XIV, n. 134, Coimbra, pp. 639-644 [Republicado em *Caboverdianidade e Africanidade e outros Textos*. Praia: Spleen, 1999].
- Ferreira, M. (org.) (1986). *Claridade*. Linda-a-Velha: ALAC.
- Figueiredo, J. (1956). "Ensaio de interpretação do poema 'Nocturno' de Osvaldo Alcântara". *Cabo Verde*, n. 78, Praia, p. 6-18. [Republ. (2017). *Jaime*, Praia: Pedro Cardoso Livraria, pp. 39-54.]
- Fonseca, A. (1949). "Metamorfose", "Oportunidade Perdida". *Claridade*, n. 5, pp. 17 e 18;
- (1949). "Poeta e Povo". *Claridade*, n. 7, p. 28.
- França, A. (1962). *Notas sobre a Poesia e a Ficção Cabo-Verdianas*. Praia: Centro de Informação e Turismo.
- (1963). *Diário Popular*, n. 7417, 6/6/1963, Suplemento, n. 334, pp. 1 e 7.
- Goldmann, L. (1964). *Pour une sociologie du roman*. Paris: Gallimard.
- Gonçalves, A. A. (1960). "Problemas da Literatura Romanesca em Cabo Verde". *Antologia da ficção cabo-verdiana contemporânea*. Praia: Edições Henriquinas – Achamento de Cabo Verde.
- Lopes, B. (1947). *Chiquinho*. S. Vicente – Cabo Verde: Edições "Claridade"
- (1956). *Cabo Verde Visto por Gilberto Freyre*. Praia: Imprensa Nacional.
- Lopes, B. et al. (Seleção, Introdução, Comentário). (1960). *Antologia da Ficção Cabo-Verdiana Contemporânea*. Praia: Edições Henriquina – Achamento de Cabo Verde.
- Lopes, M. (1959). "Reflexões sobre a Literatura Cabo-Verdiana ou a Literatura nos Meios Pequenos". *Colóquios Cabo-Verdianos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, pp. 3-22.
- Silveira, O. (1963). *Consciencialização na Literatura Caboverdiana*. Lisboa: CEI (Casa dos Estudantes do Império).
- Mariano, G. (1963). *Diário Popular*, n. 7417, 6/6/1963, Suplemento, n. 334, pp. 1 e 7.
- Sousa, T. (1958). "Cabo Verde e a sua gente". *Cabo Verde*, n. 109, Praia, pp. 7-13.
- Tynianov, I. (1965). "De l'évolution littéraire". *Théorie de la littérature*. Paris: Seuil, pp. 120-137.

# "Antes da ordem do dia": a revolução na Assembleia Constituinte

---

**Maria Inácia Rezola**

Escola Superior de Comunicação Social  
Universidade Nova de Lisboa  
• irezola@escs.ipl.pt

**DOI** <https://doi.org/10.34913/journals/lingualugar.2021.e526>

As eleições para a Assembleia Constituinte (25 de Abril de 1975) são um marco central na história da construção da democracia em Portugal. Celebradas exactamente um ano após o derrube da ditadura e da restauração das liberdades fundamentais, num momento em que a Revolução acelerava o seu passo, estas eleições contaram com uma amplíssima participação (votaram 91% dos recenseados) que deixou patente a importância que lhes era conferida enquanto fonte de legitimação do poder.

O ambiente que rodeou a abertura da Constituinte foi tenso. Contestada pelos sectores radicais, que nela viam um símbolo da democracia burguesa, a sua actividade foi ameaçada desde os primeiros momentos. Paralelamente, outros factores condicionaram a sua capacidade de intervenção. Recorde-se, a este respeito, que a Plataforma de Acordo Constitucional (“Pacto MFA-Partidos”), firmada entre o MFA e os partidos políticos a 11 de Abril de 1975, não apenas determinava alguns dos princípios que deveriam ser consagrados no futuro texto constitucional, como dava ao poder militar as garantias de que, independentemente do resultado das eleições, a condução da vida política era da responsabilidade do Conselho da Revolução. À Assembleia Constituinte era reservada apenas a missão de elaborar o texto constitucional.

Com este artigo propomo-nos analisar os debates ocorridos no período antes da ordem do dia, no decurso do *Verão Quente* de 1975, para aferir em que medida os temas da actualidade política integraram e condicionaram a agenda de trabalho parlamentar. Partindo da tese de que a Constituinte foi palco de intensas disputas, reflexo da luta mais ampla

que percorria o país, propomo-nos dar voz aos constituintes e perceber o seu envolvimento na crise político-militar então vivida.

**Palavras-chave:** Revolução Portuguesa (1974-1975); Assembleia Constituinte; Transição Democrática; Partidos Políticos; legitimidade revolucionária/legitimidade eleitoral.



*Les élections à l'Assemblée Constituante (25 avril 1975) ont été un jalon essentiel dans l'histoire de la construction de la démocratie au Portugal. Célébrées exactement un an après le renversement de la dictature et la restauration des libertés fondamentales, à un moment où la Révolution accélérât son rythme, ces élections ont eu une très large participation (91% des inscrits aux listes électorales y ont voté), ce qui a souligné leur importance en tant que source de légitimation du pouvoir.*

*L'atmosphère entourant l'ouverture de l'Assemblée Constituante était tendue. Contestée par les secteurs radicaux, qui la voyaient comme un symbole de la démocratie bourgeoise, son activité a été, dès les premiers instants, menacée. De façon simultanée, d'autres facteurs ont affecté sa capacité à intervenir. À cet égard, il convient de rappeler que la Plateforme de l'Accord Constitutionnel (« Pacto MFA-Partidos »), signée entre le MFA et les partis politiques le 11 avril 1975, a non seulement déterminé certains des principes qui devaient être inscrits dans le futur texte constitutionnel, comme elle a donné au pouvoir militaire les garanties que, indépendamment du résultat des élections, la conduite de la vie politique relevait de la responsabilité du Conseil de la Révolution. L'Assemblée constituante était ainsi réservée uniquement à la tâche de rédiger le texte constitutionnel.*

*Avec cet article, nous proposons d'analyser les débats qui ont eu lieu au cours de la période précédant l'ordre du jour, pendant l'«Été Chaud» de 1975, pour estimer la mesure dans laquelle les questions de l'actualité politique intègrent et conditionnent l'ordre du jour du travail parlementaire. Partant de l'idée que l'Assemblée Constituante a été le théâtre d'intenses disputes, reflet de la lutte plus large qui a balayé le pays, nous proposons de donner la parole aux membres constituants de l'Assemblée et de percevoir leur implication dans la crise politico-militaire alors vécue.*

**Mots-clés:** Révolution portugaise (1974-1975); Assembleia Constituinte; transition démocratique; partis politiques; légitimité révolutionnaire/électoral.



A história da revolução portuguesa atingiu já a sua maioridade. Superadas as dúvidas relativamente ao distanciamento temporal necessário à análise historiográfica, assim como as resistências quanto à sua licitude enquanto objecto histórico, dispomos actualmente de um acervo de estudos, particularmente interessante, que nos permite reconstituir e compreender esse momento central na história contemporânea portuguesa nas suas dimensões essenciais.

No que diz respeito à Assembleia Constituinte, os progressos alcançados devem-se essencialmente a estudiosos do Direito como Jorge Miranda (1989; 2015), J. Gomes Canotilho (2003), J. Melo Alexandrino (2006), Marcelo Rebelo de Sousa (2000a, 2000b) e Vital Moreira (1999), entre outros. Os seus estudos privilegiam questões como o método de elaboração da Constituição, os poderes dos órgãos de soberania ou os direitos, liberdades e garantias fundamentais, dando pouca atenção a aspectos como a actividade das Comissões da Assembleia Constituinte. Trata-se de uma lacuna importante dado que os testemunhos de que dispomos deixam patente o seu papel central na produção do articulado constitucional. Segundo Vital Moreira (s.d.), a formação da Constituição de 1976 teve lugar “não apenas no plenário da Assembleia Constituinte, mas também – e, em muitas matérias, sobretudo – nas respectivas comissões” (Moreira, s/d). Além do mais, observa António Reis, estas comissões eram um espaço de debate e de profícua actividade, num ambiente que contrastava com a tensão que usualmente dominava o plenário (Assembleia da República, 2001). Em suma, as comissões não se limitaram a emitir pareceres sobre os projectos constitucionais, empenhando-se na elaboração de textos alternativos e na promoção de uma cordial colaboração interpartidária.

Em termos historiográficos, o panorama é mais desolador e a Assembleia Constituinte continua a ser a grande esquecida da história da construção da democracia. Na já abundante bibliografia sobre a Revolução portuguesa, são poucos os que analisam a Constituinte ou lhe conferem relevância no contexto revolucionário. Representam excepções a esta regra António Reis e, sobretudo, José Medeiros Ferreira que, em *Portugal em Transe*, dedica um importante capítulo ao papel político da Constituinte. Segundo Medeiros Ferreira,

A Assembleia Constituinte desempenhou duas funções simultaneamente: foi constituinte do regime democrático pluralista, pelo género eleitoral que esteve na sua origem e pela acção política da maioria dos seus deputados, e ainda elaborou a Constituição da República. Enquanto ao nível da sua acção constituinte substantiva, ela se revelou fundamental para a defesa de um regime de democracia política, já a Constituição elaborada no decurso

do processo revolucionário reflectiu as várias inspirações que estiveram na sua origem e o acidentado percurso revolucionário português durante os seus trabalhos (Ferreira, 1993, p. 200).

António Reis e Medeiros Ferreira participaram activamente na Constituinte como deputados socialistas. Historiadores com obra e créditos firmados, escreveram sobre uma época que protagonizaram deixando-nos registos testemunhais e, sobretudo, interpretativos, sobre os trabalhos da Constituinte, que são peças fundamentais para o seu estudo.

Partilhando com Medeiros Ferreira (1993, p. 221) a ideia do lugar central da Constituinte no estabelecimento da democracia pluralista, é nosso objectivo analisar os seus trabalhos, lançando um olhar para o período de antes da ordem do dia a fim de aferir em que medida os temas da actualidade política integraram a agenda de trabalhos parlamentar.

Em termos cronológicos, centraremos a nossa atenção nos seus primeiros meses de actividade, isto é, no período que medeia entre 2 de Junho (início dos trabalhos) e 19 de Setembro de 1975 (tomada de posse do VI Governo Provisório). Coincidindo com o designado *Verão Quente*, trata-se de um momento decisivo e particularmente interessante no que diz respeito à história da Constituinte e da própria Revolução.

O levantamento, sistematização e análise dos conteúdos dos debates (um total de mais de 300 intervenções) permitiu-nos não apenas identificar as temáticas dominantes como também o posicionamento dos diferentes partidos com assento parlamentar sobre cada um deles. Desta forma, esperamos fornecer novas pistas interpretativas sobre o lugar da Constituinte no processo revolucionário para que, de personagem secundária, seja catapultada para o lugar que efectivamente ocupou na história.

Uma das medidas imediatas consagradas no Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) era a convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal, directo e secreto. Este compromisso quanto ao estabelecimento de um sistema político legitimado pelo voto livre foi publicamente apresentado ao país na madrugada de 26 de Abril de 1974. Mas, tal como aconteceu noutros domínios, o cumprimento deste princípio programático revelou-se difícil dada a impossibilidade de sobre ele reunir posições consensuais.

Num primeiro momento, as resistências nascem no seio do novo poder e traduzem-se na proposta apresentada ao Conselho de Estado, em inícios de Julho de 1974, por António de Spínola (Presidente da República) e Adelino da Palma Carlos (primeiro-ministro). Interpretada como uma tentativa de golpe palaciano (habitualmente designada por *Golpe Palma Carlos*), nela se previa um adiamento de ano e meio das eleições para a Constituinte e a aprovação, a breve prazo, de uma Constituição provisória em referendo. A aceitação desta proposta teria alterado substancialmente o calendário eleitoral previsto pelo MFA<sup>1</sup> e, em última análise, o próprio rumo da revolução, dada a posição de força que conferiria a António de Spínola e Palma Carlos.

O fracasso deste projecto, a demissão do primeiro-ministro (9 de Julho) e, pouco depois, do próprio General (30 de Setembro), não se traduzem, no entanto, no fim da polémica ou das ameaças sobre a Constituinte. Na realidade, a partir de Outubro de 1974, outras vozes se erguem contestando a pertinência da realização de eleições e, conseqüentemente, da convocação da Constituinte a curto prazo (Rezola, 2006, p. 59 e ss). Quando se devem realizar as eleições? Participará nelas o MFA? Em que moldes? E depois das eleições, qual o papel do MFA na vida política? Estas são apenas algumas das dominantes do debate travado no último trimestre de 1974, deixando antever os futuros confrontos entre a legitimidade revolucionária e a legitimidade eleitoral. A posição de prudência, senão mesmo indefinição, assumida pelo MFA, contrasta com a dos principais líderes partidários que rapidamente compreenderam que o seu lugar no futuro quadro constitucional dependia das respostas encontradas para estas e outras questões então equacionadas.

---

<sup>1</sup> Segundo o Programa, primeiro realizar-se-iam eleições para a Constituinte, depois aprovar-se-ia a nova Constituição e, por último, eleger-se-ia o Presidente da República. Segundo o projecto "Palma Carlos-Spínola", primeiro deveriam realizar-se eleições presidenciais (até 31 de Outubro de 1974) aprovando-se em simultâneo uma Constituição provisória. As eleições para a Constituinte seriam adiadas para Novembro de 1976 e, assim, a nova Constituição apenas entraria em vigor em meados de 1977.

Fiel aos compromissos assumidos, o III Governo Provisório fez aprovar legislação com vista à realização do acto eleitoral. O processo fora desencadeado, no início do Verão, com a constituição de uma comissão de elaboração da lei eleitoral, composta por elementos indicados pelas forças que integravam o I Governo Provisório.<sup>2</sup> Os trabalhos dessa comissão decorrem entre 2 de Junho e 22 de Agosto, resultando na entrega do projecto da lei que o Governo utilizará para apresentar ao Conselho de Estado uma proposta de lei eleitoral. A 15 de Novembro foram finalmente publicados os decretos-lei n.ºs 621-A/74 (recenseamento), 621-B/74 (lei das capacidades cívicas que interdita o voto aos que durante a ditadura exerceram determinadas funções públicas ou participaram em organizações antidemocráticas) e 621-C/74 (organização do processo eleitoral) que no seu conjunto ficaram conhecidos como Lei Eleitoral. Segundo Vital Moreira, este foi “um dos grandes *acquis révolutionnaires*”, consagrando “um sistema avançadíssimo de legislação eleitoral”, suportado por “duas traves mestras que ainda hoje se mantêm”: os círculos eleitorais de base distrital e o sistema proporcional segundo o método de Hondt (Moreira, 1999, p. 198).

---

<sup>2</sup> Jorge Miranda e Barbosa de Melo, indicados pelo Partido Popular Democrático (PPD); José de Magalhães Godinho e Ângelo Almeida Ribeiro, pelo Partido Socialista (PS); Lino Lima, pelo Partido Comunista Português (PCP); José Manuel Galvão Teles, pelo Movimento de Esquerda Socialista (MES); e Manuel João Palma Carlos, pelo Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE).

A campanha de recenseamento que então se lançou (9/12/74 a 8/1/75), permitiu um substancial crescimento do corpo eleitoral (de 1,8 para 6,2 milhões). Paralelamente, deu-se início à preparação logística imprescindível à efectivação do acto eleitoral. O processo, que envolveu uma minuciosa organização, foi coordenado pelo então ministro da Administração Interna, tenente-coronel Costa Braz, pela equipa que constituiu no Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos (STAP) e, a partir de Fevereiro de 1975, pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) (Braz, 2014). Finalmente, depois de sucessivos adiamentos, a 25 de Abril de 1975 têm lugar as eleições para a Assembleia Constituinte. Votam 91,66% dos inscritos, um dado inédito na democracia portuguesa, revelador da importância conferida às eleições naquele contexto, enquanto fonte de legitimação do poder.

A ampla afluência às urnas e o ambiente ordeiro que rodeou o acto eleitoral abriam boas perspectivas aos defensores da legitimidade democrática. Recorde-se, no entanto, que dias antes se celebrara uma Plataforma de Acordo Constitucional entre o MFA e os partidos políticos (“Pacto MFA-Partidos”) que consagrava a supremacia do poder revolucionário sobre a legitimidade eleitoral. Segundo esse acordo, enquanto

órgão representativo do MFA, o Conselho da Revolução (CR) ocupava o lugar cimeiro da estrutura do Estado, com amplos poderes constituintes, militares e fiscalizadores, a serem consagrados constitucionalmente. Quanto à Assembleia Constituinte, determinava-se que esta não ultrapassasse os princípios consignados no Programa do Movimento e respeitasse “as conquistas revolucionárias” já alcançadas, obrigando-se a consagrar na futura Constituição esses princípios. Em suma, “diferentemente das anteriores Cortes Gerais Extraordinárias e Constituinte”, a Assembleia não era instituída como “órgão de soberania único”, não recebendo “as competências legislativas e de fiscalização política inerentes a um verdadeiro parlamento” (Miranda, 1989, p. 621). Como explicou o então primeiro-ministro Vasco Gonçalves, ao jornal belga *Le Soir*, a experiência de um ano de Revolução tinha ensinado “aos militares, embora a contragosto, que ao contrário do que tinham imaginado, o poder não podia ser entregue automaticamente aos civis” (Gonçalves, 1976, p. 267).

A postura inicial dos partidos vencedores das eleições foi de prudência, como recorda Mário Soares, não reclamando “uma imediata mudança de Governo, como seria natural depois de um acto eleitoral com o significado e a magnitude que teve” (Avillez, 1996, p. 425). No entanto, pese as intervenções de destacados membros do CR recordando os compromissos assumidos no Pacto e desvalorizando as eleições, ao longo de Maio assiste-se a uma gradual alteração do ambiente político. Incidentes como os das celebrações do 1.º de Maio ou do “caso República” assim o atestam, revelando o crescente desejo de intervenção e o abandono de uma aparente subalternização em relação ao poder revolucionário por parte de algumas forças político-partidárias. Traduzindo-se numa onda de agitação, mas também de criticismo, em relação ao poder militar, as movimentações encabeçadas pelo partido vencedor das eleições (PS), geraram um clima de inquietação e suspeição. Na perspectiva de dirigentes político-militares como Vasco Gonçalves, Rosa Coutinho ou Pinheiro de Azevedo, não estavam reunidas condições para o início da actividade da Constituinte.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> CR, Acta da reunião de 28/5/75.

### **Iniciando os trabalhos: o período de antes da ordem do dia em debate**

A despeito desta nova ameaça, a sessão solene de abertura da Assembleia Constituinte teve lugar a 2 de Junho, como previsto. Na sua intervenção, o Presidente da República apelou aos deputados para que minimizassem os seus interesses partidários e permitissem que o futuro texto constitucional incluísse conceitos “tão sólidos” que garantissem a “estabilidade governamental” e, simultaneamente, “tão amplos” que não limitassem

o “progressismo revolucionário do Povo e das suas Forças Armadas”. Integrando a Constituinte na dinâmica mais ampla do processo revolucionário, Costa Gomes destacou a importância do “Pacto MFA-Partidos”, rotulando-o como um “elemento original” a ter em conta na preparação do futuro texto constitucional. Os princípios nele consignados seriam, em seu entender, a garantia de que a revolução iria progredir “para um socialismo pluripartidário, em simbiose fecunda entre as vias revolucionária e eleitoral” e que “o impulso socializante em que avança a nossa sociedade” não iria esmorecer.<sup>4</sup> Num momento em que o MFA procurava clarificar os moldes em que instituir essa via original de um “socialismo português” e, nas ruas, se assistia a confrontos crescentemente violentos entre os defensores da legitimidade revolucionária e os da legitimidade eleitoral, Costa Gomes tentava harmonizar o impossível colocando a Constituinte no centro do debate.

---

<sup>4</sup> *Diário da Assembleia Constituinte (DAC)* nº 1, 3/06/75, pp. 1-2.

<sup>5</sup> *DAC* suplemento ao n.º 12, 1/7/75.

<sup>6</sup> *Jornal Novo*, 23/06/75.

Outros factores contribuirão para transformar a Assembleia num palco da disputa revolucionária. Desde logo, o facto de os seus trabalhos se iniciarem num dos momentos mais “quentes” da Revolução (Verão de 1975) – dificilmente as paredes de São Bento não seriam franqueadas pelos acontecimentos que se operavam noutros cenários (ruas, quartéis, partidos, centros de poder, movimentos populares, etc.).

O envolvimento da Constituinte na luta revolucionária decorre também do seu regimento que prevê a existência de um período de antes da ordem do dia (PAOD) passível de ser utilizado para debater temas de actualidade. De facto, de acordo com o seu art.o 42, o PAOD podia ser utilizado para: a apresentação de reclamações e correspondência; apresentação ou entrega de projectos de Constituição, disposições constitucionais ou outras propostas; emissão de votos de congratulação, saudação, protesto ou pesar; e, ainda, para o “uso da palavra para versar assuntos de política nacional de interesse para a Assembleia Constituinte”.<sup>5</sup>

O debate do regimento, e em particular deste artigo, deixou patente as profundas divergências sobre as competências e atribuições da Assembleia ou, como refere o *Jornal Novo*, “mais precisamente” sobre “a interpretação da atribuição que lhe está designada”.<sup>6</sup>

O primeiro confronto, opondo socialistas e comunistas, ocorre a 12 de Junho (4.ª sessão) e é iniciado por Octávio Pato (PCP), na sequência da apresentação à mesa de dois requerimentos. O primeiro, de Vasco da

Gama Fernandes (PS), incidia sobre a prisão de militantes do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletário (MRPP). O segundo, de Rosa Rainho (PS), sobre a presença do presidente da Assembleia nas cerimónias de independência de Moçambique. Manifestando as suas reservas à admissão destes requerimentos, o deputado comunista sustenta a sua posição em dois argumentos: o regimento ainda não fora votado e, além do mais, aquelas matérias extrapolavam as competências da Assembleia.<sup>7</sup> No mesmo sentido intervém José Tengarrinha (MDP/CDE), recordando que, nos termos do Pacto, “o fim único, exclusivo” da Assembleia era o de “elaborar uma Constituição”.<sup>8</sup> Em suma, reforça Octávio Pato, a missão da Assembleia cingia-se à “elaboração e aprovação de uma nova Constituição”.<sup>9</sup> O mote estava lançado deixando antever o confronto que se verificaria no decurso do debate do Regimento.

Apresentado ao plenário por Jorge Miranda (PPD), o documento era o resultado dos trabalhos da Comissão do Regimento sobre três projectos submetidos à sua apreciação.<sup>10</sup> As posições extremam-se dando lugar a um aceso debate que ocupará essa e as seis sessões seguintes. Em causa, três questões centrais: a forma de votação (escrutínio secreto ou não); a limitação do uso da palavra no debate do texto constitucional; e, sobretudo, os objectivos e poderes da Assembleia.

Para Lopes de Almeida, Octávio Pato, Vital Moreira (PCP) ou Luís Catarino e José Tengarrinha (MDP/CDE), a Assembleia deveria cingir-se à elaboração do texto constitucional, negando-se, por isso, a existência do PAOD. Segundo os deputados comunistas, vários artigos do regimento alargavam “abusiva e ilegitimamente” a competência e os poderes da Assembleia, ameaçando transformá-la “muito perigosamente, numa ‘assembleia nacional’” (Lopes de Almeida)<sup>11</sup> ou num “terceiro poder” com capacidade de intervenção na “condução da política nacional”, ao lado do Governo ou do CR (Vital Moreira).<sup>12</sup> Assim, tendo em conta as “graves consequências que podem ter certas tendências de utilizar a Assembleia para fins objectivamente contrários ao processo revolucionário”, manifestam-se contra um PAOD ilimitado e lato (Octávio Pato).<sup>13</sup>

A posição dos constituintes comunistas é reforçada numa Nota do Comité Central do Partido, sublinhando que a Assembleia “nada tem que intervir na política corrente e na actividade do Governo” sob pena de fazer perigar “as actuais instituições democráticas”.<sup>14</sup> Esta posição é

<sup>7</sup> DAC n.º 5, 14/06/75, p. 57.

<sup>8</sup> DAC n.º 5, 14/06/75, p. 58.

<sup>9</sup> DAC n.º 5, 14/06/75, p. 60.

<sup>10</sup> As propostas foram apresentadas pelo PS, PPD e UDP- cf. DAC n.º 5, 14/05/75, pp. 217-218.

<sup>11</sup> DAC n.º 5, 14/06/75, p. 61.

<sup>12</sup> DAC n.º 9, 20/6/75, p. 176.

<sup>13</sup> DAC n.º 6, 17/06/75, pp. 80-81.

<sup>14</sup> *Avante*, 19/6/75.

corroborada pelos deputados do MDP/CDE observando que a proposta de regimento violava os princípios do Pacto, conferindo à Constituinte poderes “que só podem caber a uma Assembleia Legislativa” (Luís Catarino).<sup>15</sup> Segundo Tengarrinha, em causa estava uma tentativa de “apagamento do MFA”, com um impacto indesejável “na vida política portuguesa e no processo revolucionário”.<sup>16</sup>

No campo oposto, ergue-se a voz dos deputados para quem a elaboração da Constituição era entendida num sentido mais lato, implicando a existência de um vasto espaço de debate. Porque, argumenta Costa Andrade (PPD), a Assembleia deveria manter-se “em contacto vivificante e dialéctico com a realidade para que aponta” não podendo “cortar os laços do povo com os seus representantes”.<sup>17</sup> Posição idêntica é expressa por outros deputados do PPD (como Emídio Guerreiro, Olívio França, Jorge Miranda, Mota Pinto ou Fernando Amaral) para quem era fundamental “fazer viver nesta Assembleia o palpitar nervoso de todo um povo” (Fernando Amaral).<sup>18</sup>

A bancada socialista apresenta argumentos semelhantes na defesa do PAOD: a Constituinte não podia “alhear-se da realidade objectiva que decorre do processo revolucionário” (António Macedo),<sup>19</sup> sendo necessário levar à Assembleia “a realidade nacional”, para que sobre ela “se construa uma Constituição duradoura, que seja guia e farol do povo português na caminhada para o socialismo em liberdade” (J. Luís Nunes).<sup>20</sup> Porque, “limitar a acção” da Constituinte “à discussão da redacção de alguns frios artigos legais seria castrá-la social e politicamente” e “trair a confiança que o povo português” nela depositara (Lopes Cardoso).<sup>21</sup> No mesmo sentido se expressam, entre outros, Amarino Sabino, Sottomayor Cardia e Medeiros Ferreira, para quem em causa estava a própria “dignificação” da Constituinte:

Esta Assembleia, durante a hora prévia, pode, portanto, fornecer ao Governo, ao Movimento das Forças Armadas, uma série de informações e de análises que escasseiam neste País, neste momento e numa hora grave para a vida da Nação [...]. Nós somos, portanto, pela instauração da hora prévia, como um facto de democratização gradual e progressiva da vida política portuguesa.<sup>22</sup>

---

**15** DAC n.º 5, 14/06/75, pp. 62-63.

**16** DAC n.º 6, 17/06/75, p. 78.

**17** DAC n.º 5, 14/06/75, pp. 63-64.

**18** DAC n.º 9, 20/06/75, p. 174.

**19** DAC n.º 5, 14/06/75, p. 64.

**20** DAC n.º 5, 14/06/75, p. 67.

**21** DAC n.º 6, 17/06/75, p. 77.

**22** DAC n.º 9, 20/6/75, p. 173.



Esta posição é partilhada pelos centristas, argumentando ser necessário elaborar uma Constituição “inserida no seu tempo, que tenha em devida conta os problemas reais deste país e do seu povo”, devendo, por isso, estar aberta “à livre apreciação dos mais instantes problemas que afligem a sociedade portuguesa” (Basílio Horta).<sup>23</sup> Porque, acrescenta Amaro da Costa, a inclusão do PAOD era “pedagógico, útil e dignificante”.<sup>24</sup>

Finalmente, a existência de um PAOD é também patrocinada pelo deputado da União Democrática Popular (UDP), Américo Duarte, alegando que “os problemas e lutas do povo têm de se sentir aqui nesta sala”, dado que “as lutas do povo não param lá fora, as lutas continuam e devem fazer-se sentir nesta Assembleia”.<sup>25</sup>

A análise das sessões em que o regimento é debatido<sup>26</sup> coloca igualmente em evidência que, ainda antes da sua aprovação, o PAOD já era amplamente utilizado. A 18 de Junho, por exemplo, 14 deputados usam da palavra, em intervenções que constituíam verdadeiras interpelações ao governo. São os casos de: Furtado Fernandes (PPD), pedindo informações sobre as intenções legislativas do governo em matéria de comissões de trabalhadores; Américo Duarte (UDP), propondo um voto de repúdio à contramanifestação “fascista” de apoio ao Patriarcado marcada para esse dia, e um voto de apoio à “justa luta dos trabalhadores da Rádio Renascença”; ou Marcelo Curto (PS) requerendo informações sobre as medidas tomadas para pôr termo “à violência que impede 22 trabalhadores jornalistas da República de exercer a sua profissão” e a “futuras violações da liberdade de expressão e de informação”.<sup>27</sup> O tema “Comunicação Social” voltava à Constituinte, onde fora já introduzido, nomeadamente pela voz crítica de José Medeiros Ferreira (PS), denunciando a “demagogia infernal”, a “ironia” e a “incompetência grosseira com que os órgãos de comunicação social” tratavam a Constituinte.<sup>28</sup> Esta intervenção, que motivou a saída dos jornalistas presentes nas galerias, merecerá um comentário de Carlos Brito (PCP) sobre os perigos de transformar a Constituinte “num parlamento tumultuoso” caso se aprovasse um regimento que contemplasse a existência de um PAOD “ilimitado e todo-poderoso”.<sup>29</sup>

Finalmente, a 23 de Junho, procede-se à votação do Regimento. Ainda que, na versão aprovada, se contemple a existência de um amplo espaço de debate no PAOD, a questão não fica encerrada. Por diversas vezes,

---

**23** DAC n.º 5, 14/6/75, p. 65.

**24** DAC n.º 9, 20/6/75, p. 184.

**25** DAC n.º 5, 14/6/75, p. 65.

**26** Durante esse período, a AC funcionava sob um regulamento provisório proposto pela Comissão Instaladora (com a aprovação dos principais partidos e do Conselho de Ministros).

**27** DAC n.º 8, 19/6/75.

**28** DAC n.º 7, 18/6/75, p. 120.

**29** DAC n.º 8, 19/6/75, p. 127.

o PCP retomará o tema em intervenções em que, em última análise, se propõe a sua abolição. Longe de desistir desta batalha, os partidários do alheamento da Constituinte do debate da política “corrente” não esmorecem, sendo o PAOD sucessivamente questionado.

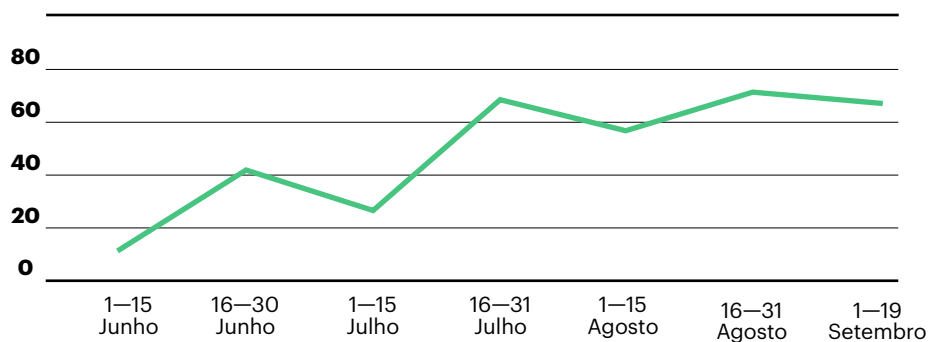
### **O debate no período de antes da ordem do dia: o peso da política**

Nas suas memórias, Freitas do Amaral (1995, p. 391) dá conta do ambiente tenso que pautou o início dos trabalhos constituintes. Os testemunhos são unânimes a este respeito. António Reis, por exemplo, recorda a sua apreensão perante a hostilidade de alguns sectores “do MFA em conjugação com o Partido Comunista e partidos esquerdistas”, empenhados em “tudo fazerem para subalternizar a importância de uma Assembleia que lhes surgia como uma excrescência do ‘parlamentarismo burguês’” (Assembleia da República, 2001). No mesmo sentido, Jorge Miranda nota que, “em Julho, a Assembleia dir-se-ia mesmo condenada a apagar-se ou prestes a ser encerrada”. Segundo o então deputado popular democrata, a Assembleia era alvo de múltiplos ataques, sendo considerada como “um corpo estranho num contexto revolucionário hostil à ‘democracia burguesa’ de que era tida como expressão” (Assembleia da República, 2001).

Sem capacidade de legislar ou participar na governação, a missão dos constituintes parecia, à partida, bastante limitada. No entanto, a aprovação de um regimento que contempla a existência de um lato PAOD abriu perspectivas bastante interessantes, sobretudo para os que começavam a manifestar um crescente distanciamento em relação aos centros de poder revolucionários. Como observa Jorge Miranda, esse período serviu “para o país, por meio de cartas, telegramas, representações de cidadãos e de grupos de cidadãos” se dirigir “à Assembleia e, através dela, ao Conselho da Revolução e ao governo” (Miranda, 2015, p. 125). Esta seria, de facto, a forma de os deputados debaterem os rumos da Revolução, contornando assim as limitações que, em rigor, o Pacto lhes impunha.

Com efeito, este tempo de apresentação e discussão de questões que não se cingiam à elaboração do texto constitucional foi amplamente utilizado durante os primeiros meses **[Gráfico 1]** e rapidamente se transforma num espaço privilegiado de disputa política.

A análise das intervenções no PAOD nos meses de Junho a Setembro de 1975 assim o atesta, deixando patente o dinamismo de algumas bancadas parlamentares **[Quadro 1]**.

**Gráfico 1.**

N.º de intervenções no PAOD.

Fonte: Elaboração própria com base nos DAC.

|                                | PS  | PPD | UDP | CDS | PCP | MDP/CDE | Total |
|--------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|---------|-------|
| <i>nº de deputados</i>         | 116 | 81  | 1   | 16  | 30  | 5       |       |
| <b>Política</b>                | 30  | 36  | 9   | 8   | 3   | 3       | 89    |
| <b>Economia/Act. Ec.</b>       | 16  | 17  | 2   | 2   | 1   |         | 38    |
| <b>Assembleia Constituinte</b> | 16  | 6   | 3   |     | 6   | 2       | 33    |
| <b>Comunicação Social</b>      | 13  | 10  | 5   |     | 1   |         | 29    |
| <b>Política Externa</b>        | 12  | 4   | 3   | 2   | 2   |         | 23    |
| <b>Descolonização</b>          | 12  | 3   | 4   | 1   | 1   | 1       | 22    |
| <b>Educação e Cultura</b>      | 9   | 12  |     |     |     |         | 21    |
| <b>Violência</b>               | 4   | 11  | 1   | 3   | 1   |         | 20    |
| <b>Questões laborais</b>       | 8   | 4   | 2   | 1   |     |         | 15    |
| <b>Justiça de transição</b>    | 5   | 3   | 3   | 1   | 1   |         | 13    |
| <b>Questões sociais</b>        | 3   | 5   |     |     |     |         | 8     |
| <b>Outros</b>                  | 3   | 5   | 1   |     |     |         | 9     |
| <b>Total</b>                   | 131 | 116 | 33  | 18  | 16  | 6       | 320   |

**Quadro 1.**

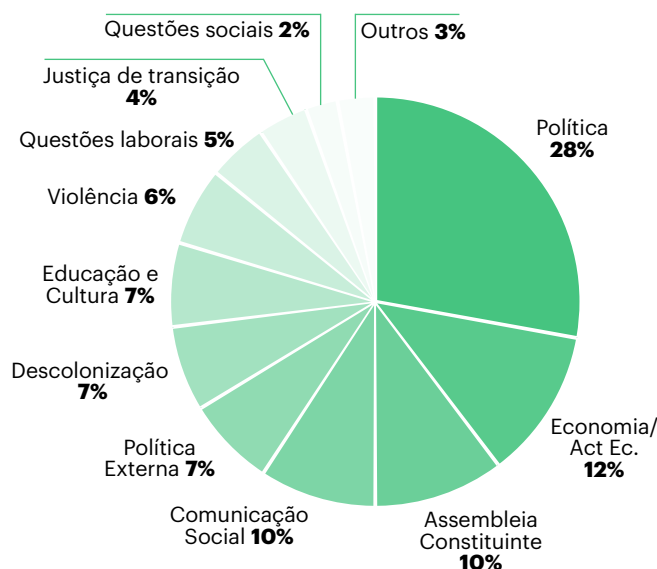
PAOD – temas das intervenções (Junho – Setembro).

Fonte: Elaboração própria com base nos DAC.

Os dados apresentados devem ser observados como indicativos, uma vez que, no seu apuramento, não foi tida em conta a dimensão das intervenções nem dos respectivos grupos parlamentares. Tendo este aspecto em consideração, é necessário destacar o desempenho da UDP que, com apenas um deputado, se posiciona como o terceiro partido mais participativo, ainda que a inevitável distância do PS (com 116 deputados) e do PPD (81).

As intervenções pautam-se pela sua diversidade, quer no que diz respeito à forma, quer, sobretudo, quanto aos assuntos abordados **[Gráfico 2]**. A dispersão temática dificulta a definição de critérios de análise e o estabelecimento de categorias rígidas. Trata-se, no entanto, de um exercício interessante para apurar quais os temas mais recorrentes e tidos como prioritários, nos diferentes momentos, pelas diferentes bancadas. De igual modo, ele permite-nos vislumbrar o posicionamento das forças políticas sobre os rumos da Revolução, proporcionando um evidente envolvimento da Constituinte na luta política mais ampla que se travava.

Assinale-se ainda que muitas intervenções se caracterizam pelo seu hibridismo temático, cruzando assuntos e problemas de diferente teor. Nestes casos, considerou-se o tema central como definidor do teor da intervenção. Refira-se ainda que, apesar de inicialmente contempladas, não foram autonomizadas categorias como “partidos” ou “MFA/CR”.



### Gráfico 2.

Antes da ordem do dia – temas das intervenções (Junho – Setembro).

Fonte: Elaboração própria com base nos DAC.

A actualidade política domina visivelmente o debate e perpassa praticamente todas as categorias: “Política”, “Comunicação Social”, “justiça de transição”, ... Num país que se agita sob uma revolução dificilmente poderia ser de outra forma. “Casos” como o da Rádio Renascença e do Jornal *República*, ou, ainda, a aprovação do *Documento Guia de Aliança Povo-MFA* (8 de Julho), ocupam um lugar de destaque.

Resultando de uma aliança entre sectores afectos ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves e ao COPCON, este Documento defendia um modelo de poder popular contrário ao sistema de democracia representativa e à própria existência da Constituinte. Apoiado, em diferentes âmbitos, por partidos e organizações como o PCP, MDP, MES e PRP/BR, o projecto é abertamente condenado na Constituinte pelo PS, CDS e PPD. Segundo Sottomayor Cardia (PS), aquele era “um texto contrário ao Programa do MFA”, representando “um desprezo formal pela vontade popular expressa nas eleições de 25 de Abril”.<sup>30</sup> Porque, observa Emídio Guerreiro (PPD), só a Constituinte tinha “legitimidade para definir a estrutura do Estado democrático e socialista”.<sup>31</sup> “Qual é o nosso lugar como Assembleia Constituinte, como Deputados? (...) Qual o sentido dos nossos debates? Qual a validade e o poder dos futuros órgãos de Soberania em face das estruturas unitárias que se visam criar?”,<sup>32</sup> interroga-se Amaro da Costa (CDS), cuja intervenção é sucessivamente cortada por comentários depreciativos de Vital Moreira (PCP). O PAOD dessa sessão de 10 de Julho dura mais de duas horas e inclui uma intervenção de Carlos Brito (PCP) onde, mais uma vez, se denuncia a utilização da Constituinte “para fins que não são manifestamente aqueles que lhe estão atribuídos”.<sup>33</sup> A luta que se travava nos centros de poder, nas ruas e nos quartéis entrara definitivamente em São Bento.

Os debates sobre os grandes temas que percorrem o país naquele Verão radicalizam-se. Desde logo sobre a queda do IV Governo Provisório e o já mencionado “caso República” - apresentado por Manuel Alegre (PS) como “um problema político, que se insere numa estratégia global de controle dos órgãos da informação”.<sup>34</sup> Depois, a tomada de posse do V Governo Provisório, que Moura Guedes (PPD) compara a uma “comissão administrativa *doublée* de uma comissão liquidatária”.<sup>35</sup> Finalmente, o *Documento dos Nove*, cujos autores são apresentados como “os mais corajosos e representativos” revolucionários do 25 de Abril (Sottomayor Cardia, PS) e como os únicos capazes de impedir que “o processo revolucionário em curso *descambe* no processo golpista em curso” (António

---

**30** DAC n.º 15, 11/7/75, p. 306.

**31** DAC n.º 15, 11/7/75, p. 311.

**32** DAC n.º 15, 11/7/75, p. 308.

**33** DAC n.º 15, 11/7/75, pp. 312-313.

**34** DAC n.º 16, 12/7/75, p. 333.

**35** DAC n.º 29, 9/8/75, p. 730.

Reis, PS)<sup>36</sup> – Segundo Mota Pinto (PPD), a sua proposta era “um clarão de esperança na preservação dos ideais de 25 de Abril, um clarão de esperança na resistência a uma eventual ditadura, um clarão de esperança na superação da crise política”.<sup>37</sup> Como observava um comunicado da Comissão Nacional do PS neste contexto, “perante as linhas de clivagem operadas no seio do MFA”, a Constituinte transformara-se na verdadeira sede da “soberania nacional”.<sup>38</sup>

**36** DAC n.º 29, 9/8/75, pp. 731-732.

**37** DAC n.º 30, 13/8/75, p. 770.

**38** *Jornal Novo*, 11/8/75.

**39** DAC n.º 31, 14/8/75, p.807.

**40** Sobre os acontecimentos desse fim de semana ver Rezola, 2006, p. 300 e seguintes.

**41** DAC n.º 21, 23/7/75, p. 510.

### Múltiplas frentes de intervenção

A forte presença da actualidade política não deve eclipsar a riqueza do debate no PAOD. Assim o atesta a análise levada a cabo e a grelha construída. Na categoria “questões sociais”, uma das menos representadas, foram consideradas as intervenções que se reportam à apresentação de requerimentos sobre pensões de reforma, emigração ou, por exemplo, prostituição. Em “Justiça de transição” (4% das intervenções analisadas) consideram-se sobretudo as relativas a situações de saneamento e à Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE/DGS) (actuação da Comissão de Extinção da PIDE/DGS; fuga da cadeia de Alcoentre; julgamento dos pides, etc.). Várias das interposições sobre a polícia política da ditadura são da autoria do deputado da UDP Américo Duarte, facto que coloca em evidência o tom provocante do requerimento apresentado por Galvão de Melo (CDS) em que, sob o argumento de que “o excesso de agressividade é sempre revelador de um sentimento de medo”, se alude à possibilidade de Américo Duarte ter sido informador da PIDE.<sup>39</sup> A categoria “Questões Laborais” (5%), por seu lado, reporta-se a intervenções sobre o desemprego, a situação dos trabalhadores da função pública ou de empresas públicas, questões sindicais ou salariais.

O PAOD foi também ocupado com denúncias de situações de tumulto ou uso indevido de força (categoria “violência”). Veja-se, por exemplo, o dramático relato de Alfredo de Sousa (PPD), detido e ameaçado por populares no “fim de semana de ruptura” (19-20 de Julho),<sup>40</sup> e o seu clamor: “simplesmente, não posso deixar de confessar que fiquei impressionado com a histeria quase descontrolada de alguns componentes das barricadas”.<sup>41</sup> Da mesma forma, verificam-se referências aos ataques a sedes e centros de trabalho do PCP. A questão é introduzida pelo deputado comunista Octávio Pato em finais de Julho e dominará uma parte considerável do debate em inícios de Agosto. Primeiro, pela voz de Lopes Cardoso, que condenando os ataques a instalações do PCP e do

MDP/CDE, denuncia também os “actos de puro terrorismo” praticados por “militantes e simpatizantes” desses partidos contra “militantes e simpatizantes” do PS, traduzindo-se numa onda de violência “cuja gravidade não pode ser ignorada”.<sup>42</sup> Nas sessões seguintes o tema é retomado por outros constituintes que alertam para o risco de que a violência alastre e, desta forma, “se agravem os perigos de que a democracia morra, mesmo antes de nascer” (Manuel Soares, CDS).<sup>43</sup> Reclamam-se soluções “que contribuam para anular essa sementeira de ódio” (Fernando Roriz, PPD)<sup>44</sup> e ponham termo à “actuação inconsequente e aventureirista de partidos minoritários” que “tentam a todo o custo impor a sua vontade” (Júlio Calha, PS).<sup>45</sup>

Menos dramáticas são as interpelações sobre educação e cultura (7%), que se traduzem maioritariamente em pedidos de informações sobre o serviço cívico estudantil, sobre a reorganização do ensino superior, sobre o direito ao ensino ou sobre o ensino para emigrantes. Destaca-se, no entanto, a voz de Sophia de Mello Breyner (PS) que, protestando contra a integração da Secretaria de Estado da Cultura no Ministério da Comunicação Social, denuncia a tentativa de impor à cultura “um esquema herdado do totalitarismo”. Porque, alerta, “a revolução tem estado a ser desvirtuada pelo abuso e pela avidez de poder de falsas vanguardas ideológicas”.<sup>46</sup>

Ainda que, em diferentes momentos, se verifiquem intervenções aludindo às cerimónias de independência de Moçambique, Cabo Verde ou S. Tomé e Príncipe, serão outros os temas dominantes em matéria de descolonização. Desde logo a situação em Angola, classificada por Sá Machado (CDS) como trágica e como o “verdadeiro teste da descolonização portuguesa”.<sup>47</sup> Mais incisivo, Fernando Roriz (PPD) comentará que “na descolonização, a revolução portuguesa repetiu os erros e vícios que fizeram aqui, neste recanto da Europa, as suas comprometedoras contradições”.<sup>48</sup> O mesmo tom pessimista domina as múltiplas intervenções sobre a questão dos “retornados”, cuja situação é retratada como dramática<sup>49</sup> e desesperada, motivando acções de protesto como a ocupação do Banco de Angola, evocada por Vasco da Gama Fernandes (PS).<sup>50</sup> O problema estava longe de controlado porque “a guerra alastra em Angola e já nada detém a população branca que entrou em pânico”<sup>51</sup> (Aquilino Ribeiro), sendo para muitos fundamental fiscalizar a acção do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN) (Pires de Morais,

---

**42** DAC n.º 26, 6/8/75, p. 638

**43** DAC n.º 27, 7/8/75, p. 673

**44** DAC n.º 28, 8/8/75, p. 701.

**45** DAC n.º 29, 9/8/75, p. 735.

**46** DAC n.º 25, 2/8/75, pp. 620-621.

**47** DAC n.º 28, 8/8/75, p. 698.

**48** DAC n.º 41, 3/9/75, p. 1138.

**49** Ver, a este respeito, as intervenções de M. Teresa Vidigal (PS) – DAC n.º 36, 23/8/75, p. 963 – e Fernando Roriz (PPD) – DAC n.º 41, 3/9/75, p.1138.

**50** DAC n.º 41, 3/9/75, p. 1139.

**51** DAC n.º 43, 10/9/75, p. 1209.

CDS).<sup>52</sup> Finalmente, ainda que em menor quantidade, é também possível encontrar alusões à “luta fratricida desencadeada em Timor” (Carlos Candal, PS).<sup>53</sup>

As questões de política externa ganham particular relevo na sessão de 1 de Agosto, na sequência de uma proposta do CDS saudando a Cimeira de Helsínquia (Conferência de Segurança e Cooperação Europeia).

Vários deputados pedem esclarecimentos sobre o alcance da moção, que mereceu o apoio do PPD (explicando, pela voz de Mota Pinto, que o seu voto “teria até o significado de um apoio” ao Presidente Costa Gomes, que se encontrava em Helsínquia a participar nos trabalhos) e a abstenção do PCP (por recusar participar em votações “sobre matérias que não são da competência desta Assembleia Constituinte”) e PS (considerando a proposta prematura).<sup>54</sup>

Quanto às actividades económicas as intervenções são diversificadas, traduzindo-se sobretudo em pedidos de informações sobre alguns sectores de actividade, regiões ou situações concretas. Finalmente, na categoria “Assembleia Constituinte”, foram consideradas as intervenções relativas ao regimento, a incidentes ocorridos nas galerias mas também a questões processuais (como a presidência das sessões, a vinculação ou não dos requerimentos por parte da Assembleia, etc.) e afins.

### A Assembleia Constituinte no processo revolucionário

No decurso das negociações para a formação do VI Governo Provisório, a Constituinte volta a estar na ordem do dia. Num documento, dirigido a Pinheiro de Azevedo e Costa Gomes, sobre as suas condições para participar no novo executivo, o PPD acentua a necessidade de “dignificação e prestígio da Assembleia Constituinte” (Sousa, 2000a, p. 860). Paralelamente, através de Mota Pinto, apresenta na Assembleia as suas reservas ao estabelecimento de uma coligação com o PCP, que acusa de entravar as negociações em curso.<sup>55</sup>

Possível graças à recomposição da correlação de forças no CR, na sequência da “Assembleia de Tancos” (Rezola, 2006, p. 381 e ss.), a 19 de Setembro tomou posse o novo executivo. Resultado de um longo e turbulento processo negocial, dominado pela falta de entendimento entre o PPD e o PCP, o VI Governo provisório teve por base a proporcionalidade do resultado das eleições de 25 de Abril de 1975, tendo o PS recebido quatro pastas ministeriais, o PPD duas e o PCP uma. A luta travada, dentro

<sup>52</sup> DAC n.º 48, 18/9/75, p. 1370.

<sup>53</sup> Cf. DAC n.º 41/3-9-75/1141; sobre o mesmo assunto ver DAC n.º 42, 4/9/75, p. 1175 (Ângelo Correia) e DAC n.º 43, 10/9/75, p. 1205 (Américo Duarte).

<sup>54</sup> DAC n.º 25, 2/8/75, p. 619 e seguintes.

<sup>55</sup> DAC n.º 47, 17/9/75, p. 1335.



e fora do parlamento, dera os seus frutos, ficando assim patente mais uma vitória da *via eleitoralista* sobre a *revolucionária*, ou, pelo menos, o reconhecimento do peso da primeira por parte dos oficiais que agora dominavam o CR.

Não cabe no âmbito deste estudo analisar o percurso da Constituinte nos meses que se seguem, o impacto que sobre ela teve o *25 de Novembro* (Rezola, 2016) e os passos que tiveram de ser dados para que, a 2 de Abril de 1976, o novo texto constitucional fosse aprovado. No entanto, algumas conclusões podem ser avançadas sobre os debates que se travaram no PAOD nos seus primeiros meses de actividade.

Particularmente acalorados, os debates do PAOD tiveram frequentemente implícita uma questão de fundo: qual era o lugar da constituinte no processo revolucionário? A radicalização de posições em torno do *Documento Guia* assim o atestou. Num momento em que a revolução atravessava uma das suas fases mais críticas (*Verão Quente*), o PAOD foi particularmente utilizado por partidos como o PS e PPD (ver quadro n.º 1) para apresentar as suas reivindicações políticas e defender um modelo de democracia parlamentar. Na prática, a análise efectuada deixou patente que a luta mais ampla que então se travava nas ruas, nos quartéis, nos campos e nos centros de poder, invadiu também o hemiciclo de São Bento, transformando a Constituinte numa das frentes de intervenção dos que, sem voz directa em centros de decisão, se sentiam legitimados a decidir o futuro do país dado o resultado eleitoral e a ampla afluência às urnas nas eleições de 25 de Abril de 1974.

Por diversas vezes, a Constituinte foi acusada de desvirtuar as suas funções e de ilegitimamente se envolver em lutas de poder, reivindicando para si a legitimidade própria de uma assembleia representativa. Veja-se, a este respeito, o testemunho de Vasco Gonçalves acentuando que “a Assembleia logo que começou a funcionar, aprovou a introdução de debates antes da ordem do dia em que se criticava o Governo, o MFA, e me atacavam a mim, excedendo, portanto, imediatamente as atribuições acordadas no Pacto MFA-Partidos” (Cruzeiro, 2002, p. 176). Os debates analisados dão efectivamente conta de que, pelo menos durante os seus primeiros meses de actividade, a Constituinte se envolveu intensamente na luta revolucionária que se travava então em múltiplas arenas, conferindo reforçada legitimidade aos defensores da via democrática parlamentar.

## Bibliografia

- Alexandrino, J. M. (2006). *A estruturação do sistema de direitos, liberdades e garantias na Constituição portuguesa*. (vol. I). Coimbra: Almedina.
- Amaral, D. F. (1995). *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*. Lisboa: Bertrand.
- Assembleia da República (2001). *A Constituição de 1976. Constituinte, 25 anos [CD-ROM]*. Lisboa: Assembleia da República.
- Aviliez, M. J. (1996). *Soares: ditadura e Revolução*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Braz, M. da C. (2014). A eleição para a Assembleia Constituinte e os militares. In: Lauret, P. (coord.). *Os anos de Abril* (vol. 6). Vila do Conde: Verso da História, pp. 92-107.
- Canotilho, J. J. G. (2003). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. (7.ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Cruzeiro, M. M. (2002). *Vasco Gonçalves, um General na Revolução*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Diário da Assembleia Constituinte (DAC)*. <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dac/01/01/01>
- Ferreira, J. A. (2010). *Assembleia da República: da constituinte à actualidade (1975-2010)*. Lisboa: Assembleia da República.
- Ferreira, J. M. (1993). Portugal em Transe. In: Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal*. (vol. 8). Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 1-285.
- Gaspar, C. (1990). "O processo constitucional e a estabilidade do regime". *Análise Social*, 25 (105/106), pp. 9-29.
- Gonçalves, V. (1976). *Discursos, Conferências de Imprensa, Entrevistas*. Porto: s.e.
- Miranda, J. (1978). *A Constituição de 1976: formação, estrutura, princípios fundamentais*. Lisboa: Livraria Petrony.
- Miranda, J. (1989). "A Constituição de 1976 no âmbito do constitucionalismo português". In: Coelho, M. B. (coord.). *Portugal e o sistema político e constitucional*. Lisboa: ICS, pp. 609-646.
- Miranda, J. (2015). *Da Revolução à Constituição: memórias da Assembleia Constituinte*. Lisboa: Principia.
- Moreira, V. (1999). "A Instituição da Democracia. A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1976". In: *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1967)*. Lisboa: Ed. Colibri, 1999, pp. 193-209.
- Moreira, V. (s.d.). A formação dos "Princípios Fundamentais" da Constituição (Trabalhos preparatórios inéditos). Obtido de [http://app.parlamento.pt/LivrosOnline/Vozes\\_Constituinte/med01470000j.html](http://app.parlamento.pt/LivrosOnline/Vozes_Constituinte/med01470000j.html) (Consulta realizada a 10/11/2015)
- Reis, A. (dir.) (1996). *Portugal, 20 anos de Democracia*. Lisboa: Temas e Debates.
- Reis, A., Rezola, M.I., & Santos, P. B. (2016-2018) (coord.). *Dicionário de História de Portugal* (8 vols.). Porto: Figueirinhas.
- Rezola, M. I. (2006). *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia (1974-1975)*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- (2007). *25 de Abril: mitos de uma Revolução*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- (2016). "O 25 de Novembro na Assembleia Constituinte". In: Barreto, A. (coord.). *O 25 de Novembro e a Democratização Portuguesa*. Lisboa: Gradiva.
- Sousa, M. R. (2000a). *A Revolução e o nascimento do PPD* (2 vols.). Lisboa: Bertrand.
- Sousa, M. R. & Melo, A. J. (2000b). *Constituição da República Portuguesa. Comentada*. Lisboa: Lex Editora.



# O monumento ao jesuíta António Vieira, em Lisboa, e o debate sobre a “conquista” e a colonização portuguesas das terras americanas

---

**Pedro Cardim**

CHAM - Centro de Humanidades  
Universidade Nova de Lisboa  
• pedro.cardim@fcsh.unl.pt

**DOI** <https://doi.org/10.34913/journals/lingualugar.2021.e524>

Neste ensaio é apresentada uma reflexão crítica sobre um monumento recentemente erigido em Lisboa dedicado ao jesuíta António Vieira. Na sua primeira parte argumenta-se que tal escultura pouco diz sobre a “conquista” portuguesa das terras dos povos ameríndios e a imposição de uma forma de dominação que assentou na menorização, política e jurídica, dos indígenas. Na segunda parte do artigo argumenta-se que António Vieira se identificava com esse sistema de dominação e que pouco fez para o modificar de uma forma substantiva. Tal constatação serve, acima de tudo, para situar o jesuíta nos quadros culturais e políticos do seu tempo, e não para o julgar. Na terceira parte estabelece-se uma relação entre este monumento dedicado a Vieira e a persistente visão benigna da colonização portuguesa de terras americanas, asiáticas e africanas. No final, defende-se que, na atual sociedade portuguesa, há um crescente interesse por uma compreensão mais crítica, plural e justa do passado colonial.

**Palavras-chave:** Ameríndios; Colonização; Jesuítas; Brasil; Portugal.



*Dans cet essai, une réflexion critique est présentée sur un monument récemment érigé à Lisbonne dédié au jésuite António Vieira. Dans la première partie, nous argumentons qu’une telle sculpture dit très peu sur la « conquête » portugaise des terres des peuples amérindiens et sur l’imposition d’une forme de domination qui s’appuie sur la minorisation, politique et juridique, des indigènes. Dans la deuxième partie, nous argumentons qu’António Vieira s’identifiait à ce système de domination et qu’il a peu fait pour le modifier d’une manière substantive. Cette constatation*

*sert surtout à situer le jésuite dans les cadres culturels et politiques de son temps, et non à le juger. Dans la troisième partie, nous établissons une relation entre ce monument dédié à Vieira et la persistante vision bénigne de la colonisation portugaise des terres américaines, asiatiques et africaines. À la fin, nous défendons que, dans l'actuelle société portugaise, il y a un intérêt croissant pour une compréhension plus critique, plurielle et juste du passé colonial.*

**Mots-clés:** Amérindiens; Colonisation; Jésuites; Brésil; Portugal.

Neste texto retomo o artigo que publiquei no semanário lisboeta *Expresso*,<sup>1</sup> em junho de 2020, no quadro da polémica suscitada pelas pinturas efetuadas no monumento em homenagem ao jesuíta António Vieira, erigido há poucos anos atrás defronte da igreja de São Roque, em Lisboa. Nessa ocasião, afirmei que tal escultura não fazia jus à figura do famoso jesuíta e defendi que Vieira merecia ser recordado por uma intervenção artística que desse melhor conta da riqueza da sua obra e da complexidade da sua personalidade. Na sequência dessa polémica, várias pessoas, incluindo membros da Companhia de Jesus, também expressaram reservas relativamente àquele monumento.<sup>2</sup>

De então para cá não mudei de opinião, pelo contrário. Continuo a considerar que representar António Vieira segurando uma cruz e rodeado de crianças indígenas é uma forma caricatural de retratar o Brasil colonial em geral e, em particular, a ação que Vieira nele desempenhou, especialmente no que respeita às populações ameríndias.

A estátua pouco diz sobre o que realmente ali se passou a partir de 1500. Desembarcados na América do Sul, os portugueses levaram a cabo uma “conquista”, ou seja, a ocupação e a apropriação – frequentemente violenta – das terras que eram habitadas pelos povos autóctones. Depois de consolidarem o seu domínio sobre as primeiras parcelas de terra, as autoridades portuguesas, seculares e religiosas, hesitaram quanto ao modo como iriam lidar com os ameríndios. Após algum debate, acabaram

---

<sup>1</sup> <https://expresso.pt/opiniao/2020-06-25-Para-uma-visao-mais-informada-e-plural-do-padre-Antonio-Vieira>

<sup>2</sup> <https://www.publico.pt/2020/07/17/culturaipsilon/noticia/joao-sarmento-jesuita-retrato-superficial-figura-vieira-1924886>

por se decidir pela forte intervenção nas sociedades indígenas e pela imposição do Catolicismo aos ameríndios (Marcocci, 2011 e 2021).

Assim, os portugueses apresentaram aos indígenas os princípios e os valores que regiam a *Respublica Christiana*, “estimulando”, por vezes com violência, o seu ingresso nesse sistema de crença. Caso os indígenas “aceitassem” entrar na *Respublica Christiana*, o comportamento dos portugueses seria caritativo, caracterizado pela sua inclusão na sociedade colonial, embora numa posição de extrema subalternidade; caso recusassem a conversão, a resposta passaria pela exclusão, pela guerra e, até, pelo extermínio (Nuzzo, 2004). Importa notar que, a partir do momento em que estabeleciam um primeiro contacto com os portugueses, os indígenas deixavam de poder invocar o argumento de que jamais tinham tido conhecimento da única religião que os conquistadores consideravam válida: o Cristianismo. Nessas condições, e caso recusassem a entrada nos seus territórios, os colonizadores poderiam classificar como “justa” a guerra contra esses povos pejorativamente chamados de “gentios”, de “bárbaros” ou de “selvagens” (Zeron, 2008).

No que respeita aos indígenas incorporados na sociedade colonial, como dissemos as autoridades portuguesas remeteram-nos para uma situação de menoridade cívica, jurídica e política. Para a concretização dessa operação de “inferiorização” foi determinante o recurso à categoria *miserabile*, presente no direito português daquela época (Hespanha, 2010). Tal categoria aplicava-se às pessoas que não estavam enquadradas em termos domésticos e que, em virtude disso, eram consideradas incapazes de se autogovernar. Eram pessoas que alegadamente necessitavam de ser amparadas pelo direito, carecendo de uma tutela especial, sobretudo eclesiástica (Clavero, 1998; Hespanha, 2010). Assim, e depois de tomada a decisão de que os indígenas se enquadravam na categoria de *miserabile*, as autoridades coloniais trataram-nos como uma espécie de crianças ou de pessoas desprovidas de autossuficiência. As mulheres e os homens indígenas passaram desse modo a ser vistos como seres que careciam da tutela dos colonizadores, acabando por ser reduzidos a uma condição de menoridade, cívica, jurídica e política.

A par desta operação de “inferiorização”, e como “recompensa” pela sua “aceitação” da fé cristã, as autoridades coloniais proporcionaram aos indígenas uma “educação” nas aldeias governadas pelos missionários. Aos indígenas era dada a possibilidade de entrar na sociedade colonial, mas impunha-se-lhes como condição a sua submissão a um intenso processo de conversão, não só ao Catolicismo, mas também à cultura

portuguesa levada para terras americanas. Tal implicou uma profunda mutação do seu modo de viver, tanto individual quanto coletivo.

Além disso, o sistema de aldeias também impunha aos “índios aldeados” um regime de trabalho obrigatório, por exemplo na construção de fortificações, na defesa contra os que lutavam contra os portugueses e, ainda, na prestação de serviços, quer à Companhia de Jesus e a outras ordens missionárias, quer à população de origem portuguesa que vivia nas imediações (Castelnau-L'Estoile, 2000). Tanto os jesuítas, quanto os colonos passaram assim a servir-se dos “índios aldeados”, empregando-os quase sempre nas ocupações mais aviltantes. Quando eram pagos, os indígenas recebiam um salário em geral miserável.

Os índios concentrados nas aldeias foram também frequentemente mobilizados pelos portugueses contra os demais colonizadores europeus da América, como os espanhóis, os neerlandeses ou os franceses. Além disso, estiveram igualmente envolvidos na luta quer contra os escravos negros que fugiam das zonas coloniais e que se concentravam em quilombos, quer contra os demais povos indígenas que resistiam contra a colonização. Para os portugueses a guerra fazia parte do quotidiano colonial, não só para a conquista de mais terras, mas também para a captura de indígenas e sua conversão em escravos ou em trabalhadores forçados. Essa mão-de-obra era indispensável para a sustentabilidade da economia colonial (Chambouleyron, 2019).

Foi com base neste conjunto de práticas e de ideias que se conformou o relacionamento entre os colonizadores e as populações autóctones. Com o passar do tempo o número de “aldeias” governadas por missionários aumentou. Surgiu, também, um número crescente de “aldeias” criadas por colonos, nas quais foram concentrados os chamados “índios administrados”. Este modelo de relacionamento perdurou, com poucas alterações, não só até ao final do período colonial, mas também depois de 1822. Na realidade, durante bastante tempo as autoridades do Brasil independente trataram os povos indígenas de uma maneira que não se distingue muito do que acabou de ser descrito, sobretudo no que respeita à sua “menorização”.

\* \* \*

António Vieira é produto desta maneira de entender os ameríndios e deste modo de conceber sua inserção na sociedade colonial (Zeron, 2019). À semelhança do que vários missionários antes dele tinham feito, Vieira



também defendeu a deslocação maciça de comunidades indígenas e a sua concentração em aldeamentos situados nas proximidades das zonas de colonização, administrados pelos próprios jesuítas e por outras ordens religiosas. Como é evidente, o “descimento” destas comunidades, ou seja, a sua retirada das terras com as quais se relacionavam há séculos, foi um processo altamente desestabilizador. Milhares morreram como consequência dessa política.

Contudo, o programa que presidiu à conceção da escultura erigida em Lisboa nada diz sobre o que foi até aqui relatado e tão-pouco explica que numerosos indígenas, para além de terem sido submetidos a trabalho forçado durante todo o período colonial, também foram escravizados. Convém lembrar que, para as autoridades portuguesas, a escravização de ameríndios foi uma prática legal desde o começo da colonização. Escravizar ameríndios e, também, africanos, era aceitável para os portugueses porque permitia o trânsito de pessoas pagãs para terras cristãs e, subsequentemente, a sua suposta salvação. De acordo com o ordenamento da época, a escravatura, para ser aceitável em termos morais e jurídicos, tinha de respeitar certos títulos de escravização, como a “guerra justa”, a comutação da pena de morte, a extrema necessidade ou a condição do ventre materno. A Igreja Católica não só sancionou esta maneira de entender a escravização de ameríndios, como dela tirou partido. Os jesuítas, por exemplo, serviram-se sistematicamente de indígenas escravizados, e o mesmo fizeram outras ordens missionárias.

Escravizados, “aldeados” ou sob a “administração particular” de colonos, os índios foram relegados para um dos escalões mais baixos da sociedade colonial. Quanto às mulheres e aos homens indígenas que logravam sair das aldeias ou livrar-se da escravidão, em geral só se conseguiam dedicar a ocupações desprestigiadas e mal pagas, ficando praticamente privados de qualquer hipótese de ascensão social. No que toca à mestiçagem, estava sem dúvida presente no Brasil colonial, mas, muitas vezes, era o resultado da violência sexual ou da posição de poder dos homens portugueses e dos seus descendentes face às mulheres ameríndias. Além disso, a “mistura de sangue” jamais foi apreciada nos escalões de topo da sociedade daquele tempo, tanto no Brasil como em Portugal. Como tal, a condição mestiça acabou por ser ativamente escondida por muitos daqueles que tinham a ambição de ascender socialmente.

Não há dúvida de que, ao longo da sua vida, Vieira se destacou na defesa de certos povos indígenas e na denúncia dos abusos dos colonos. Contudo, é preciso notar que, no essencial, Vieira lutava não propriamente pelo

fim deste sistema de dominação ou pela abolição da escravidão, mas sim para que os atrás referidos títulos de escravização legítima (“guerra justa”, comutação da pena de morte, extrema necessidade e condição do ventre materno) fossem respeitados. Além disso, as suas denúncias foram quase sempre uma oportuna ocasião – política – para reivindicar que, na relação entre colonos e indígenas, a tutora e a intermediária privilegiada, ou mesmo exclusiva, deveria ser a Companhia de Jesus, à qual ele pertencia.

Para além disso, não se pode esquecer que, em vários momentos, o mesmo Vieira apelou às forças portuguesas para que atacassem e submetessem, por vezes com muita violência, os ameríndios que recusavam o Catolicismo. Aliás, e à semelhança dos seus contemporâneos, o jesuíta usou termos como “gentio bárbaro” ou “selvagem” para denominar os indígenas que continuavam a resistir contra os portugueses. Tais palavras, como se sabe, estavam carregadas de preconceitos negativos a respeito dos seres humanos assim designados.

\* \* \*

Tudo o que foi até agora referido é factual e baseia-se na documentação da época que se pode encontrar nos arquivos portugueses e brasileiros. Além disso, é algo que está plenamente demonstrado pelos estudos dos últimos trinta anos apoiados em rigorosas investigações de arquivo. No entanto, a escultura erigida em Lisboa para homenagear Vieira foi concebida com base num programa que não só omite estes factos, como ignora esses estudos.<sup>3</sup> O monumento transmite, acima de tudo, uma visão benigna da colonização portuguesa das terras sul americanas e da relação dos lusos com as populações autóctones. O monumento também omite o facto, determinante, de que aos índios não foi dada qualquer hipótese de intervenção na definição do seu estatuto. Foi um estatuto atribuído de uma maneira realmente unilateral, típica de uma situação de “conquista” e de uma relação colonial, porque decidido apenas pelas autoridades (civis e religiosas) portuguesas.

A par destas omissões, os indígenas são apresentados, neste monumento, como seres passivos, uma espécie de crianças que nem sequer eram capazes de se defender, carecendo de um português para os proteger. Nada mais distante da realidade. Ao longo dos trezentos anos de colonização os indígenas lutaram de um modo inteligente e encarniçado contra

---

<sup>3</sup> <https://www.publico.pt/2020/07/17/culturaipilon/noticia/actas-mostram-juri-escolheu-estatua-vieira-nao-ficou-convencido-1924822>

a invasão das suas terras pelos portugueses e seus descendentes americanos. Os estudos sobre história indígena têm mostrado que a resistência – armada, e não só – dos ameríndios contra os portugueses acabou por ser muito mais eficaz do que habitualmente se pensa, e mostraram, também, que foi precisamente graças a ela que muitos desses povos conseguiram manter os colonizadores fora das suas terras durante todo o período de dominação portuguesa no Brasil.

Como assinalámos, o próprio Vieira, em vários momentos, não hesitou em apelar ao uso da violência sobre os índios que atacavam as missões ou que impediam os portugueses de se apropriarem das suas terras. A resistência – armada, e não só – dos indígenas contra os portugueses foi tão intensa que levou vários teólogos e canonistas a debater as condições em que se podia usar da violência contra esses povos sem que tal configurasse um pecado ou um crime. Do labor desses teólogos e canonistas resultaram várias conceções doutrinárias sobre a “guerra justa”, as quais não visavam propriamente instaurar a paz, mas sim estabelecer as condições em que era legítimo – de acordo com a consciência dos portugueses e praticamente sem ter em conta a opinião da outra parte – usar a força sobre os povos autóctones, ocupar as suas terras e escravizar essas populações. Pedro Puntoni, Carlos Zeron, ou Guida Marques, entre outros estudiosos, mostraram que vários massacres foram perpetrados à sombra desta ideia de “guerra justa” (Puntoni, 2002; Zeron, 2008; Marques, 2014).

Acresce que numerosas mulheres e homens indígenas rapidamente aprenderam a utilizar os recursos trazidos pelos portugueses a fim de com eles alcançar a liberdade ou resistir contra a opressão dos colonos. Dentro do que lhes era permitido pelos missionários, os próprios “índios aldeados” também continuaram a desenvolver as suas estratégias e a perseguir os seus objetivos (Santos, 2014). E é igualmente um dado adquirido que os indígenas contestaram o estatuto inferiorizador que lhes foi atribuído, rejeitando-o, subvertendo-o ou, ainda, dele tirando partido para, individual ou coletivamente, lutarem pelos seus interesses (Resende, 2014). O mesmo se poderia dizer do uso que fizeram dos recursos jurídicos trazidos pelos colonizadores (Cardim, 2019). Hoje sabemos que os indígenas conseguiram ser, pelo menos em parte, produtores da sua própria história, e que tal sucedeu apesar da devastação provocada pela colonização portuguesa e a despeito do estatuto subalterno que lhes foi colonialmente imposto.

\* \* \*

Para quem está familiarizado com os estudos dos últimos trinta anos sobre a colonização portuguesa em terras americanas, nada do que foi referido até agora é novidade. O alcance e os limites da ação de Vieira relativamente aos indígenas são bem conhecidos e o mesmo se poderia dizer da sua posição sobre a escravização de africanos subsaarianos. A concordância do jesuíta com a escravidão de africanos não difere daquilo que era a opinião corrente na época. Tal como a maioria dos seus contemporâneos, Vieira não era contrário ao sistema escravagista, defendia-o na medida em que, como assinalai, ele permitia o trânsito de pessoas pagãs para terras cristãs e, subsequentemente, a sua suposta salvação espiritual, mas desde que essas pessoas permanecessem sob a autoridade dos seus senhores.

As críticas de Vieira à violência com que os senhores de escravos tratavam as pessoas escravizadas são, sem dúvida, de relevar. Contudo, elas não diferem do que várias pessoas há muito diziam, tanto no Brasil como na América espanhola. Além disso, é importante notar que havia quem, naquele mesmo período, e ao contrário de Vieira, condenasse a escravatura. Por outro lado, vários dos jesuítas com os quais Vieira entrou em conflito no final da sua vida, em Salvador da Bahia, fizeram muito mais do que ele para melhorar a condição dos africanos escravizados. Algo de semelhante se poderia dizer de certos franciscanos e, também, de capuchinhos em missão pelas Caraíbas e pela América do Sul. Comparado com estes missionários, Vieira não se distinguiu na defesa dos africanos escravizados. Permaneceu fiel à ideia de que os escravizados deveriam aceitar o cativeiro de uma forma submissa, a fim de receberem, em troca, a liberdade das suas almas.

Compreende-se, pois, as reservas de Vieira a respeito da cristianização dos habitantes do quilombo de Palmares. O jesuíta alegou que tal equivalia a reconhecer a existência dessa comunidade “rebelde” que estava há anos a resistir contra a dominação colonial portuguesa. Com esta atitude Vieira visava, acima de tudo, castigar os que pegavam em armas contra a ordem colonial e evitar transmitir aos escravizados a esperança de que, através da luta, poderiam alcançar a liberdade e entrar na *respublica christiana*. Para Vieira, a liberdade não devia ser conquistada pelas armas, mas sim concedida pelos senhores de escravos, e somente quando estes o decidissem (Lara, 2007).

A leitura dos trabalhos dedicados à escravatura no Brasil colonial, da autoria de historiadores como Stuart B. Schwartz, Luiz Felipe de Alencastro, Silvia Hunold Lara, Carlos Zeron, Regina Celestino de Almeida, Rafael

Marquese, Pedro Puntoni ou Giuseppe Marcocci, entre muitos outros, mostra que tomar os textos de Vieira sem ter em conta os contextos em que tais escritos surgiram conduz a uma leitura bastante enviesada e que perde de vista os interesses sociais e políticos em presença. A consulta desses estudos evidencia, acima de tudo, a enorme distância entre as concepções doutrinárias evocadas por Vieira e as práticas sociais concretas, ou seja, o facto de várias das ideias do jesuíta – como por exemplo a muitas vezes citada afirmação da igualdade entre todos os seres humanos – jamais terem tido uma aplicação concreta, em grande medida porque o próprio Vieira só as concebia como pertinentes para um plano espiritual, da salvação cristã. Além disso, e como assinalou António M. Hespanha, ao mesmo tempo que emitiam estas afirmações de igualdade no plano espiritual, os teólogos e os canonistas nos quais Vieira se revia afirmavam reiteradamente que a ordem criada pela divindade era profundamente desigualitária e que muitos dos membros da comunidade eram naturalmente inferiores (Hespanha, 2019, pp. 293 segs.).

O referido até aqui são, uma vez mais, factos bem conhecidos. Além disso, é fundamental frisar que nada disto visa contribuir para um julgamento acusatório de António Vieira, bem pelo contrário. O jesuíta é uma figura interessantíssima, tem sido muito estudado e tem de continuar a ser estudado. No entanto, sempre me posicionei contra o uso comemorativo de António Vieira e contra a sua apresentação como um “defensor dos direitos humanos”. Essa ideia está completamente desfasada dos quadros mentais da época do jesuíta e foi lamentavelmente inscrita na placa que acompanha a estátua recentemente erigida em Lisboa. Infelizmente, a noção de que Vieira era um lutador pelos “direitos humanos” e opositor da escravatura também comparece em vários manuais escolares de história utilizados, em Portugal, nos ensinos básico e secundário. Da mesma maneira que não é correto, do ponto de vista histórico, condenar o jesuíta por não ter lutado contra a escravidão, também não faz sentido retratá-lo como um “defensor dos direitos humanos” e como um protetor desinteressado dos índios. Como referi, Vieira, como a generalidade dos seus contemporâneos, inferiorizou os indígenas e defendeu, de uma forma consistente, a sua subordinação política e a sua submissão a um regime de tutela. Estava ao serviço de um projeto de colonização que visava subordinar o maior número possível de indígenas, mantê-los em situação de menoridade e sob o controlo da Companhia de Jesus. Vieira jamais teve como finalidade alterar, de uma forma substantiva, a profundamente desigual e escravagista ordem colonial que foi criada pelos portugueses e doutrinariamente sancionada pela Igreja Católica.

Quanto aos “direitos humanos” e sua história, a renovação que o estudo deste tema conheceu nas últimas duas décadas (Hunt, 2007; Moyn, 2012; Clavero, 2014; Meccarelli *et al.*, 2014) torna ainda mais incompreensível a inclusão desta expressão na placa que acompanha a estátua. Dessa renovação resultou a constatação de que a linguagem dos “direitos humanos” – enquanto conjunto de direitos outorgados a todos os seres humanos independentemente da sua pertença racial, de género, orientação sexual, nacionalidade, etc. – é um fenómeno fundamentalmente contemporâneo, não fazendo por isso qualquer sentido ver em Vieira um precursor destas ideias e da sua universalização.

\* \* \*

Durante demasiado tempo, sob a ditadura de Salazar e, também, depois da instauração do regime democrático, grande parte dos historiadores portugueses omitiu os factos até aqui relatados, insistindo numa imagem fundamentalmente benigna da colonização portuguesa, no Brasil e em outros continentes. Em virtude disso, o uso comemorativo de Vieira perdurou e, com ele, a ideia, de fundo nacionalista, de que Portugal sempre foi um país essencialmente melhor do que os demais e que, por causa disso mesmo, a colonização portuguesa não só não foi tão má quanto as outras colonizações europeias, como até foi benéfica para os povos colonizados (Barreiros, Marcos, Pereira e Coelho, 2020). O fenómeno não é exclusivo de Portugal. Na realidade, todos os países europeus com um passado colonial, sobretudo a Espanha, o Reino Unido, a França e os Países Baixos, produziram narrativas excepcionalistas apoiadas em diferentes versões de um “colonialismo benevolente”. E, tal como em Portugal, muitos historiadores desses países desempenharam um papel destacado no corroborar de tais narrativas. O caso britânico é, a esse respeito, um exemplo eloquente (Satia, 2020).

No que se refere a Portugal, ainda hoje são vários os historiadores que continuam a evitar o uso do termo “colonização” para descrever o que os portugueses efetuaram, a partir do século XVI, não só na América, mas também na Ásia e em África. Em vez de “colonização”, falam em “presença dos portugueses” ou num “encontro de culturas”, forma de dizer que o “contacto” com os povos autóctones se processou supostamente numa base igualitária, tolerante e sem grandes conflitos. Há também professores universitários de história que continuam a desencorajar o estudo do tráfico de africanos e de ameríndios escravizados levado a cabo pelos portugueses, argumentando que tal tráfico nada tem a ver com o império português. E há mesmo quem chegue ao extremo de continuar a defender

que essa dita “presença” portuguesa foi fundamentalmente positiva para as populações autóctones da América, da Ásia e de África. Esta visão benigna da colonização portuguesa está de tal forma inscrita no senso-comum que muitos daqueles que propõem uma narrativa diferente são, ainda hoje, acusados de antipatriotismo, insultados e, até ameaçados. Eu e a minha família já passámos por essas situações.

Tudo isto explica que, em pleno 2021, vários responsáveis políticos, da esquerda à direita do espectro político, continuem a apoiar aquele monumento dedicado a Vieira e continuem a defender a construção, em Lisboa, de um controverso museu dedicado aos “descobrimientos portugueses”. Se tal museu vier a ser algum dia construído, é quase certo que Vieira será nele apresentado como um exemplo do suposto carácter positivo dos portugueses e do seu alegadamente pacífico “encontro” com os povos indígenas.

Nesta narrativa excepcionalista da “presença” portuguesa omite-se, de uma forma deliberada, o que realmente se passou na América do Sul a partir de 1500. Como começámos por dizer, e mesmo correndo o risco de repetição, nos termos da época o que sucedeu foi uma “conquista”, ou seja, a ocupação, com o uso da força, de terras que eram dos povos indígenas. Aliás, é importante lembrar que, entre os séculos XVI e XVIII, a expressão “conquistas ultramarinas” foi o modo mais corrente de denominar o conjunto de territórios americanos, asiáticos e africanos sob o domínio português. Da mesma forma, os primeiros portugueses que lançaram as bases da dominação portuguesa nessas paragens costumavam chamar-se a si mesmos “conquistadores” (Cardim, 2016).

Para além de uma “conquista”, o que aconteceu foi, também, uma colonização, ou seja, a instauração de uma forma de dominação marcada por relações fortemente assimétricas e antagonísticas entre um grupo de forasteiros (os portugueses) e as populações autóctones. Tais forasteiros ocuparam terras que não lhes pertenciam, começaram por ser uma minoria demográfica mas, com o passar do tempo, foram-se convertendo numa maioria sociológica em virtude da supremacia que alcançaram através da força das armas. Desse modo, os portugueses exerceram uma dominação sobre a população autóctone em nome da sua alegada superioridade étnica. Quanto aos indígenas, foram reduzidos a uma menoridade civil e política (Cardim, 2021).

No fundo, o persistente apego à referida visão positiva do passado colonial português denota uma flagrante falta de vontade de se colocar no lugar das mulheres e dos homens que tiveram de suportar o pior da dominação colonial portuguesa. Aqueles que não demonstram qualquer disponibilidade para entender o mundo a partir do *logos* ameríndio, dificilmente compreenderão a dimensão do que realmente mudou na vida daqueles povos depois de 1500.

A questão da terra ilustra bem o que acabo de dizer. No Portugal atual poucas vezes se ouve dizer que os portugueses “conquistaram” as terras americanas. Utiliza-se, sobretudo, o termo “descobrimento” e sugere-se que aquelas terras sul-americanas estavam mais ou menos disponíveis, porque escassamente habitadas. Quanto aos povos autóctones, são reiteradamente apresentados como “tribos” nómadas e destituídos dos meios para se constituírem como verdadeiros detentores daquelas terras. Aqueles que assim pensam ignoram que os espaços com os quais os portugueses se depararam, na América, eram habitados e explorados por um vasto e diversificado conjunto de sociedades indígenas semi-sedentárias. Esquecem-se de que esses povos estavam ligados a tais espaços de uma forma extremamente intensa, embora bem diferente da relação de posse que era corrente no ocidente europeu. E desconhecem que esses povos conheciam bem o seu território, detinham um saber muito antigo e aprofundado sobre ele, e tinham uma noção precisa dos seus limites.

Hoje, felizmente, esta insensibilidade face ao que se passou na colonização parece estar a mudar. O debate sobre o passado colonial tem ganho força, sobretudo nos países europeus que encabeçaram grandes impérios. Eis dois testemunhos recentes deste debate mais generalizado, entre os muitos exemplos que se podiam apresentar: um texto de Amartya Sen acerca do impacto do colonialismo britânico na Índia (Sen, 2021); e um artigo de Miguel Martínez sobre o passado colonial espanhol, eloquentemente intitulado “La larga resaca posimperial” (Martínez, 2019). Como é evidente, as questões debatidas nestes e noutros países têm circulado, acabando por alimentar a controvérsia.

Como seria de esperar, Portugal não tem passado ao largo deste debate. Muitos dos que atualmente estudam o passado colonial fazem-no agora a partir de uma abordagem mais empenhada em encontrar, na documentação que se encontra disponível nos arquivos, a “voz” daqueles que mais sofreram com a violência da dominação colonial. E percebem, para além disso, que pior do que não falar sobre esse passado traumático é



continuar a substituí-lo por uma narrativa apologética do colonialismo português, ou por uma comemoração superficial e caricatural de figuras complexas como o padre António Vieira.

Tão ou mais importante do que os desenvolvimentos que se têm verificado na investigação que se faz nas universidades são as mudanças sociais atualmente em curso. Sectores cada vez mais vastos da sociedade portuguesa – com destaque para segmentos da sua população negra – têm manifestado a sua insatisfação com estas narrativas benevolentes do passado colonial português. Reivindicando um conhecimento mais plural desse período histórico, são cada vez mais numerosos aqueles que querem escutar a voz e ver o rosto dos que tiveram de suportar a dominação colonial portuguesa, a ocupação das suas terras e a sua conversão em escravos ou em trabalhadores forçados. No fundo, esta é uma reivindicação de pessoas que anseiam por uma forma mais rigorosa, plural e justa de olhar para o passado colonial de Portugal.

\* \* \*

Quando a estátua amanheceu pintada por desconhecidos, em meados de 2020, rapidamente se fez ouvir um coro de indignação contra o que tinha sucedido. Várias figuras do Estado português e da Igreja Católica, assim como a generalidade dos comentadores políticos dos media, condenaram esse gesto com severidade. O termo “vandalização” foi usado, de uma forma quase unânime, para caracterizar o que tinha sucedido. A escolha desta palavra foi tudo menos inocente. A utilização do verbo “vandalizar” tinha como evidente finalidade retratar aquelas pinturas como um desmedido ato de violência. Visava desqualificar as pessoas que, através dessas pinturas, tinham procurado dizer o que pensavam daquela estátua.

É sintomático que, no meio de toda essa indignação, nada se tenha dito sobre a decisão das autoridades de se apropriarem do espaço público de Lisboa para nele colocarem um monumento com aquela configuração. De certa forma, pode dizer-se que quem cometeu um gesto abusivo, e nada democrático, foram aqueles que encomendaram e conceberam aquela escultura, sem se darem ao trabalho de perguntar às pessoas se se identificavam com ela.

Se fossem à universidade, as autoridades que, em 2016, sancionaram a escultura dedicada a Vieira iriam certamente escutar várias críticas àquela maneira de representar o jesuíta. Na faculdade onde ensino não

noto que os alunos estejam ávidos de narrativas gloriosas do passado imperial português, bem pelo contrário, anseiam por uma leitura muito mais crítica e plural. Nas minhas aulas de história noto um interesse cada vez mais forte por temas como a desigualdade, o racismo, o género, a escravatura, a resistência contra a dominação portuguesa e, sobretudo, a subjetividade daqueles que, durante séculos, foram silenciados pela historiografia: as mulheres e os homens descendentes de indígenas e de africanos, os quais, também eles, fizeram parte da sociedade colonial.

Há alguns anos atrás, num congresso da Associação de Professores de História celebrado em Lisboa, vários docentes de história do ensino básico e secundário fizeram-me ver que era muito difícil incorporar, nas suas aulas, esta face mais crítica de figuras que, durante muito tempo, foram apresentadas aos jovens como heróis e como fontes de inspiração. António Vieira é uma dessas figuras. A inclusão, nas aulas, dessa leitura mais crítica do passado colonial é, realmente, um desafio, mas constitui, a meu ver, uma tarefa incontornável.

## Bibliografia

- Alencastro, L. F. de (2000). *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Almeida, M. R. C. de (2013). *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Barreiros, I. B., Marcos, P. M., Pereira, P. S. Pereira e Coelho, R. G. (2020). "O padre Antônio Vieira no país dos cordiais". *Público*. 2.2.2020.
- Cardim, P. (2016). "Political Status and Identity: Debating the Status of American Territories across the Sixteenth and Seventeenth Century Iberian World". *Rechtsgeschichte: Journal of the Max Planck Institute for European Legal History*, 24, pp. 101-116.
- (2019). "Os Povos Indígenas, a dominação colonial e as instâncias da justiça na América portuguesa e espanhola" In: Domingues, A. et al. (orgs.). *Os Indígenas e as Justiças no Mundo Ibero-Americano (Sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, pp. 29-84. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/40985>>.
- (2021). "Comprendre les sociétés coloniales d'Amérique dans une perspective comparée et interactive". In: Vidal, C. (dir.). *Une histoire sociale du Nouveau Monde*. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, no prelo.
- Castelnau-L'Estoile, C. de (2000). *Les ouvriers d'une vigne stérile: les Jésuites et la conversion des Indiens au Brésil. 1580-1620*. Paris e Lisboa: Centre Culturel Calouste Gulbenkian-CNCDP.
- (2011). "O ideal de uma sociedade escravista cristã: direito canônico e matrimônio dos escravos no Brasil colônia". In: Souza, E. S. e Feitler, B. (orgs.). *A Igreja no Brasil*. São Paulo: Editora UNIFESP, pp. 384-386.
- (2019). *Un catholicisme colonial: le mariage des Indiens et des esclaves au Brésil, XVI<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècle*. Paris: P.U.F.
- (2016). "Indian Freedom and Indian Slavery in the Portuguese Amazon". In: Donoghue, J. e Jennings, E. P. (orgs.). *Building the Atlantic Empires: Unfree Labor and Imperial States in the Political Economy of Capitalism, ca. 1500-1914*. Leiden: Brill, pp. 54-71.
- Clavero, B. (1998). "La edad larga del derecho entre Europa y Ultramares". *Historia, Instituciones, Documentos*, n. 25, pp. 135-150.
- (2002). *Genocidio y justicia: la destrucción de las Indias, ayer y hoy*. Madrid: Marcial Pons.
- (2014). *Derecho global: por una historia verosímil de los derechos humanos*. Madrid: Trotta.
- Garriga, C. (2019). "Cómo escribir una historia descolonizada del derecho en América Latina?". In: Vallejo, J. E. Martín, S. (coords.). *En Antidora: homenaje a Bartolomé Clavero*. Navarra: Thomson Reuters Aranzadi, pp. 325-376.
- Herzog, T. (2014). "The Appropriation of Native Status: Forming and Reforming Insiders and Outsiders in the Spanish Colonial World". *Rechtsgeschichte: Zeitschrift des Max-Planck-Instituts für europäische Rechtsgeschichte*, 22, pp. 140-149.
- (2015). *Frontiers of Possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge: MA, Harvard University Press.
- Hespanha, A. M. (2010). *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime*. São Paulo: Annablume.
- (2019). *Filhos da Terra: identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Hunt, L. (2007). *Inventing Human Rights: A History*. Londres e Nova Iorque: W. W. Norton.
- Lara, S. H. (2007). "Marronnage et pouvoir colonial: Palmares, Cucaú et les frontières de la liberté au Pernambouc à la fin du XVII<sup>e</sup> siècle". *Annales Historie, Sciences Sociales*, v. 67, pp. 639-662.
- Marcocci, G. (2011). "Escravos ameríndios e negros africanos: uma história conectada: teorias e modelos de discriminação no império português (ca. 1450-1650)". *Tempo*, vol. 15, n. 30, pp. 41-70.

- (2012). *A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Marques, G. (2014). “O índio gentio ao gentio bárbaro: usos e deslizes da Guerra Justa na Bahia seiscentista”. *Revista de História*, 171, pp. 15-48.
- Marquese, R. de B., Joly, F. D. (2008). “Panis, disciplina, et opus servo: the Jesuit ideology in Portuguese America and Greco-Roman ideas of slavery”. In: Lago, E. D. e Katsari, C. (orgs.). *Slave Systems: Ancient and Modern*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 214-230.
- Martínez, M. (2019). “La larga resaca posimperial”. *Política Exterior*, 192 (novembro/dezembro 2019), <https://www.politicaexterior.com/articulo/la-larga-resaca-posimperial/>, consultada a 25.06.2021.
- Mecarelli, M., Sotis, C., Palchetti, P. (2014). *Il Lato oscuro dei diritti umani: esigenze emancipatorie e logiche di dominio nella tutela giuridica dell'individuo*. Madrid: Editorial Dykinson.
- Monteiro, J. M. (2000). *Negros da Terra: índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*, 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Moyn, S. (2012). *The Last Utopia: Human Rights in History*. Cambridge, Massachusetts & London: Belknap Press.
- Nuzzo, L. (2004/2005). “Dal colonialismo al postcolonialismo: tempi e avventure del ‘soggetto indigeno’”. *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, XXXIII/XXXIV, pp. 463-509.
- Perrone, M. B. (1992). “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: Cunha, M. C. (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 115-132.
- Puntoni, P. (2002). *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec.
- Resende, M. L. e Hal, L. (2008). “Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei” *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, v. 23, pp. 1-20.
- Resende, M. L. (2014). “Indian Autonomy and Slavery in the Forests and Towns of Colonial Minas Gerais”. In: Hal, L. (org.). *Native Brazil: Beyond the convert and cannibal, 1500-1900*. Albuquerque: University of New Mexico Press, pp. 132-165.
- Santos, F. L. (2014). *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia*. Cruz das Almas: Editora da UFRB.
- Satia, P. (2020). *Time's Monster: How History Makes History*. Cambridge: Harvard University Press.
- Sen, A. (2021). “Illusions of Empire”. *The Guardian*, 29/06/2021.
- Schwartz, S. B. (1978). “Indian Labor and New World Plantations: European Demands and Indian Responses in Northeastern Brazil”. *The American Historical Review*, volume 83, issue 1, pp. 43-79.
- (1985). *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Souza, E. S., Silva, H. R. e Marques, G. (orgs.) (2016). *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador e Lisboa: EDUFBA, CHAM.
- Zeron, C. (2008). *Ligne de Foi: la Compagnie de Jésus et l'esclavage dans le processus de formation de la société coloniale en Amérique portugaise (XVI<sup>e</sup>-XVII<sup>e</sup> siècles)*. Paris: Honoré Champion.
- (2011). “O governo dos escravos nas constituições primeiras do arcebispado da Bahia e na legislação portuguesa: separação e complementaridade entre pecado e delito”. In: Souza, E. S e Feitler, B. (orgs.). *A Igreja no Brasil*. São Paulo: Editora Unifesp, pp. 323-354.
- (2019). “Vieira em movimento: subjacências da distinção entre tapuias, tupis e negros”. *Estudos Avançados*. São Paulo, 33 (97), pp. 171-192.



# Literaturas africanas, história e cultura: uma arqueologia radical e diversas interrogações

---

**Ana Maria Martinho**

NOVA FCSH

CHAM — Centro de Humanidades

• ana.martinho@fcs.unl.pt

**DOI** <https://doi.org/10.34913/journals/lingualugar.2021.e528>

Neste artigo procuramos discutir algumas das questões que a circulação do texto literário africano impõe e permite, na contemporaneidade, sendo certo para nós que tal só pode ser concretizado quando posto em relação com a história, a cultura, as artes. O futuro da receção e estudo destas literaturas depende da mudança assumida dos lugares de escuta, de fala e de produção crítica e aí pode residir a sua importância na desconstrução de modelos convencionais de leitura, o que entendemos como fundamental. Por isso nos interessam o escopo da definição de literatura radical e correspondentes metodologias críticas subversivas. A literatura, tal como as artes e a história, pode responder no fundo a questões da natureza equivalente, nomeadamente àquelas que rompem com o cânone e que não se limitam à discussão do que mudou entre textualidades de validação colonial e as suas muitas versões pós-coloniais.

**Palavras-chave:** Literaturas africanas; História; Cultura; Literatura radical; *Indigenous Methodologies*.

*Cet article se propose de prendre pour point de départ certaines des questions que la circulation du texte littéraire africain impose et fait émerger dans la contemporanéité, avec la ferme conviction, pour ce qui nous concerne, que cela ne peut se concrétiser que dans une mise en relation avec l'histoire, la culture, les arts. L'avenir de la réception et de l'étude de ces littératures dépend du changement assumé des lieux d'écoute, de parole et de production critique ; c'est effectivement là que peut résider leur force, dans un processus de déconstruction de modèles conventionnels de lecture, que nous considérons comme fondamentale. Voilà pourquoi, nous nous intéressons à la portée de la littérature radicale*

*et aux méthodologies critiques subversives qui s'y rattachent. Au fond, tout comme les arts et l'histoire, la littérature peut répondre à des questions de nature semblable, notamment à celles qui rompent avec les conventions et ne se bornent pas à débattre des changements entre les textualités à valeurs coloniales et leurs multiples versions post-coloniales.*

**Mots-clés:** Littératures africaines; Histoire; Littérature radicale; Indigenous Methodologies.

Em quem pensa quem responde pelo observado?<sup>1</sup>  
Ruy Duarte de Carvalho

A reflexão sobre a relação entre as literaturas africanas e a história, lida de forma disciplinar, pela discussão nomeadamente do lugar de interseções metodológicas e cronológicas, pode constituir matéria de grande relevo epistemológico para a contemporaneidade. Trata-se de uma aproximação que permite esclarecer, interrogar, validar e exercer pressão sobre textualidades em circulação, enquanto arquivos coletivos, e suas modalidades de receção e transmissão.

Vemos, de facto, como fundamental, que se discutam a história e a validação contemporânea deste campo de estudo, na perspetiva de que muito pode acrescentar ao já dito e ao convencional. Esta reflexão, não sendo de hoje, apresenta-se absolutamente premente porque quase tudo mudou nos espaços académico e social nos últimos anos. Novas dinâmicas políticas, históricas, culturais, impõem uma atualização das formas de ver o estudo de África, textos e autores africanos. A chave pode ser encontrada nos domínios disciplinares a que nos referíamos acima, mas principalmente na discussão das formas de superação do princípio crítico tradicional de base descritiva e generalista.

Assim, propomos que a oportunidade deste momento seja vista como necessária, devendo ser respondida pela leitura radical da sua colocação disciplinar. Por radical entendemos o que pode ser enunciado como mudança metodológica profunda

---

<sup>1</sup> Carvalho, 2008, p. 80.



da tradição crítica sobre África.<sup>2</sup> Exigem-se novas questões, necessárias para avançarmos no sentido de um quadro de superação de modelos hermenêuticos do passado. É nesse sentido que juntamos a nossa perspectiva à de outros críticos, no sentido de discutirmos a hipótese de uma radicalização teórica dos termos deste debate.

“Recirculate and reclaim”,<sup>3</sup> expressão usada por Graham Carr (1994, p. 269) para definir Literatura Radical e sua validação cultural, adapta-se com facilidade ao que acima se enuncia. Por onde começar para que a circulação de textos se faça por novas perspectivas? Como reenquadrar textualidade periférica? E como formular metodologias hoje? Avancemos algumas respostas provisórias: mudando a lógica de circulação das obras, exigindo para as apócrifas ou elididas dos cânones nacionais um lugar, dialogando com todos os sujeitos implicados e explorando respostas multidisciplinares. O futuro do estudo das literaturas africanas e suas interseções depende da mudança assumida dos lugares de escuta, de fala e de produção crítica. Muitos autores nos ajudam a compreender esse quadro de possibilidades.

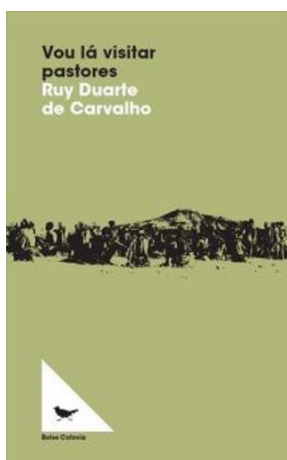
Ruy Duarte de Carvalho, antropólogo, poeta, realizador angolano, enumerou todas estas questões e a elas respondeu de forma judiciosa. O seu conhecimento das comunidades de pastores Kuvale do Sul de Angola foi-lhe permitindo edificar uma obra feita da observação das comunidades periféricas do país, guardiãs de memórias que, sendo localizadas (de algum modo insuladas) e raramente ouvidas, o ajudaram na construção de um método de dimensão cultural ativa. É em boa medida por este facto que a sua obra é exemplar e necessária nesta reflexão. “Em quem pensa quem responde pelo observado?” A pergunta do autor, na obra *a câmara, a escrita e a coisa dita...* (Carvalho, 2008, p. 80), traz para o debate uma posição que pode ser um dos modos preferenciais de enquadramento do trabalho científico e pedagógico: interrogar a cada momento o espaço da crítica, o da escrita e o da observação (no sentido etnográfico, mas também histórico). O que se produz de dentro para dentro? Como aceder

<sup>2</sup> Referimo-nos aqui fundamentalmente a uma tradição que tem sido associada à crítica de dimensão exógena, com aplicação de critérios de leitura e de validação teórica que, sendo importados de contextos europeus ou americanos, dificilmente refletem com rigor realidades localizadas. Veja-se a este propósito o trabalho de F. Zau “Racionalidade Lusotropicalista e o paradigma da crioualidade”, publicado a 14/09/2019 no *Jornal de Angola*, em que enumera visões de diferentes historiadores, cientistas sociais, filósofos e escritores, como V. Kajibanga, Mário Pinto de Andrade, Arlindo Barbeitos, Maria da Conceição Neto e Paulo de Carvalho, entre outros, no sentido da discussão e constituição das bases de uma “epistemologia do saber endógeno”. Fundador de uma parte significativa da leitura crítica e de metodologias de investigação ajustadas à classificação das Literaturas Africanas escritas em português, importa lembrar igualmente Manuel Ferreira e a sua obra *O Discurso no Percurso Africano* (1989) que, para além das completas resenhas bibliográficas do autor, nomeadamente em parceria com G. Moser, constitui uma referência para todos os estudiosos. Este académico inaugurou uma tradição de pesquisa inspiradora e formadora, orientada em boa parte pela cultura crítica de inspiração marxista, necessária ao tempo para romper com a dimensão lusotropicalista, mas insuficiente posteriormente para dar conta das enormes diversidades contextuais em referência. Também o trabalho de Ruy Duarte de Carvalho é todo ele, mas particularmente as obras *Vou lá Visitar Pastores* (1999) e *Lavra* (2005), marcado por interrogações culturais, metodológicas e teóricas que muito acrescentam a uma possibilidade de identificação de critérios ajustados a comunidades e lugares específicos.

<sup>3</sup> Recircular/fazer circular de novo e reivindicar/reclamar/recuperar. Traduções e versões nossas

a essas fontes primárias? E que respostas podemos encontrar, de fora, a partir da aceitação desse princípio de *desregulação*?

Adotando proximidades a um quadro de resistência hermenêutica organizada, a obra de Ruy Duarte é enquadrada por uma hipertextualidade devedora da cultura e da história e nega centralismos, coloniais e neocoloniais.




---

**imagem 1**

Capa do livro *Vou lá Visitar Pastores* (1999) de Ruy Duarte de Carvalho. Editora Livros Cotovia.

**imagem 2**

Ilustração de Ruy Duarte de Carvalho. Fonte: Próximo Futuro (gulbenkian.pt)

Deleuze e Guattari propõem, neste sentido, essa mesma associação fascinante para a consideração das qualidades nômadas e necessariamente violentas de textualidades contemporâneas (1987). Num processo rizomático (temos consciência de alguma banalização desta imagem, mas ela é válida e necessária para o que aqui se enuncia) devemos ter a coragem de aceitar a desconstrução do que fazemos em nome de um futuro com abordagens que têm em conta a dimensão mutualista e múltipla de intervenção sobre o mundo. Um movimento cooperativo, afinal, que terá que basear-se nestes princípios e em formas de trazer as suas conclusões, mesmo que provisórias, para o espaço público.

Ruy Duarte de Carvalho encontra essas soluções no lugar em que convive com atores de diferentes ordens de continuidade (Carvalho, 2008, p. 83), expostos a movimentos forçados de ocidentalização e de desgaste cultural, mas organizando respostas a essa forma de agressão.

O valor desta perspetiva parece-nos deter um potencial de leitura ajustável a muitas das realidades africanas de hoje. Velhos ou novos textos, a pergunta a colocar a seguir é a de como converter estas ideias em novas metodologias. Diríamos que começando por dedicar profunda atenção ao maior número possível de académicos, artistas, investigadores, estudantes, sujeitos transumantes, por opção ou desterritorializados contra sua vontade, e necessariamente também às crianças e ao mundo natural.

As respostas às questões que nos movem têm múltiplas possibilidades; só necessitamos observar com atenção e trazer para a universidade e para a sociedade um debate mais claramente multidisciplinar e, obviamente, decolonial, como a seguir expomos (LeVine, 2005).<sup>4</sup> Os desafios pós-coloniais exigem discursos e práticas decoloniais. Esta é uma premissa no quadro

do que Mignolo (2011, p. xxvii) define como o entendimento da modernidade enquanto matriz contestável. Estamos hoje obrigados a contribuir para a construção de um paradigma de opções analíticas e de práticas que exerçam sem ambiguidade um movimento de “desconectar/desligar da matriz colonial de poder”.<sup>5</sup> Devemos, pois, assumir como necessário quebrar a ordem generativa herdada da modernidade e pensarmos a partir de uma “exterioridade radical”,<sup>6</sup> sobre os modos de decolonizar a academia como espaço de poder que é (Vallega, 2015).

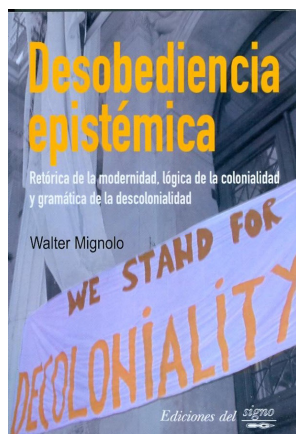
Por esta forma estaremos a contribuir para a abertura a novas formas de pensar e de agir alinhadas com a aceitação da importância do que se vem formulando como *Critical Indigenous Methodologies*. Esse “de dentro para dentro”, de que fala também Ruy Duarte, é baseado no princípio de que todas as culturas têm instrumentos metodológicos de descrição e análise (sobre si mesmas e sobre o mundo). Precisamos dessa abertura para introduzirmos novas práticas e modelos de representação cultural, de descrição de processos de produção, pensamento e transformação material, e também de escrita sobre os mundos e sujeitos de observação, participada ou documental.

---

<sup>4</sup> A definição de decolonialidade confunde-se por vezes com a de pós-colonialismo ou de descolonização. Para Mignolo (2007, p. 452) a diferença é, no entanto, clara. A decolonialidade é analítica e programática e distancia-se da crítica e teoria pós-coloniais na medida em que estas correspondem a escolhas de enquadramento erudito no interior da Academia e ocorrem condicionadas pela leitura dos processos históricos pós-coloniais. Entende este teórico (2007, p. 87) que esta ambiguidade está relacionada com o facto de muitas vezes a póscolonialidade ser lida em proximidade com análises da expansão imperialista: a decolonialidade precede historicamente o pós-colonialismo, ocorrendo a sua génese a par do colonialismo nas Américas no século XVI. Ou seja, a decolonialidade começa a partir do expansionismo e rejeita-o desde a primeira hora, negando as fórmulas de poder e modernidade nele inscritas.

<sup>5</sup> *De-linking from [...] the colonial matrix of power.*

<sup>6</sup> *Radical exteriority.*




---

**imagem 3**

Capa do livro *Desobediência Epistêmica* (2010) de Walter Mignolo. Editora Ediciones del signo.

Em “Exploring Critical and Indigenous Methods”, Schroeder (2014) refere diferentes dimensões deste princípio colaborativo, do qual a escrita é apenas um dos eixos. “Inspirado por um mínimo de conhecimento acerca de paradigmas participativos e métodos *indígenas* (autóctones) de pesquisa, queria que este artigo refletisse uma abordagem à pesquisa com origem na comunidade” (Schroeder, 2014).<sup>7</sup> O projeto MediaCommonsPress, com presença junto de diferentes comunidades, desenvolve atividades de escrita colaborativa e mantém aberto em permanência um processo de “revisão por pares” que mais não é, no fundo, do que produção textual negociada e revisão crítica de formas de ler e divulgar conhecimento. A dificuldade deste movimento é óbvia, mas não é adiável; o desafio pode ser então o de consolidar (ou reconstruir) um arquivo que respeite protocolos comunicativos, que registre as diferentes vozes, orais e escritas, e que redefina a dimensão autoral desses resultados.

---

<sup>7</sup> *Inspired by my modicum of knowledge about participatory paradigms and Indigenous methods of research, I wanted this article to reflect a community-based approach to research [...].*

Temo-nos questionado muitas vezes sobre esta questão, de autoria e de autoridade, quando vemos obras literárias e artísticas, de grande disseminação, que fazem com frequência a reconstituição de narrativas de transmissão oral e a sua reescrita mais ou menos livre. Não raro, nesses casos, há um apagamento da qualidade autoral, coletiva na base, individual na enunciação, mas que deveria ser sempre devedora de titularidade inequívoca; essas bibliotecas “dos/nos mundos indígenas” fazem parte da história oral (e, ou, escrita) de comunidades ancestrais e têm o absoluto direito ao reconhecimento patrimonial. Não o admitir é perpetuar uma lógica de dominação que sempre acompanhou os processos de controle da circulação de textos nas sociedades imperialistas e coloniais.

Neste ponto entramos numa outra ordem de discussão. Faz ou não ainda sentido retomar o que Ngũgĩ wa Thiong'o dizia em 1985 acerca do Imperialismo nas literaturas africanas? Estamos ou não no mesmo lugar em que deixámos a discussão? Sim e não seria a resposta mais óbvia. É verdade que o que ele refere no texto em causa tem sobretudo relação direta com as línguas usadas na escrita e com a aceitação de modelos euro-americanos para a autorregulação e autodeterminação da cultura ("É uma luta contínua retomarem a sua intervenção criativa na história através de um controle real de todos os meios da auto-definição comunal no tempo e no espaço", Thiong'o, 1985).<sup>8</sup> "Sua" neste caso não resolve a contradição identificada, e reconhecida pelo autor, de o seu estatuto internacional estar ligado diretamente ao uso literário de línguas europeias. "É axiomático que o renascimento das culturas africanas se baseie nas línguas europeias. Sei do que falo!" (Thiong'o, 1985).<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> *It is an ever-continuing struggle to seize back their creative initiative in history through a real control of all the means of communal self-definition in time and space.*

<sup>9</sup> *[it is] axiomatic that the renaissance of African cultures lay in the languages of Europe. I should know!*

É óbvio que o imperialismo continua sob muitas formas a dominar a economia, a política e as culturas em África. Em boa medida, a procura de um Renascimento das culturas africanas, como propõe, faz-se através das línguas europeias. Há, no entanto, novos argumentos a apor a este estado de coisas. O primeiro poderá ser o de que falar do Renascimento das culturas africanas não faz hoje sentido. Não se faz renascer algo que nunca morreu ou decaiu, apenas mudou. Estaríamos nesse caso a aceitar ou a propor um modelo pós-colonial, subsidiário de uma modernidade contestável, como dizíamos acima, a partir da fala de Mignolo. Ora, aquilo de que precisamos é necessariamente de uma rutura inequívoca com esse paradigma. Encontra-se uma parte das respostas possíveis a esta circunstância em inúmeros contextos. Escolhemos por ora dois. O primeiro, o da realidade literária e política sul-africana; o segundo, o das artes. Em ambos os casos estamos perante uma redefinição do espaço público e político e os dois são projetáveis sobre as práticas literárias e culturais.

Passamos a ilustrar esta ideia.

A obra de J. M. Coetzee interessa-nos em boa medida pela forma como tem estado no centro de um debate muito produtivo sobre universalismo e particularismo na literatura africana e ajuda a responder à versão axiomática da perspetiva de Ngũgĩ wa Thiong'o. Para aquele autor, esta literatura deve discutir-se no contexto de uma política da escrita; Mphahlele contrapõe que é necessário deixar o problema fora da esfera

linguística. Entre os dois ocorre a contradição do que Koch (1987, pp. 35-48) define como a defesa de uma prática pós-modernista, no caso do primeiro, e da procura de um Humanismo Africano no caso do segundo.

E a pergunta que se exige é: é ou não possível definir princípios partilhados ao nível da cultura, da política, dos direitos? Não fará talvez sentido falarmos de, ou procurarmos, valores universais, mas sim olharmos para o particularismo histórico como a resposta a um desenvolvimento cultural diferenciado, rizomático, não verticalizado. No fundo era exatamente isso que Ruy Duarte de Carvalho nos propunha quando dizia:

De que maneira a cada grupo, e é isso também que o constitui como grupo, cabe uma determinada ordem de continuidade, ou de continuidades, que participa, com a temporalidade e territorialidade, também na determinação do seu lugar nas ordens de interação do presente, é o que tenho andado a procurar saber, durante os últimos dez anos, junto dos Kuvale (Carvalho, 2008, p. 83).

Como aprender com o que e os que observamos? Que contornos têm as escolhas que fazem em processos de acumulação e disseminação da experiência e, desde logo, da história coletiva? Esta forma de perceber o sentido que assume a memória social e sua reivindicação em diferentes contextos nacionais e regionais é questionada também no que Atwell (1993, p. 74) define como “rejeição estratégica da especificidade e da localização histórica”.<sup>10</sup> Um exemplo de que parte para esta colocação é uma obra de Coetzee, *Waiting for the barbarians* (Coetzee, 1980). Coetzee usou o título de um poema do poeta grego Constantine P. Cavafy no seu próprio texto e reconduziu-o a uma dimensão de notável atualidade, em face das possibilidades que abre ao questionamento da ocupação colonial e seus representantes, a partir de uma relação de poder construída contra sujeitos autóctones, surpreendentes na sua resposta pela ausência e silêncio. Reproduz-se abaixo o poema, em tradução de Joaquim Manuel Magalhães e Nikos Pratsinis:

---

<sup>10</sup> *Strategic refusal of specificity and historical location.*

### **À Espera dos Bárbaros**

– Que esperamos na ágora congregados?

Os bárbaros hão-de chegar hoje.

– Porquê tanta inactividade no Senado?  
Porque estão lá os Senadores e não legislam?

Porque os bárbaros chegarão hoje.  
Que leis irão fazer já os Senadores?  
Os bárbaros quando vierem legislarão.

- Porque se levantou tão cedo o nosso imperador,  
e está sentado à maior porta da cidade  
no seu trono, solene, de coroa?

Porque os bárbaros chegarão hoje.  
E o imperador espera para receber  
o seu chefe. Até preparou  
para lhe dar um pergaminho. Aí  
escreveu-lhe muitos títulos e nomes.

- Porque os nossos dois cônsules e os pretores  
saíram hoje com as suas togas vermelhas, as bordadas;  
porque levaram pulseiras com tantas ametistas,  
e anéis com esmeraldas esplêndidas, brilhantes;  
porque terão pegado hoje em báculos preciosos  
com pratas e adornos de ouro extraordinariamente cinzelados?

Porque os bárbaros chegarão hoje;  
e tais coisas deslumbram os bárbaros.

- E porque não vêm os valiosos oradores como sempre  
para fazerem os seus discursos, dizerem das suas coisas?

Porque os bárbaros chegarão hoje;  
e eles aborrecem-se com eloquências e orações políticas.

- Porque terá começado de repente este desassossego  
e confusão. (Como se tornaram sérios os rostos.)  
Porque se esvaziam rapidamente as ruas e as praças,  
e todos regressam às suas casas muito pensativos?

Porque anoiteceu e os bárbaros não vieram.  
E chegaram alguns das fronteiras,  
e disseram que já não há bárbaros.

E agora que vai ser de nós sem bárbaros.  
Esta gente era alguma solução.<sup>11</sup>

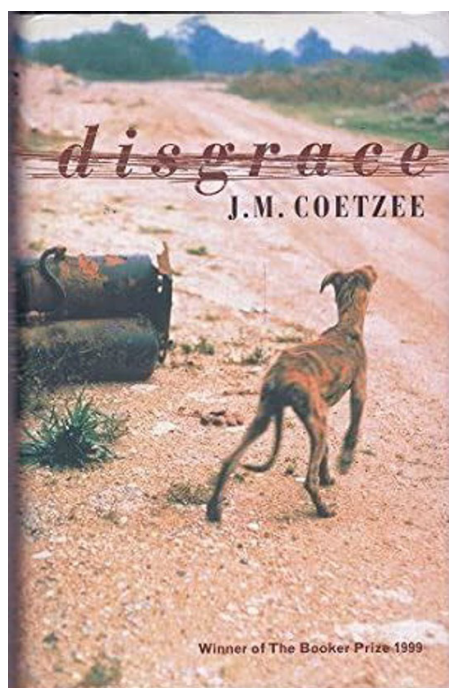
---

<sup>11</sup> Kavafis, 2005, p. 221

Identificados como um perigo para a estabilidade do Império, para as suas leis e fronteiras, os “Bárbaros” desiludem pela não comparência e frustram as estratégias defensivas, o estado de emergência e o discurso do medo. Precisamente neste mesmo alinhamento, embora não pareça óbvio à primeira leitura, importa lembrar o romance *Disgrace* (Coetze, 1999). Vários críticos, de entre os quais destacamos Joshua Richman, viram neste texto um “quase manual de teoria política” (Richman, 2015).

Também devedora da possibilidade de contestação dos fundamentos constitucionais da África do Sul, esta obra tem recebido inúmeras leituras críticas e todas de algum modo marcadas pela evidência de dificuldades em enquadrá-la na tradição nacional e, ou, africana. Rompe com a lógica da história pós-apartheid expectável no sentido em que nega o paradigma mais ou menos natural de uma sociedade em transição absoluta e de registo utópico, da mesma forma que recusa a lógica intervencionista do exterior. Trata-se de um texto que desconstrói a ideia de que a África do Sul permaneça devedora de uma regulação euro-americana podendo as respostas para o presente e para o futuro ser encontradas na sua sociedade rural, cuja existência e práticas culturais associadas subvertem a possibilidade de um discurso consensual para o país e dificultam o seu enquadramento nacional.

Provavelmente por isto ser reconhecido, autores como Salman Rushdie e Aggrey Klaaste consideraram que o texto de Coetzee era tímido na condenação da violência, nomeadamente a de natureza sexual. Fica, assim, no centro de boa parte da discussão em torno de um discurso de clara denúncia das distopias sul-africanas pelas realidades de violência e estupro, em certos casos literal, em outros obviamente alegórico. Até certo ponto, é como se o texto, deixando de lado o acompanhamento ou negação de valores constitucionais, se ocupasse da dispersão de significados aglutinadores e preferisse a abordagem fractal desta realidade.

**imagem 4**

Capa do livro *Disgrace* (1999) de J.M. Coetzee.



Num registo antropológico com alguma afinidade ao acima referido, John e Jean Comaroff, também sul-africanos, repetidamente convocam, nomeadamente no seu texto *Law and disorder in the postcolony* (2006), e em “Theory from the South: Or, how Euro-America is Evolving Toward Africa” (2012) esta imperativa necessidade de criação de um movimento político *ex-cêntrico* em relação ao Ocidente. A realidade sul-africana tem todos os elementos necessários para liderar este tipo de questionamento: quem fala, e com que legitimidade, com ou pelos observados? Nos territórios da pós-colonialidade a condição nativa e a resistência aos discursos ocidentais e ocidentalizados obrigam à discussão do papel do “subalterno”, na aceção de Spivak, quando o nativo se vê como outro(s). Cabe aqui de forma oportuna a noção de “worlding”<sup>12</sup> que esta autora propõe para a realidade indiana na contemporaneidade e que é facilmente aplicável a outras sociedades pós-coloniais. A reescrita do passado no presente e do presente no presente deve servir para a defesa contra a alegação imperialista da incapacidade de um “re-worlding” da cultura, da tradição ou da história por parte dos ex-colonizados (Spivak, 1999, pp. 218 e 228). Não precisamos de procurar muito longe para encontrarmos respostas textuais e artísticas para a mudança deste paradigma em particular. Há importantes projetos na atualidade que nos ilustram múltiplos processos deste tipo. Listo alguns exemplos.

O programa editorial *Buala* tem demonstrado que é possível construir encontros disciplinares combinados com narração de experiências, trabalhos de investigação, ativismo e organização de projetos. Trata-se de um vasto acervo disponível em acesso aberto e produzido de forma colaborativa, em que África tem papel preponderante e em que as escolhas sobre teorias em circulação, nomeadamente centradas em discursos e experiências sobre a condição pós-colonial, são apresentadas. Destaco de entre as secções deste *site* cultural grandes temas como O Corpo, As Artes Performativas, O Cinema, a Literatura; pode ler-se na apresentação que se trata de “Portal transdisciplinar e colaborativo que deve o seu nome à palavra de origem quimbundo usada em Angola no sentido de bairro, periferia, valorizando a ideia de comunidade”.<sup>13</sup> Cumpre, de facto, vários princípios em simultâneo: valoriza a produção em tempo real, divulga acontecimentos e práticas e institui uma plataforma de discussão permanente de grande valor pedagógico.

---

**12** Pode entender-se, de forma sumária, este conceito como ordenação e reordenação do mundo para os sujeitos colonizados, que seguem as representações dos colonizadores sobre o lugar em que vivem e o qual são forçados a reinterpretar à luz desse movimento de ocupação real e simbólica.

**13** <https://www.buala.org/pt/a-nossa-buala>

Foi através de *Buala* que tomámos pela primeira vez conhecimento do projeto *Tsikaya – música do interior*, coordenado por Victor Gama. Com alguma afinidade ao que nos propõe Ruy Duarte de Carvalho, recolhe e amplifica produção originária nas periferias e ultra-periferias de Angola, contribuindo para a preservação de géneros musicais ausentes dos circuitos comerciais, mas decisivos para garantir a coesão comunitária sob variadas formas: recolhas, criação, seleção, constituição de arquivos.



**imagem 5**

Toha. Fonte: Victor Gama Instruments.

Trago o processo de reciclagem de violência através de instrumentos que as crianças de Xangongo construíram. Uma cápsula de artilharia transformada em batoque, um carregador de uma kalashnikov com milho dentro, uma lata de munições com três buracos de balas que se transformam em três arcos com cordas de nylon. Elas constroem os instrumentos a partir destas coisas que representaram uma grande violência nas suas vidas e convertem-nas em objectos de não-violência. É uma reviravolta da lógica de agressão e irracionalidade da guerra para algo que faz muito sentido: transformar qualquer coisa muito destrutiva em música, e sementes de tolerância, abundância e paz. <sup>14</sup>



**imagem 6**

Carregador feito por crianças do Cunene

<sup>14</sup>

<http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/no-rasto-de-instrumentos-inovadores-entrevista-a-victor-gama>

Trata-se assim também de um trabalho de fixação da história oral (a par de uma dimensão de cultura material, sua recolção e enquadramento narrativo), boa parte dela muito recente, sendo que se trata de um domínio muito necessário para a nossa área de estudo e tão ausente dos currículos e circuitos de divulgação.

Os arquivos não são matéria do passado, são a questão central do futuro, e podem e devem ser construídos e consolidados a partir de práticas colaborativas.

Como nota final, gostaríamos de fazer uma breve referência à obra do artista e ativista Kiluanji Kia Henda,<sup>15</sup> nomeadamente a “Redefinição do Poder III (com Miguel Prince)”, de 2011, que ilustra de forma muito clara tudo o que acima defendemos: faz a narrativa da história contemporânea e acrescenta-lhe uma reavaliação da sua dimensão simbólica e ideológica. Ao apagar e substituir a iconografia nacional, juntando-lhe novas formas de traduzir a ocupação dos espaços públicos, propõe-nos um arquivo para o futuro e uma mensagem que transita entre o colonial e o pós-colonial para se fixar numa imagem da nação decolonial. Veja-se a terceira impressão desta obra, em que se aplica o princípio da restituição do controle sobre o lugar e a desconstrução do objeto enquanto monumento. Movimento de decolonização epistémica, como propõe Ana Balona de Oliveira (2019).



### imagem 7

*Redefining The Power III*  
de Kiluanji Kia Henda.  
Fonte: Museum of Modern Art in  
Warsaw (artmuseum.pl).

**15** Kiluanji Kia Henda nasceu em 1979 em Angola. Vive e trabalha em Luanda, Angola. O interesse de Kia Henda pelas artes visuais surge por ter crescido num meio de entusiastas da fotografia. A ligação com a música e o teatro de vanguarda, fizeram parte da sua formação conceptual, tal como a colaboração com colectivos de artistas em Luanda. Participou em vários programas de residências em cidades como Veneza, Cidade do Cabo, Paris, Amman e Sharjah, entre outras”. (gfilomenasoaes.com). É artista multipremiado e está representado em inúmeras coleções públicas e privadas.

Kiluanji usa como referências as mitologias grega, europeia, africana e escreve para o mundo globalizado a partir de uma colocação angolana.

Sempre tive a sensação [...] de que passei pela experiência das consequências diretas da globalização da guerra. Desde criança, aprendi que em Angola éramos parte ou vítimas de uma grande estratégia internacional, e que o que acontecia não era apenas causado pela nossa vontade. Somos por isso levados a assumir uma posição. Penso que isto acordou em mim uma preocupação por tocar temas numa escala mais ampla. <sup>16</sup>

---

**16** *I have always had the feeling, (...) that I have experienced the direct consequences of the globalization of war. Since I was a child, I have learnt that in Angola we were part of, or victims of, a great international strategy, and that what was happening was not caused only by our will. You are therefore compelled to adopt a position. I think that this awoke in me a concern for tackling themes on a broader scale.*  
[http://artthrob.co.za/Artbio/Kiluanji\\_Kia\\_Henda\\_by\\_M\\_Blackman.aspx](http://artthrob.co.za/Artbio/Kiluanji_Kia_Henda_by_M_Blackman.aspx)

As representações de África que têm lugar nas nossas sociedades hoje e nos seus circuitos de expressão e disseminação da experiência coletiva, devem, na nossa perspetiva, ser parte de um vasto movimento de mudança com ligações a novas formas de interpelar a história. Os textos literários são uma das dimensões desse gesto de resistência pelo modo como os lemos e enquadrámos nos diversos lugares da fala e da experiência cultural.

## Bibliografia

- Atwell, D. (1993). *J.M. Coetzee: South Africa and the politics of writing*. University of California Press.
- Carr, G. (1994). "Radical Literature and Cultural Validation: The Paradox of Merlin Radical Fiction". *Labour / Le Travail*, Vol. 34.
- Carvalho, R. D. (1999) *Vou lá visitar pastores*. Lisboa: cotovia.
- (2005) *Lavra* (Poesia Reunida 1970-2000). Lisboa: cotovia.
- (2008). *a câmara, a escrita e a coisa dita...*. Lisboa: cotovia.
- Cavafy, C. P. (1975). "Waiting for the Barbarians". *C.P. Cavafy: Collected Poems*. Trad. Edmund Keeley e Philip Sherrard. [1992].
- Coetzee, J. M. (1980). *Waiting for the Barbarians*. London: Minerva.
- (2005) *Disgrace*. Penguin Books. Paperback.
- Comaroff, J., & Comaroff, J. (2006). *Law and Disorder in the Postcolony*. Illinois, Chicago: University of Chicago Press.
- (2012). "Theory from the South: Or, How Euro-America is Evolving Toward Africa". *Anthropological Forum* 22.2.
- Deleuze, G. e Guattari, F. (1987). *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*. Tradução e prefácio de Brian Massumi. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Ferreira, M. (1989). *O discurso no percurso africano: contribuição para uma estética africana*. Lisboa: Plátano.
- Kaváfis, K. (2005). *Os Poemas*. Lisboa: Relógio D'Água Editores. Tradução, prefácio e notas de Joaquim Manuel Magalhães e Nikos Pratsinis.
- Kock, L. (1987). "Literature, politics and universalism: A debate between Es'kia Mphahlele and J.M. Coetzee". *Journal of Literary Studies* Volume 3, Issue 4. [Publicado online: 06/07/2007].
- LeVine, M. (2005). *Overthrowing Geography: Jaffa, Tel Aviv and the Struggle for Palestine*. Berkeley: University of California Press.
- Mignolo, W. (2011). *The Darker Side of Western Modernity – Global Futures Decolonial Options*. Durham e Londres: Duke University Press.
- Mphahlele, E. (1962) *The African Image*. London: Faber & Faber.
- Richman, J. (2015). "Coetzee as Contractarian: Disgrace as Political Theory". *South African History Online*. (<https://www.sahistory.org.za/article/coetzee-contractarian-disgrace-political-theory-joshua-richman>)
- Schroeder, R. (2014). "Exploring Critical and Indigenous Research Methods with a Research Community: Part I-The Leap"; "Part II – The Landing". In the Library with the Lead Pipe. (<http://www.inthelibrarywiththeleadpipe.org/2014/exploring-the-landing/>)
- Spivak, G. C. (1999). *A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of The Vanishing Present*. Cambridge: Harvard University Press.
- Vallega, A. (2015). *Latin American Philosophy: from Identity to Radical Exteriority*. Indiana University Press.

### Outras referências consultadas:

- PressReader.com - Réplicas de Jornais de Todo o Mundo
- [http://artthrob.co.za/Artbio/Kiluanji\\_Kia\\_Henda\\_by\\_M\\_Blackman.aspx](http://artthrob.co.za/Artbio/Kiluanji_Kia_Henda_by_M_Blackman.aspx)
- <https://www.buala.org/pt/a-nossa-buala>
- <http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/no-rasto-de-instrumentos-inovadores-entrevista-a-victor-gama>
- Goodman Gallery ([goodman-gallery.com](http://goodman-gallery.com))
- The language of African Literature. *New Left Review*, 1985. (<https://newleftreview.org/issues/i150/articles/thiongo-ngugi-wa-the-language-of-african-literature>)
- Representações da violência em *Disgrace* e *Waiting for the Barbarians* de J. M. Coetzee ([usp.br](http://usp.br))
- Epistemic Decolonization through the Colonial, Anti- and Post-Colonial Archive in Contemporary Art | Vista ([revistavista.pt](http://revistavista.pt))



# Varia

# Arte integral, arte coletiva: o caso Mário Cesariny

---

**Danilo Bueno**

Universidade de São Paulo  
• buenodanilo@hotmail.com

**DOI** [https://doi.org/10.34913/  
journals/lingualugar.2021.e529](https://doi.org/10.34913/journals/lingualugar.2021.e529)



A partir da ideia de produção de uma obra integral, em que operam a coletivização de discursos, suportes e modos de fazer, busca-se enfatizar a atuação lúdica e performática de Mário Cesariny, por meio da aproximação de poema, pictopoema, fotografia, pintura e colagem.

**Palavras-chave:** Mário Cesariny; Surrealismo português; Coletivo; Jogo; Performance.



*À partir de l'idée de produire une œuvre totale, dans laquelle opère la collectivisation de discours, de supports et de façons de faire, nous cherchons à mettre en valeur la performance ludique et performative de Mário Cesariny, par l'approximation du poème, du pictopoème, de la photographie, de la peinture et du collage.*

**Mots-clefs:** Mário Cesariny; Surréalisme Portugais; Collectif; Jeu; Performance.

Mário Cesariny (1923-2006) criou uma obra multimoda que atravessa a poesia, o ensaio, a correspondência, a pintura e o teatro, bem como a performance, a criação de objetos e livros de artista com uma crescente proliferação de modos de fazer. Essa obra de amplo espectro enfraqueceu as eventuais oposições entre um poeta que pinta e um pintor que faz versos, como pode ser abordagem costumeira.<sup>1</sup> Exercia, sobretudo, a postura de artista total, liberto de convenções e rótulos, atitude que convoca o olhar e o ouvido para uma decifração convergente de seu legado, de aproximação dos materiais, dos diálogos interartes, além de, a partir do surrealismo, da conjugação entre amor, liberdade e poesia. Nesse artista, as atuações não estão isoladas, pelo contrário, são as correspondências, as aproximações, as comunidades e os registros coletivos que suscitam o interesse por essa produção singular. Se a prática surrealista em Portugal está profundamente vinculada aos cafés, espaços prediletos dos (des)encontros, bem como à vida pelas ruas, no ambiente público, notadamente entre 1947 e 1953,<sup>2</sup> é possível pensar nesse exercício como análogo ao da liberdade civil, ainda mais no contexto da ditadura salazarista no final da década de 40. Se não houve em Portugal um movimento amplo e contínuo como ocorreu na França até ao final dos anos 60, em grande parte pela oposição do aparelho estatal e pela ausência de liberdade cidadã, houve, por outro lado, uma agitação que soube ocupar certos espaços e sentidos por meio de táticas surrealistas que propiciaram efervescência coletiva. Esse cenário favoreceu o convívio e a aproximação dos artistas portugueses vinculados às ideias surrealistas, de forma a se pensar que os momentos mais interessantes dessa atuação estejam vinculados à produção plural e abrangente de vários artistas, em trabalhos coletivos, conforme as exposições, os manifestos, os panfletos, os desenhos e pinturas grupais, criando-se, desse modo, efeitos de resistência política, de arte libertária e de apagamento do ego pela formação de um espaço de inconsciente coletivo. Já, no “campo literário”,<sup>3</sup> o surrealismo português rejeita os valores do neorealismo, bem como o viés ideológico da esquerda socialista, apesar da relação entre surrealismo e marxismo ser um ponto muito amplo de discussão para os franceses. Melhor dizendo: a prática

<sup>1</sup> Para além dessa dualidade, Cesariny opõe-se, inclusive, às “especializações” e às “técnicas” artísticas, conforme escreveu, em carta de 1973, para Édouard Jaguer: “Evidentemente, não sou um pintor – nem tampouco um escritor. Se continuo a pintar e, mais raramente a escrever, é por fatalidade que eu não podia supor, há 25 anos. O que chamam maturidade (nos jornais) é quase sempre uma coisa espantosamente ridícula. Há que pôr de lado todas essas maturidades. Eu tenho talvez a-bon-a-chance-má-chance de, em certo sentido, nunca lá chegar. Nunca estudarei as cores complementares, nem os pigmentos, nem os médiums virtuosos. Deixei de escrever, poemas, quando senti odor a experiência já vivida. Um estilo! Uma maneira de! Como um homem diplomado em amor. Realmente!” (Cesariny *apud* Franco, 2013, pp. 98-99).

<sup>2</sup> “Poderemos então concluir que existe um Surrealismo no sentido estrito, entre 1947, ano de formação do Grupo Surrealista Português, e 1953, ano da morte de António Maria Lisboa. E um Surrealismo no sentido lato, que se confunde com o século XX. Neste último sentido, estaremos a considerar uma espécie de eidos surrealista que atravessa a arte moderna portuguesa” (Martins, 2016, p. 31).

<sup>3</sup> Essa expressão fere a recusa surrealista em admitir-se como “literatura”. A sua utilização deriva apenas do seu uso comum nos estudos literários.

portuguesa, como em um gesto afirmativo, tinha necessidade de romper com uma produção eminentemente ideológica. A ideologia política, naquele cenário de descoberta do surrealismo não podia sobrepor o ideal libertário que elevava o sonho e o inconsciente como os grandes atores do humano. Desse modo, o começo da atuação de Cesariny começa com dois confrontos: a repressão salazarista e o embate “literário” com a tendência dominante do neorrealismo. Essa “disputa” entre surrealismo e neorrealismo em Portugal é ampla e merece, em outro momento, um desenvolvimento de maior fôlego. Nesse contexto, portanto, o surrealismo português enfatiza a ideia de liberdade e de produção coletiva em resposta ao exercício ideológico neorrealista em oposição ao Estado Novo (1932-1974). Dada a relevância da noção de coletivo, tão central para o surrealismo português como já referido, vinculada apenas ao eixo autoral, busca-se um desdobramento de estudo, possivelmente mais subjetivo, qual seja: o coletivo enquanto estratégia de produção dentro da própria obra de um artista, relacionada aos diálogos interartes, aqui perspectivados pelo símile vida total/obra total derivado do surrealismo, portanto alheio ou avesso à noção de experimentação, mas afeito a uma ideia que entende a obra como uma manifestação integral da liberdade humana.

Tal ideia pode se fundamentar na tentativa surrealista, na qual Cesariny está inserido, de uma visão monista da existência/obra.<sup>4</sup> Os surrealistas rejeitam a dualidade ou a separação entre corpo e espírito. Desse modo, como as noções vivenciais são determinantes, seria possível supor que a obra produzida também rejeitaria a ideia de separação e seria melhor entendida como uma atuação integral, coletiva, no exercício de várias manifestações, como a tradução, o ensaísmo, a edição, a organização de antologias, o constante refazimento dos próprios poemas que integram edições diferentes que vão ao encontro da correspondência com outros artistas, às formas de pintar e de desenhar, à criação de objetos e às performances de panfletos e manifestos (sem esquecer o desprezo surrealista pela divisão da escrita em “gêneros”). Emília Pinto de Almeida mostrou a importância desse tópico, do artista total, para se compreender Cesariny:

---

**4** “Se se pode falar de uma ‘filosofia do surrealismo’, é neste sentido de que a actividade dos surrealistas é totalmente orientada pela convicção de que o jogo dialéctico está permanentemente aberto, e que reconhecer uma função determinante apenas à matéria ou apenas ao pensamento é mutilar o real e ter dele apenas uma compreensão parcial. Para o monismo surrealista, as exigências das duas partes devem ser mantidas, não sendo nenhuma delas anulada pela outra” (Durozoi; Lecherbonnier, 1976, p. 107).

Interrogar a obra de Cesariny a partir de um “ofício múltiplo”, isto é, a partir de uma heterogeneidade constitutiva – que envolve a interpenetração, a reconversão, a coalescência de domínios ou suportes, e a emergência de soluções poemáticas declaradamente híbridas – é uma exigência que ela mesma coloca (Almeida, 2017, p. 40).

Em direção semelhante segue Michele Coutinho Rocha:

A obra de Mário Cesariny, perfeitamente enquadrada nos propósitos do Surrealismo, revela igualmente a aspiração a um saber absoluto, materializado na procura de uma identidade poética assumida como expressão e realização integral do indivíduo, em que o poético e plástico convergem para a concretização de um projeto global, potenciador de uma outra forma de pensar e agir (Rocha, 2018, pp. 07-08).

Por esses pontos de vista, nota-se que Cesariny pratica um movimento convergente, de aproximação e diálogo entre as suas variadas atuações para uma “realização integral do indivíduo”. Nessa perspectiva, a questão do poeta que pinta ou do pintor que escreve é automaticamente posta de lado, uma vez que neste artista a obra se dá com e não por exclusões ou adições, há o efetivo encontro entre linguagens, discursos e suportes. A palavra “aventura”, tão benquista pelo surrealismo, passa a fazer um sentido mais justo nesta conexão entre vida/obra mediatizadas pelo amor/liberdade/poesia. Nessa mesma direção, escreveu Perfecto Cuadrado:

Se na obra de Mário Cesariny a crítica tentou (e quase conseguiu) fixar fronteiras entre a sua produção literária (geralmente louvada e reconhecida como fundamental no futuro da poesia portuguesa do século XX) e a sua obra plástica (condenada também por muitos à subordinação ou a uma certa marginalidade), parece chegada a altura de ultrapassar essas fronteiras reconhecendo na sua obra um projecto (realizado na medida do humano) de totalidade, de que as barreiras entre expressão plástica e expressão verbal mais não seriam do que uma parte apagada e mínima: exatamente a parte que corresponde, como já apontámos, ao dizer no todo onde se integram também o ver e o ser, a arte e a vida, a experiência e o conhecimento, o diurno e o nocturno, o sonho (ou o desejo) e a realidade, os contrários, enfim, definitivamente conciliados e unidos naquele ponto do espírito para o qual sempre se orientou a vontade e a luta agónica das rimbaldianas toupeiras que trabalham na destruição da velha cidadela (Cuadrado, 2020, p. 25).

Nesse passo, a integralidade da obra está correlacionada à ideia da conciliação dos contrários “naquele ponto do espírito”, de acordo com famosa passagem do segundo manifesto Surrealista.<sup>5</sup> Assim, a perspectiva de um atividade total passa a se apoiar em um preceito espiritual, quicá alquímico, de transformação e metamorfose do ser e do mundo. A relação entre um suporte e outro, mais do que um dado intratextual, criaria uma noção orgânica de coletivização das expressividades na urgência de uma manifestação na “medida do humano”, do indivíduo libertado, de acordo com a utopia surrealista. Como já sugerido e entrevistado, o “coletivo” poderia ganhar, então, nesse contexto do surrealismo

português, ao menos duas leituras, a saber: a atuação conjunta dos artistas surrealistas que produziam e assinavam juntos; e a própria feitura da obra de alguns deles, notadamente de Cesariny, que passa por várias formas de produção, como signo da totalidade e da abrangência da existência.

Essa ampla abertura, no que se refere a Cesariny, coloca-o em uma espécie de amadorismo que foi longamente perseguido, atitude que catalisa o desinteresse pelas noções “técnicas” e pelas “especializações” em arte, como já citado. Ao não se considerar nem escritor nem pintor, no sentido mais comum do termo, ele se coloca a partir de uma noção “amadora” em relação à própria atuação, como se sua busca fosse mensurada pela surpresa e pela ampliação da liberdade dos modos de fazer. É nesse passo que se tenta compreender a produção desse artista ao longo da intensa atividade que exerceu por mais de cinquenta anos.

### O jogo e os jogos

Ao se considerar a totalidade da obra como uma coletivização de suportes, discursos e modos de fazer, o leitor passa a ser o decifrador em um “navio de espelhos”, em um amplo espaço de referências, citações e diálogos que se distende cada vez mais pela convivência com as obras. A aventura proposta pelas ideias surrealistas abre-se também para uma atividade lúdica de leitura, em que todas as rotas convergem para aquele tão buscado “ponto do espírito”. Por meio dessa aproximação à produção de Cesariny, em grande medida, tem-se uma espécie de *jogo*, forma de leitura requerida pela composição ampla e heterogênea da própria obra. Em outras palavras, a noção absolutamente lúdica da obra gera uma perspectiva também lúdica em sua recepção, favorecendo a comparação e a releitura, justamente para se perceber os pontos de contato entre os suportes e as correspondências entre eles, na armação maior dessa experiência coletiva.

O interesse pela poesia popular dos cancioneiros, por Teixeira de Pascoaes, pela tradução de Novalis e de Rimbaud, pela difusão de documentos surrealistas (em um enorme esforço de coletivização e aproximação), entre outras atuações, constitui um painel que acena insistentemente para uma leitura conjunta, em que o *uno* se sobrepõe ao *múltiplo* em meio aos processos heteróclitos. Em outras palavras: o múltiplo se dá na superficialidade do encontro, pois ele convoca, clama

---

**5** De acordo com o Segundo Manifesto do Surrealismo (1930): “Tudo leva a crer que existe um determinado ponto do espírito donde a vida e a morte, o real e o imaginário, o passado e o futuro, o comunicável e o incommunicável, o alto e o baixo, deixam de ser apreendidos contraditoriamente. Ora, em vão procuraríamos para a actividade surrealista outro móbil além da esperança de determinação deste ponto” (Breton, 1969, p. 152).

e demanda, uma visão una, integral. É por isso que Cesariny não deve ser considerado um *poeta experimental* (Joaquim Manuel Magalhães chamou a atenção de que toda grande poesia é em alguma medida experimental),<sup>6</sup> pois a novidade “técnica” é parcelar e atende a um convite talvez do “campo literário” ou do “estilo literário”, na medida que a obra integral de Cesariny aponta para outros ritmos e diálogos que estão voltados para uma *experiência interior*<sup>7</sup> que convoca e congrega um labirinto que se torna a cada dia mais visível, com o afastamento temporal dos acontecimentos surrealistas em Portugal e a perspectiva cada vez mais completa da obra, inclusive pela correspondência e pelas entrevistas do artista editadas recentemente. Nessa diversidade de eventos, ressalta-se a amplitude e o prazer pelo jogo. Uma das formas de jogar mais caras ao universo cesariniano é o inventário. Leia-se a parte V do “Discurso sobre a reabilitação do real cotidiano”:

vinte e quatro tragédias burguesas  
dois casais cheios de felicidade  
nove mulheres casadas (portuguesas)  
e um caso de mendicidade

um coronel reformado um visconde nazi uma sorte adversa  
uma vista para o campo uma menina Ester  
um prédio em construção dois dedos de conversa  
um lindo rapaz que adora perder

uma prostituta elegante dois galos sem crista  
uma vida sem vida um defunto a viver uma vida asquerosa  
dois carris de ferro o filósofo existencialista  
e  
um cínico e a esposa

(Cesariny, 2017, p. 97).

A enumeração cria um registro vertiginoso, em que a livre associação e a analogia ocupam o sentido e a surpresa do poema. Há que se notar também que a leitura “desliza”, tem uma enorme fluidez, em que uma imagem busca a outra imagem, desarticulada semanticamente, mas atada ritmicamente. Até mesmo a pausa, entre o penúltimo verso composto apenas por uma conjunção aditiva (que também teria valor enfático) cria essa amarração rítmico-sonora que é da ordem do encantatório, sem deixar de ser também da literatura oral, dos primórdios dos

<sup>6</sup> “As diferenças entre cada uma dessas obras ajudaram a afastar o jornalístico ou apressadamente escolar uso de uma expressão vazia, ‘poesia de experiências’ (tão vazia como, pela inatividade de seu uso, a expressão portuguesa dos anos 60 do século passado ‘poesia experimental’ – estas adjectivações tornam-se totalmente inoperantes pois que, tal como acontece com múltiplos outros epítetos, por exemplo poesia do sublime ou poesia do real, nomeiam por estrangulamento algo que comparecerá sempre em qualquer obra poética com qualidade para o ser)” (Magalhães, 2005, p. 14).

<sup>7</sup> Usa-se essa expressão com o sentido aproximado à forma definida por Georges Bataille: “Entendo por *experiência interior* aquilo que habitualmente se nomeia *experiência mística*: os estados de êxtase, de arrebatamento ou ao menos de emoção meditada” (Bataille, 2016, p. 33).

cancioneiros portugueses, uma das áreas de interesse de Cesariny (cf. Cesariny, 2004a).

Para além dessa observação sobre o ritmo, a livre associação (inconsciente?) das imagens gera aqueles sustos tão caros ao melhor surrealismo: “uma prostituta elegante dois galos sem crista”, em que dois mundos diferentes, talvez vistos até mesmo como reminiscência rural (galo sem crista) e deslumbre noturno (prostituta elegante), partilham o mesmo verso, vale dizer, a mesma matriz de desejo.

Essa forma de “contar” o poema, lúdica e deslizante, atrai o leitor que não se preocupa com a construção “lógica”, mas antes com a apresentação inusitada das imagens, em uma espécie de painel fantástico, afeito à imaginação sem limites das crianças, nas brincadeiras de “isso ou aquilo”. A rima ocupa, naturalmente, um lugar de destaque, propiciando pares como burguesas/portuguesas e asquerosa/esposa, de teor satírico e agressivo, que pode ser aproximada à ideia proposta por Herberto Helder: “a poesia é feita contra todos” (Helder, 2013, p. 152) invertendo o arcaico lema de Lautréamont “a poesia deve ser feita por todos” (Lautréamont, 2009, p. 313) tantas vezes usado como base para as incursões surrealistas. Ou seja, nesse jogo, o escárnio é lançado, em diálogo com a tradição literária portuguesa.

A forma do inventário, apesar de ser muito usada pelo cubismo e pelo surrealismo, com propósitos diversos, tem raízes imemoriais, principalmente se a preocupação estética não ocupar o primeiro plano de análise, como considerou Huizinga:

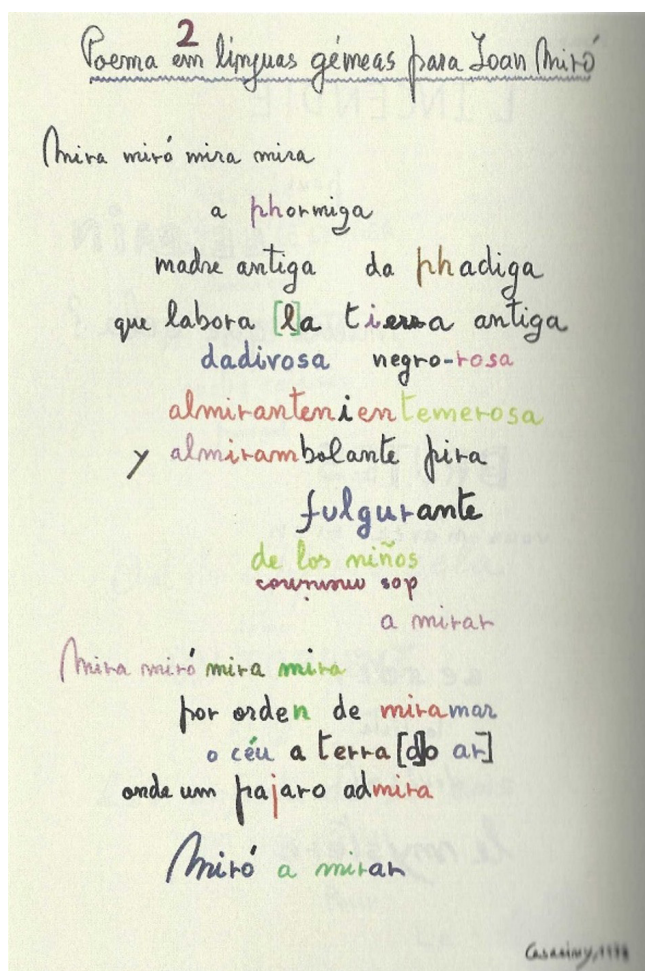
A primeira coisa que é preciso fazer para ter acesso à compreensão é rejeitar a ideia de que a poesia possui apenas uma função estética ou só pode ser explicada através da estética [...]. Toda a poesia da antiguidade é simultaneamente ritual, divertimento, arte, invenção de enigmas, doutrina, persuasão, feitiçaria, adivinhação, profecia e competição (Huizinga, 2014, p. 134).

Frise-se a beleza desse passo de Huizinga e como ele aponta para a totalidade, valor buscado pelo surrealismo e pela atuação de Cesariny. O inventário é o jogo de liberdade e de associação que cria relações da ordem do mágico, talvez por isso o ritmo “deslizante” possa ser lido também como de natureza hipnótica, ao sequestrar o leitor para um mundo em que a estética não responde às urgências do pensamento. Além disso, ao que parece, efetua uma ponte entre as demandas modernas e os caminhos da antiguidade ao recuperar a origem imemorial da relação

do ser humano com a ampla abertura propiciada pela prática poética, vista como previsão, jogo, engenho, etc.

O jogo, em Cesariny, é constitutivo e dominante: cabalas fonéticas, neologismos, mistura de idiomas, caligrafias, perguntas e respostas, textos automáticos, colagens entre outras formas de expressão lúdica. Outro ponto que merece destaque é a colocação do leitor em posição de decifrador do jogo, gerando, assim, a aproximação e a coletivização entre o artista e o leitor, uma relação que pode envolver disputa, mas também igualdade entre o emissor e o receptor, ou, mais bem colocado, entre os *contendores*.

No exemplo do pictopoema abaixo, a homenagem a Miró passa pela proximidade ou comunidade linguística e atravessa a visualidade por meio de cores que remetem ao universo do artista espanhol, em diálogo, ou, até mesmo em situação de *partida*, como se as cores representassem lances acontecendo durante a caligrafia do poema:



#### imagem 1

Poema em duas línguas gêmeas para Joan Miró, 1978, tinta de escrever sobre papel (col. António Prates) (Cesariny, 2020, p. 490).



A semelhança fonética entre o verbo conjugado “mira” e o substantivo próprio Miró cria o jogo sonoro que passa também por “admira”, adensado pela disposição sinuosa que o poema toma, relacionado com o lúdico, com a percepção amorosa e com a torção da linguagem em uma compacta camada fonética.

O encontro entre os dois idiomas “irmãos” sugere também a proximidade entre os interesses artísticos de ambos. Falar no idioma do *outro*, é, de certa forma, buscar a comunhão, relacionar-se amorosamente, entre o sentido da homenagem e o da criação, coletivizando a obra homenageada com a forma de ver do homenageado, em um exercício de alteridade.

Assim, ressalta-se o desejo de ser lido junto: a formiga que labora a terra antiga, o mesmo espaço de cultivo entre os dois artistas, para culminar na ampliação da imagem “onde um pajar admira”. Vale notar o uso de animais para a aproximação dos artistas.

O pictopoema conjuga um eixo icônico que dialoga diretamente com certas cores usadas nas obras de Miró, sendo que o jogo da leitura se dá em um nível estrutural/visual, ao mesmo tempo que homenageia, também convive e (desd)obra a obra do artista espanhol, inclusive criando palavras duplas pelo uso das cores: “fulgur” e “ante” de “fulgurante”, ou seja, um delicado jogo de palavras e de cores. Essa criação oscila entre as palavras dicionarizadas e os neologismos, em um processo de desarticulação da fala comum e da sugestão de um idioma próprio, com suas regras secretas, situação típica de um jogo impronunciável, porque único. Manuel Gusmão escreveu sobre “you are welcome to elsinore” um passo que serviria também para esse desenvolvimento de análise que agora se faz:

Toda a integração implica indícios, por mínimos que sejam, de uma dupla transformação, daquilo que integra e daquilo que é integrado. O poético torna-se uma modalidade ética da linguagem, uma ética submetida à contingência de uma maneira verbal que não é um decálogo e não funda uma catequese (Gusmão, 2010, p. 406).

Por essa ótica, o jogo visual e sonoro funda-se, acima de tudo, na partilha entre o que integra e o que é integrado. A homenagem, dessa feita, circularia pelos domínios da ética, no sentido da transformação, da mudança ativa do poeta que toma de empréstimo, amorosamente, a maneira de fazer do *outro*, transformando-se em gêmeo, talvez a mais alta homenagem que se pode render a alguém: a fusão, a metamorfose no objeto amado, sem deixar de ser em si mesmo potência de desejo.

É notória a atitude performática de Mário Cesariny ao longo de toda a sua trajetória. A importância do corpo e do espaço público são determinantes, inclusive quando confrontados com a repercussão política de sua atuação e as represálias “estatais” recebidas pelo artista. Antônio Cândido Franco, em sua minuciosa biografia *O triângulo mágico* (2019), inclui na seção “Bibliografia & Fontes” os processos da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) contra Cesariny. É uma parte da vida civil que emerge com a referência a esses documentos, com toda a carga simbólica na criação de uma aura de artista opositor, que ilustra de forma aguda o entorno da intelectualidade portuguesa. Essa vida civil mescla-se com a intervenção surrealista, dos cafés e das ruas, das andanças de poeta público (note-se, aliás, a extensão temporal da perseguição que beira trinta anos).<sup>8</sup>

Ao se colocar em face ao regime, Cesariny é submetido à “liberdade vigiada”, que culmina em prisão por “atentado ao pudor” e “suspeita de vagabundagem” (em outras palavras, perseguição pela homossexualidade do artista). Desse modo, Cesariny assume o preço alto da censura, da exposição e de todo o horror que essa vivência implica. Ele consegue redimensionar, ironicamente, a experiência do cárcere quando afirma, na carta já citada de 1973, para Édouard Jaguer: “Há também a prisão, lugar mágico, luz central da nossa civilização. Mas é sempre muito frio, a prisão, mesmo no Inverno” (Cesariny *apud* Franco, 2013, p. 99). A intervenção de Cesariny, portanto, também passa por essa contraparte política-prisional, como se ele trouxesse o período de “liberdade vigiada” e de “prisão” para o campo da transfiguração performática e criativa, ligada à dimensão dos modos de fazer.

Para além dessa relevante atitude pública, deve-se pensar esse artista no que diz respeito às polêmicas para se notar a extensão de seu jogo performático.

Uma das mais interessantes, diz respeito a Luiz Pacheco e à publicação não autorizada de cartas de Mário Cesariny (e de outros autores), no livro *Pacheco versus Cesariny* (1974).<sup>9</sup> No mesmo ano, em resposta, Cesariny publica *O jornal do gato* (1974). Na edição de 2004, a fotografia de Cesariny, antes da folha de rosto, chama a atenção:

<sup>8</sup> PIDE (1945-1972), SC, Reg. 130498, NT 8059 ; SC, Ci(1), 2884, NT 1252; SC, E/GT 4939, NT 1609; SC, DPI 90-58/59 NT 6650; Del. P, 22401, NT 3807” (Franco, 2019, p. 496). Essa escrita pode ser lida como a linguagem burocrática (absurda, kafkiana) do Estado fascista, além de testemunho das perseguições e da liberdade vigiada que acometeram Cesariny. Crê-se que esse registro é de suma importância para o dimensionamento político no mosaico da obra do artista.

<sup>9</sup> *Pacheco versus Cesariny* (1974) tem como subtítulo: *Folhetim de feição epistolográfica* e vem com a seguinte advertência: “Este folhetim é uma invenção e montagem de LUIZ PACHECO”. Antônio Cândido Franco pontuou-o da seguinte forma: “O conjunto é, porém, muito mais que um mero subsídio histórico que ilumina os bastidores do meio surrealista português na época mais rica de sua acção. Luiz Pacheco tinha consciência de que uma coisa era uma carta lida quando recebida e outra era essa mesma carta num livro; a reunião daqueles vastos materiais em volume iria produzir a impressão duma ficção à margem do que a realidade histórica acontecera. Daí a ideia de ‘folhetim’ de sucessão narrativa fragmentada mais contínua” (Franco, 2017, p. 130).




---

**imagem 2**

O nosso diretor (*Jornal do Gato*) correndo pelas ruas de Toledo (Foto de Manuel Rodriguez Mateos) (Cesariny, 2004b, p. 04).

Creio que muito acertadamente Perfecto Cuadrado denomina Cesariny de “autor-actor” (Cuadrado, 2020, p. 13). O inusitado da cena, o que ela implica de descompromisso e alusão paródica, o ato de “correr” (chegar de um ponto a outro? distanciar-se de Pacheco? ou assumir, apenas, um carácter burlão com o “campo literário”?), além da autodenominação de “nosso diretor”, revelam o viés satírico que Cesariny empresta a sua defesa na polémica. Há, nessa postura, ao mesmo tempo, desprezo e humor que revestem as dez cartas do livro. Essa foto, vista como uma performance, acena para o carácter teatral do universo cesarinyano e conversa muito bem com a didascália, colocada ao lado da foto, na página de rosto: “Contribuição ao saneamento do livro pacheco versus cesariny edição pirata da editorial estampa colecção direcções velhíssimas” (Cesariny, 2004b, p. 05).<sup>10</sup>

---

**10**

A primeira edição, de 1974, feita por Raul Vitorino Rodrigues, chamava-se: *Jornal do Gato – Resposta a Um Cão*, acenando para o jogo de cão e gato que é, ao mesmo tempo, ódio primitivo e brincadeira doméstica, aumentando-se a noção performática e satírica da querela com Pacheco.

Quando se coloca lado a lado os livros *Pacheco versus Cesariny* e *Jornal do gato* cria-se uma espécie de contenda crítica, que pode ser notada pela leitura em confronto das cartas de ambos os livros, tornando-se rica fonte historiográfica do surrealismo português. Para além dessa indiscutível importância documental, a polémica requer um leitor apto a participar do jogo na reconstituição dos acontecimentos que permearam a polémica, qual seja, a publicação de *A intervenção surrealista* (1966 [1997]). Mais uma vez o caráter do jogo, e o posicionamento do leitor como aquele que é conclamado a uma partida, um desafio quase detetivesco, aparece na obra de Cesariny, em que documentos são alinhados em uma montagem, conforme elucidou António Cândido Franco:

Já vi escrito que este *Jornal do Gato* não é fiável pela falsificação dos documentos. Cuidado! Em 10 documentos só um foi forjado e esse sem ludíbrio – a continuação da célebre carta de 14 de Agosto de 1966 de Luiz Pacheco a Vitor Silva Tavares, já atrás citada e em que se resumem sem rodriguinhos os argumentos críticos contra *A intervenção Surrealista* [...]. Não há aí engano, já que o pastiche é feito às claras, sem nada escondido. Qualquer leitor percebe que o autor não pode escrever em nome de Pacheco uma carta ao editor da Ulisseia, alterando as linhas do livro *Pacheco versus Cesariny*, a não ser por falsificação. Trata-se pois de uma montagem crítica, não de uma impostura (Franco, 2019, p. 238).

Eis, por esse passo, o jogo das correspondências que requer um leitor que participe dessa polémica e atue como decifrador em uma *partida* entre os atores do surrealismo português, principalmente na carta “inventada” de Cesariny que continua uma carta de Luiz Pacheco. Com essa manobra, Mário participa, convoca, reatualiza o livro de Pacheco, criando-se um bloco semântico que, ainda que a contragosto, gera o efeito de coletivização.

Esse caráter teatral, visto tanto na foto quanto na polémica, pode ser observado também em uma entrevista concedida por Mário Cesariny a Miguel Gonçalves Mendes, que lhe perguntava sobre a relação do poeta com Lisboa:

O meu hábito era escrever... nunca escrevi em casa, sabes? Escrevia no café. E esses cafés sssst [...]. Para escrever, era pela rua ou no café. Depois, se aparecia um amigo – porque apareciam muitos, não era só eu que era o vadio – mandava-se o poema passear e íamos para a conversa (Mendes, 2014, p. 47).

Nesse passo, as derivas autoficcionais somam-se às reminiscências lisboetas para aparecer o poeta *público* (ou seria melhor dizer *civil*, recu-

perando-se uma expressão já usada pelo artista), em constante transição com a cidade e com os eventuais companheiros que surgiam pelo caminho. A palavra “público” ganha uma dimensão ainda mais forte se for colocada ao lado dos processos da PIDE citados e ao caráter coletivo que essas andanças por Lisboa representavam: o espaço dos (des)encontros e das trocas, na aventura surrealista.

O poeta solto pela cidade, rejeita a postura de “gabinete” para a produção de sua poesia, daí a ideia de que a escrita esteja fundamentalmente ligada à experiência e à vida, requisitando para si mesma esse contexto efervescente das passagens, andanças, longas noites e grupos nos cafés, semantizando aquilo que há de transitório, uma das finalidades, aliás, da performance.

Além disso, escrever dessa forma comunica imediatamente a escrita de Cesariny ao entorno histórico e político, como atores expressos ou tácitos na feitura do poema, que se dá em situação. Essa característica decerto imprime marcas relevantes na fatura da escrita, permeada pelo espaço aberto e pela fricção com a realidade, na busca e no encontro dos “acazos objetivos” que resultam dessa paisagem/cenário público.

O poema que teria nascido pelas ruas da cidade e pelas mesas dos cafés reitera o gesto comunitário de criação, e enfatiza a necessidade da escrita de Cesariny como um gesto com – seja a cidade, o café ou a rua. O artista alega ter “parado” de escrever poesia conforme a idade exigia que ele permanecesse mais tempo em casa. Os poemas “acontecem” em cena, o que amplia a identificação de Cesariny com o domínio cênico e a percepção de uma atuação integral e coletiva.

### **Obra plástica: tintura, despintura, antipintura, pintura, entre outras**

Lima de Freitas começa um texto, de 1973, com o seguinte passo: “Mário Cesariny, poeta que também pinta, não é pintor” (Freitas, 1977, p. 21). Sobre as denominações acerca da atuação artística de Cesariny, já foi aventada a ideia de que ele não era nem *pintor* nem *poeta*. No entanto, o que Lima Freitas pretende aludir é ao afastamento de Cesariny da ideia de profissionalização, ou seja, não passava os dias a estudar pintura, e sequer estava envolvido com os meios de exposição e divulgação mais comuns, nos circuitos comerciais. Retorna-se à ideia de um “amadorismo” essencial. Talvez por isso, a obra plástica de Cesariny tenha passado por tantas nomeações, apesar de ter surgido, ainda na década de 40, concomitantemente à sua escrita de

poesia, em uma fusão de imaginários.<sup>11</sup>

Apesar dessa antiguidade da obra plástica do artista, houve um preconceito inicial, a uma dupla genialidade ou cidadania artística. Rui Mário Gonçalves pontua a mirada ligeira que ele recebera, tendo sido parcialmente reconhecida apenas muito tempo depois:

A atitude reticente do grande público perante a expressão plástica de Cesariny advém de uma característica e de alguns preconceitos. A característica é a sua originalidade. Os preconceitos então instalados na desconfiança perante o excesso de talento, o surrealismo e o abstraccionismo. Isto é: aqueles que o consideravam já um grande poeta manifestaram relutância em reconhecer que ele era também um grande pintor; e, entre nós, os apreciadores de literatura raramente têm olhos para a pintura (Gonçalves, 2006).

Talvez por isso essa oscilação na denominação que vai de “tintura”, “despintura”, “antipintura” para depois, em outros momentos, chegar até “pintura”. Por meio dessa flutuação entre o nome do ofício e o nome da produção, há já um gesto performático, que coloca o artista em um espaço excêntrico, pronto para executar a liberdade de exploração que notabilizou a sua forma de ação e não se deixar rotular pela expressão artística que executa, colocando o *fazer* como superior ao meio ou à “técnica” empregada, fazendo com que o imaginário do artista seja ressaltado, e, sobretudo, convocando toda a produção para os limites do poético.

Apesar dessa liberdade performática na construção da *personagem* Cesariny, ou seja, do artista que não se reduz às denominações, mas as atravessa, ele tem também um inquieto arco criativo na obra plástica, com o uso de soprofiguras [imagem 3] e aquamotos [imagem 4],<sup>12</sup> além de ser bastante citado como uma espécie de precursor do informalismo em todo o mundo, bem como é referido como o primeiro português a usar a colagem em um contexto político, ao associar De Gaulle ao nazismo [imagem 5].

<sup>11</sup> A relação unitária e integral da obra aparece nesse passo de Bernardo Pinto de Almeida: “A pintura em Mário Cesariny é assim, em certa medida, anterior aos seus poemas, mesmo se é feita, tantas vezes, ou simultaneamente ou mesmo depois deles. Capta, na sua origem comum, um princípio de idêntica energia. Mas por ser anterior à fala e à narrativa, por se querer sobrevinda do puro imaginário, habitada por forças mais do que por formas, descreve o que poderia ter sido o mundo antes da linguagem o significar, normalizando-o [...]. Anterior aos poemas, querendo aqui dizer somente isso, essa vertigem de fixar o que a linguagem desconhece ainda e em razão do que se funda” (Almeida, 2005, p. 26).

<sup>12</sup> Sobre o uso do sopro: “[...] Cesariny incorpora elementos pictóricos, recortes de imagens, excertos de frases e de palavras, fragmentos de papel com padrões estampados e ainda objetos, em superfícies intervencionadas com aguadas, gotejamentos e tintas sopradas” (Rocha, 2017, p. 47). Sobre os aquamotos: “O *Aquamoto*, técnica inventada pelo autor, utiliza os efeitos espontâneos da água para aceder a novas imagens. O desenho inicial, abstrato ou figurativo, é alterado de uma forma radical através da aplicação de água. O poder transformador da água dissolve o desenho prévio e possibilita a descoberta de outras imagens. Essa ideia está implícita no conceito de ‘des-pintura’ que o autor utiliza para designar a sua ação criativa” (Rocha, 2017, p. 57).

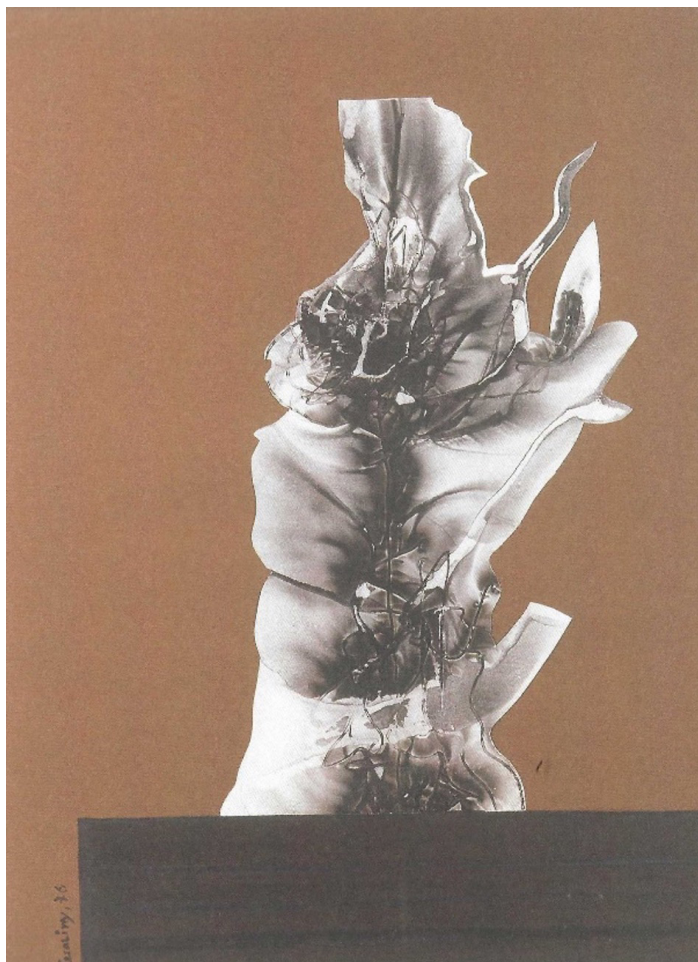


**imagem 3**

*Figuras de sopra* (1947), Tinta chinesa sobre papel, 36,5 cm x 24 cm. (Corredoira, 2010, p. 70).

A exploração da arte plástica favorece também a busca pelo acaso surrealista, em constante curiosidade pelos modos de fazer. Lima de Freitas relacionou o número de tentativas e de procuras que a pintura de Cesariny buscou:

O recurso ao automatismo e aos “acazos” documenta-se nas “pinturas laceradas”, obtidas por rasgões praticados no papel depois de ter sido pintado, ou no uso voluntário do *craquelé* resultante da utilização de vernizes ou no aproveitamento dos escorridos de tintas e tinturas [...] e ainda nos desenhos que baptizou com a designação de “Sismofiguras”, executados por meio da aplicação da caneta ou do lápis sobre o papel durante viagens de elétrico, de comboio ou de autocarro, mantendo os olhos fechados. Outras modalidades de “acazos” são-nos dadas pelos quadros em que o pintor serve de pingos da tinta (*drippings*) lançados de longe [...] (Freitas, 1977, p. 34).

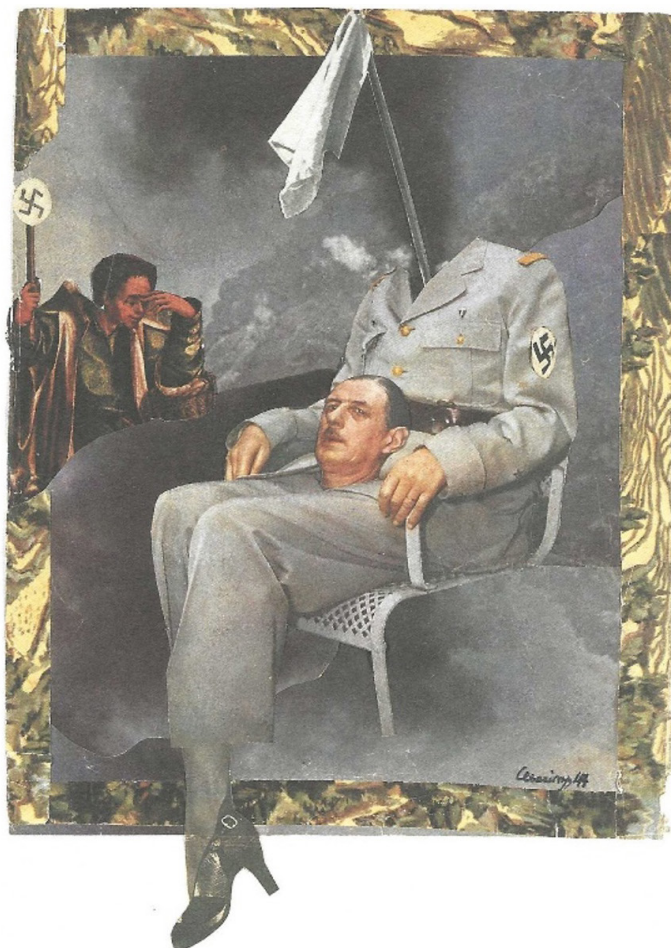
**imagem 4**

*Sem título* (1976), Aquamoto, colagem e têmpera sobre plátex, 69 cm x 49 cm. (Corredoira, 2010, p. 71).

A atuação plástica de Cesariny tem recebido maior atenção nos últimos anos, fazendo com que a figura do artista integral passe a ganhar maior definição. Nesse jogo performático, ainda há muito a relacionar, no universo cesarinyano.

A aproximação entre os modos de pintar e desenhar aos de escrever poemas e fazer colagens parece um caminho vindouro no exercício de leitura desse artista em plena expansão libertária. No caso Cesariny haverá ainda muito esforço de leitura, de gozo e de decifração.





---

**imagem 5**

*General de Gaulle* (1947),  
colagem sobre papel, 53 cm x 42 cm.  
(Corredoira, 2010, p. 74).

## Bibliografia

- Almeida, E. P. de. (2017). "Da liberdade livre das imagens: a poesia segundo M.C.V". In: J.M. Frias, P. Eiras, R.M. Martelo (orgs.). *Ofício múltiplo poetas em outras artes*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 39-54.
- Almeida, B. P. de. (2005). *Mário Cesariny – A imagem em movimento*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Bataille, G. (2016). *A experiência interior*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- Breton, A. (1969). *Manifestos do surrealismo*. Trad. Pedro Tamen. Lisboa: Moraes Editores.
- Corredoira, P. (Coord.) (2010). *Bem-vindos a | You are welcome to Elsinore – Mário Cesariny | Artur Cruzeiro Seixas – Colección Fundación Cupertino de Miranda*. Galicia: Xunta de Galicia.
- Cesariny, M. (org.) (2004a). *Horta da literatura de cordel*. 2ª edição. Lisboa: Editora Assírio & Alvim.
- (2004b). *Jornal do Gato*. Lisboa: Editora Assírio & Alvim.
- (2020). *Poemas dramáticos e pictopoemas*. Lisboa: Editora Assírio & Alvim.
- (2017). *Poesia*. Lisboa: Editora Assírio & Alvim.
- Cuadrado, P. E. (2020). "A palavra convoca o que invoca. Dizemos Mário e acontece a poesia (ou seja, PREFÁCIO)". In: *Poemas dramáticos e pictopoemas*. Lisboa: Editora Assírio & Alvim, pp. 09-29.
- Durozoi, G.; Lecherbonnier, B. (1976). *O surrealismo*. Trad. Eugénia Maria Madeira Aguiar e Silva. Coimbra: Editora Almedina.
- Franco, A. C. (2017). *Luiz Pacheco Essencial*. Lisboa: Maldoror Letra Livre.
- (2013). *O Surrealismo português e Teixeira de Pascoaes*. São Paulo: Editora Escrituras.
- (2019). *O triângulo mágico – uma biografia de Mário Cesariny*. Lisboa: Editora Quetzal.
- Freitas, L. de (1977). "Mário Cesariny, pintor". In: *Mário Cesariny*. Lisboa: Direção-Geral de Acção Cultural – Secretaria do Estado de Cultura, pp. 19-39.
- Gonçalves, R-M. (2004). *O talento multifacetado de Cesariny*. <<https://www.dn.pt/arquivo/2006/o-talento-multifacetado-de-cesariny-649291.html>> (último acesso em 16 de Novembro de 2020).
- Gusmão, M. (2010). "Entre nós e as palavras". In: *Tatuagem e palimpsesto*. Lisboa: Editora Assírio & Alvim, pp. 388-406.
- Helder, H. (2013). *Photomaton & vox*. 5ª edição. Lisboa: Editora Assírio & Alvim.
- Huizinga, J. (2014). *Homo ludens*. Trad. João Paulo Monteiro. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Lautréamont, C. (2013). *Os cantos de Maldoror – Poesias I e II*. Trad. Manuel de Freitas. Lisboa: Editora Antígona.
- Magalhães, J.M. (2005). "Nota introdutória". In: *Antologia – José Ángel Cilleruelo*. Lisboa: Editora Averno, pp. 11-15.
- Martins, F. C. (2016). *Mário Cesariny e O Virgem Negra*. Lisboa: Edições Documenta.
- Mendes, M. G. (2014). *Verso de Autografia: Miguel Gonçalves Mendes conversa com Mário Cesariny*. Lisboa: Edição JumpCut.
- Pacheco, L. (1974). *Pacheco versus Cesariny*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rocha, M.C. (2018). "Mário Cesariny e Joan Brossa: para a transformação poética do homem". In: *Cadernos 17 – Mário Cesariny e Joan Brossa*. Vila Nova Famalicão: Centro de Estudos do Surrealismo/Fundação Cupertino de Miranda, pp. 07-39.
- Rocha, M.C. (2017). "'Dizer no todo': Palavra e imagem na obra de Mário Cesariny". *Revista Visualidades*, 15(02), pp. 39-68. Recuperado de <<https://doi.org/10.5216/vis.v15i2.46479>>.

# Lugar de memória

# **(Re)escrever a China no século XVI: marcas portuguesas e especificidades no *Discurso de la Navegación de Bernardino de Escalante***

---

**Victoria Béguelin-Argimón**

Université de Lausanne

• victoria.beguelin-argimon@unil.ch

**DOI** [https://doi.org/10.34913/  
journals/lingualugar.2021.e530](https://doi.org/10.34913/journals/lingualugar.2021.e530)

Este artigo apresenta a dívida de Bernardino de Escalante para com os textos portugueses do século XVI sobre a China, nomeadamente com os textos de João de Barros e Gaspar da Cruz. Ilustra alguns dos meios usados pelo frade agostinho no seu *Discurso de la Navegación* para a reescrita das suas fontes: seleção de conteúdos, reestruturação dos mesmos e tradução de partes importantes dos textos originais. Apesar de tomar grandemente de empréstimo escritos portugueses, o *Discurso* apresenta também especificidades tais como a presença do autor no seu próprio texto ou a comparação das realidades do mundo chinês com as realidades do mundo castelhano, com o objetivo dar mais vida ao texto e adaptá-lo ao seu novo público-alvo.

**Palavras-chave:** João de Barros; Gaspar da Cruz; Bernardino de Escalante; reescrita; a China no séc. XVI.



*Cet article présente la dette de Bernardino de Escalante envers des textes portugais du XVI<sup>e</sup> siècle sur la Chine, notamment ceux de João de Barros et de Gaspar da Cruz. Il illustre quelques-uns des moyens employés par le frère Augustin dans son *Discurso de la Navegación* pour la réécriture de ses sources : sélection des contenus, restructuration de ceux-ci et traduction d'importants pans des textes originaux. Malgré la forte empreinte des écrits portugais, le *Discurso* montre également des spécificités telles que la présence de l'auteur dans son propre texte ou la comparaison des réalités du monde chinois avec celles du monde castillan, qui visent à vivifier le texte et à l'adapter à son nouveau public cible.*

**Mots clés:** João de Barros; Gaspar da Cruz; Bernardino de Escalante; réécriture; Chine au XVI<sup>e</sup> siècle.

A partir de meados do século XV e durante boa parte do século XVI, a rivalidade marítima entre os reinos de Portugal e de Castela é crescente nas águas do Atlântico e do Pacífico. Em virtude do Tratado de Tordesilhas (1494), os castelhanos centram a sua empresa das descobertas, conquista e colonização em terras americanas, enquanto os portugueses navegam ao longo da costa africana, tomam Malaca em 1511 e pisam solo chinês em 1513, inaugurando um intenso e frutuoso comércio com os territórios do Sudeste Asiático, nomeadamente o comércio de especiarias. Na importante cidade de Cantão, os portugueses são autorizados pelas autoridades do Império Celeste a criarem uma base a partir da qual vão passar a poder negociar com os chineses até 1522, ano em que a presença em Cantão é proibida. Entre esta data e 1554 o comércio português na China decorre sempre ao arpejo das ordens imperiais. Já em 1565, os castelhanos chegam às Ilhas Filipinas vindos do Oriente e estabelecem aí uma colónia a partir da qual pretendem continuar a sua aventura de expansão territorial com a conquista da China. As Filipinas não chegam a ser uma base militar para tal empresa, mas serão contudo o espaço em torno do qual girará o comércio entre o Império Celeste e a Espanha e local de partida do famoso galeão de Manila, que permitirá aos castelhanos percorrerem a sua própria rota da seda da China até Castela, sem terem que pisar território estrangeiro.<sup>1</sup> As fortes movimentações de portugueses e castelhanos nas duas latitudes, bem como o interesse que os novos horizontes suscitam, são frequentemente acompanhados por textos escritos de natureza muito diversa e que dão conta tanto das movimentações bem como das notícias que se acumulam sobre estes lugares: das cartas privadas aos tratados, passando pelas missivas oficiais, os discursos, as relações ou as crónicas, todos estes documentos narram as viagens, contam as peripécias dos seus protagonistas ou recolhem dados geográficos, históricos, políticos, antropológicos e religiosos sobre terras cujo conhecimento vai sendo assim integrado nos saberes dos povos ibéricos, oferecendo uma visão clara de um mundo já globalizado (Gruzinski, 2012). Estas informações – obtidas com o afã de dominar e com os olhos postos em novas expansões – serão zelosamente guardadas em ambos os reinos, mas muito particularmente em Portugal. Em 1580, com a integração da coroa portuguesa na castelhana, muitos dos conhecimentos dos portugueses, até então sob estrito “sigilo”, passaram para as mãos dos castelhanos.

Os dados recolhidos pelos portugueses sobre o Império Celeste, bem como os dados recolhidos posteriormente pelos castelhanos, configurarão o que Ollé designa pela imagem ibérica da China (Ollé, 2000, pp.

---

<sup>1</sup> Para a presença espanhola nas Filipinas, ver Ollé (2002).

67-75). Na verdade, foi graças à produção ibérica de textos –portugueses e espanhóis – que a Europa conheceu a China no século XVI. Alguns dos textos que reúnem informações sobre a chamada “questão da China” seriam preservados apenas em documentos manuscritos – especialmente de caráter pragmático, como cartas e relações –, enquanto outros – destinados a transmitir informações articuladas e sistemáticas sobre o império – saltariam muito rapidamente para a imprensa, transmitindo, em geral, uma imagem muito positiva do mesmo. No entanto, a divulgação de textos em português e espanhol sobre a China não terá sorte igual, já que, enquanto alguns textos castelhanos se tornam verdadeiros sucessos de vendas ao seu tempo com traduções para as principais línguas europeias, os textos portugueses seriam relegados ao esquecimento. Razões objetivas não faltam: em meados do século XVI, a língua portuguesa e a língua castelhana não gozam de igual prestígio, já que a projeção política e cultural do castelhano é, então, infinitamente maior que a do português.

As páginas que se seguem começam por apresentar as principais obras portuguesas e espanholas sobre a matéria chinesa do século XVI, com o objetivo de evidenciar a intrincada rede textual em que assentam e mostrar a dívida dos textos castelhanos para com os textos lusos.

Na verdade, como assinalado pelos especialistas,<sup>2</sup> as principais obras castelhanas sobre a China são reescritas de textos anteriores, muitos deles portugueses. A segunda parte do trabalho abordará o *Discurso de la navegación que los portugueses hacen a los reinos y provincias del oriente, y de la noticia que se tiene del reino de China* do castelhano Bernardino de Escalante por forma a analisar e ilustrar em que consiste o trabalho de reescrita de Escalante, a forma como aborda os textos fonte, o que preserva dos mesmos, que mudanças introduz no seu *Discurso* e como a nova produção ganha novo significado ao ir beber às fontes portuguesas a que recorre.

---

<sup>2</sup> Ver especialmente Boxer (1953), Roque de Oliveira (2003) e Vilà (2009 e 2013).

### A Questão da China: uma vasta produção textual

A partir do corpus textual peninsular quinhentista que se constitui em torno do tema China, limitar-nos-emos a citar aqui os textos que chegaram à imprensa da época, em português – as *Décadas da Ásia* de João de Barros e o *Tratado de cousas da China* de Gaspar da Cruz – ou em espanhol – o *Discurso de la Navegación* de Bernardino de Escalante e a *Historia del Gran Reino de la China* de Juan González de Mendonza – para evocar assim a densa rede de discursos orais ou escritos em que assenta esta grande produção.

As *Décadas da Ásia* – com o subtítulo *Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* –

de João de Barros (1496-1570) atestam a importância das viagens dos portugueses para Oriente.<sup>3</sup> O cronista oficial da coroa portuguesa narra a ação dos seus compatriotas no Oriente numa obra de vasto conteúdo e na qual a descrição do Império Celeste decorre na Década Terceira (capítulo sete, livro dois). Para a redação desta parte da sua obra, Barros – que nunca pisou solo chinês – recorre a documentos oficiais em poder da Casa da Índia, à *Suma Oriental* de Tomé Pires e ao *Livro de Duarte Barbosa*, bem como a correspondência de presos portugueses na China (Vilà, 2009, p. XLIV). Publicadas entre 1552 e 1563, as três primeiras *Décadas* não foram amplamente divulgadas à época e contaram apenas com uma tradução italiana em Veneza em 1563.<sup>4</sup> Devemos à pena do dominicano Gaspar da Cruz (1520-1570)<sup>5</sup> o *Tractado em que se contam muito por extenso as cousas da China*, primeira obra publicada e dedicada inteiramente ao Império do Meio.<sup>6</sup> Cruz viajou para a Ásia como missionário e, durante o seu périplo de evangelização, viveu em Cantão durante algumas semanas, em finais de 1556. O teor do *Tractado* baseia-se na experiência cantonesa do seu autor, em informações que recolhe junto de pessoas inquiridas durante a sua estadia na cidade chinesa e na tradução de documentos chineses que obteve no local. A estes materiais juntam-se dados de textos anteriores, nomeadamente de João de Barros e de prisioneiros portugueses na China – especialmente a história de Galeote Pereira com quem Gaspar da Cruz afirma repetidamente no seu texto estar em dívida – bem como dados de documentos administrativos e cartas privadas. O tratado foi impresso em Évora em 1570 e, embora tivesse conhecido uma circulação muito limitada, foi amplamente utilizado por um autor espanhol, Bernardino de Escalante, no seu *Discurso*.

De facto, o agostinho Bernardino de Escalante (1537-1605),<sup>7</sup> cosmógrafo importante da época, nunca viajou para a China, mas compilou no seu *Discurso de la navegación que los portugueses hacen a los reinos y provincias del oriente, y de la noticia que se tiene del reino de China* (1575, publicado em Sevilha em 1577) grande parte da informação então disponível na Europa sobre o Império Celeste, baseando-se principalmente, como veremos, nas obras de João de Barros e Gaspar da Cruz.

<sup>3</sup> Para Barros, ver Vilà (2009, pp. XLIV-XLVIII) e Roque de Oliveira (2003, pp. 535-545).

<sup>4</sup> A quarta *Década*, inacabada, foi concluída por João Baptista Lavanha e publicada em Madrid em 1615.

<sup>5</sup> Ver Boxer (1953, pp. lviii-lxvii), Loureiro (1997, pp. 13-54; 2000, pp. 517-546) e Roque de Oliveira (2003, pp. 785-812) para uma apresentação da biografia de Gaspar da Cruz e do seu *Tractado*.

<sup>6</sup> Historiadores portugueses como Fernão Lopes de Castanheda e Damião de Goes, além do já citado Barros, tinham informado sobre a China nos seus trabalhos, mas os mesmos não eram dedicados na íntegra ao Império Celeste (Boxer, 1953, p. lxii).

<sup>7</sup> Ver Roque de Oliveira (2003, pp. 812-821), Vilà (2009, pp. LXVI-LXXI) e Bellón Barrios (2008) para uma apresentação da biografia de Bernardino de Escalante e da sua obra.



A obra impressa que culmina esta cadeia textual – aproveitando dela e agregando novos materiais – é a *Historia del Gran Reino de la China* do também agostinho Juan González de Mendoza.<sup>8</sup> A composição desta obra deve-se ao crescente interesse da Coroa Castelhana pela China no final do século XVI. Em 1581, Felipe II nomeia González de Mendoza como responsável de uma embaixada ao Império Celeste que deve encontrar-se com o imperador e trazer informações sobre as terras imperiais. Para tal, González de Mendoza empreende uma viagem até Nova Espanha, mas, por motivos vários, nunca pisa território chinês. O agostinho, porém, aproveita a sua estadia no México para compilar uma grande quantidade de dados sobre a China. Consulta traduções de livros chineses, acede a documentos e correspondência oficiais sobre o Império, recolhe informações através de depoimentos de pessoas que encontra no México – chineses, entre outros – e gere o conjunto de relações das três viagens empreendidas por espanhóis ao Império Celeste entre 1575 e 1582: os relatos do agostinho Martín de Rada e do “encomendero” que o acompanha, Miguel de Loarca; os do franciscano Frei Agustín de Tordesillas e do Alferes Dueñas; e de Frei Martín Ignacio de Loyola. De volta à Europa, o Papa Gregório XIII confia a González de Mendoza a redação de um tratado sobre a China, que o agostinho elaborará, não só a partir de todo o material recolhido, mas também com fontes portuguesas, diretamente ou através do Discurso de Escalante. Publicada pela primeira vez em Roma em 1585 e com 37 edições no espaço de quinze anos,<sup>9</sup> a *Historia del Gran Reino de la China* torna-se um verdadeiro sucesso editorial e é traduzida para as principais línguas europeias (francês, italiano, inglês, holandês) e também para o latim. Boxer (1953, p. xvii) aponta que, com um público leitor ainda reduzido nesta época, não seria exagero dizer que o livro de González de Mendoza foi lido pela maioria dos europeus cultivados no início do século XVII.

### As Décadas e o Tractado no Discurso de Escalante

O título da obra de Escalante, *Discurso de la navegación que los portugueses hacen a los reinos y provincias del oriente, y de la noticia que se tiene del reino de China*, mostra claramente a dependência deste texto do mundo português e o amplo conhecimento que os portugueses tinham do Império Celeste. Escalante confirmará isso ao longo do *Discurso*, declarando ter sido informado diretamente e de viva voz, “con gran diligencia y cuidado” através “de hombres fidedignos portugueses, que han

<sup>8</sup> Ver Boxer (1953, pp. lxxxvii-xci), Roque de Oliveira (2003, pp. 857-911), Vilà (2009, pp. LXXI-LXXVI) e Sola (2018) para uma biografia de Juan González de Mendoza e dados da sua *Historia del Gran Reino de la China*.

<sup>9</sup> Boxer menciona 30 edições (1953, p. xvii), Vila cita a língua e o local de edição de 32 edições (2013, p. 78 e pp. 92-94) e Oliveira e Costa, de 37 (1999, pp. 226-290).

estado en aquel reino con comercios y otros negocios” (Escalante, 2009, pp. 94-95), isto é, através de testemunhas oculares. Reconhece também ter ido beber a fontes escritas, aos relatos dos portugueses que foram feitos prisioneiros na China: “[a]firman algunos portugueses que fueron allá llevados en prisión que vieron [...]” (Escalante, 2009, pp. 44-45); “[a]firman algunos portugueses que se hallaron en aquellas cárceles presos” (Escalante, 2009, p. 81). Outra fonte de informação testemunhal vem dos chineses que viajaram para Portugal – “por relación de [...] algunas chinas que han sido traídas a Portugal” (Escalante, 2009, p. 81) – e também para Espanha – “de los mismos naturales chinas que han venido a España” (Escalante, 2009, p. 95) – e os quais Escalante terá entrevistado com o objetivo de obter dados para o seu trabalho. De todas as informações recolhidas assegura ter selecionado “lo que me pareció más auténtico, según lo que convenía à esta breve narración” (Escalante, 2009, p. 95).

Ao longo da sua obra, Escalante tampouco hesita em reconhecer a sua dívida para com o cosmógrafo João de Barros e Frei Gaspar da Cruz, ainda que o faça apenas de forma pontual. Na verdade, as obras de ambos os autores são essenciais para a composição do seu *Discurso*. Isto embora salte à vista o alcance menor da obra do espanhol – uma “breve narración” – em comparação com a de Gaspar da Cruz, que é muito mais detalhada. Com efeito, o tratado de Cruz é uma compilação que abrange todo o conhecimento do início do século sobre a China e introduz muitos dados obtidos pelo próprio autor após a sua estadia de algumas semanas na China, na região de Cantão.

Vejamos como Escalante integra no seu *Discurso* algumas das notícias fornecidas por Barros nas páginas que este dedica à descrição da China e, em particular, à cidade de Cantão na sua *Década* terceira. Sem indicar a fonte, Escalante toma a explicação de João de Barros sobre a situação da China:

Lava la mayor parte dél el gran mar Océano Oriental, comenzando de la Isla Aynan, vecina a Cuachinchina, que está en diez y nueve grados de la banda del norte, ciñéndole por la parte del sur, en la corredura del lesnordeste, encogiéndose hacia el norte, hasta un cabo, el más oriental que tiene; a do está puesta la ciudad de Nimpo, a que los portugueses llaman Liampo y dende allí vuelve al norueste, y al norte, haciendo una gran ensenada muy penetrante, llevando por encima de sí otra costa oposita a la debajo, quedando la tierra de arriba metida debajo de los regelos del Norte: donde habitan los tártaros, con quien tiene continua guerra (Escalante, 2009, pp. 36-37).

Em Barros lemos:

A grã província (se êste nome pode ter aquela parte da terra, a que nós chamamos China) é a mais oriental que Ásia tem; a maior parte da qual é lavada do Grande Oceano, à maneira que é a nossa Europa opósita a ela, começando da Ilha Calez. Porque, como desta ilha ela vai torneada e cengida do Mar Ocidental, e depois que chega ao Cabo de Fisterra, como ao Norte até chegar às regiões e reino Dinamarca, e des-i faz a grande enseada a que chamam Mar Báltico, entre a Sarmácia e Norduégia, com o mais que se vai continuando com a terra Lapónia e a outra regelada a nós incógnita; assi esta região, a que chamamos China, começando da Ilha Ainão, que é a mais ocidental que ela tem, vezinha ao reino Cacho per nos chamado Cauchinchina que é do seu estado, o mar a vai cengindo pela parte do Sul, e corre nesta continuação pelo rumo a que os mareantes chamam Lesnordeste, encolhendo-a quanto pode pera o Norte, até chegar a um cabo o mais oriental dela, onde está encolhendo a cidade Nimpó, a que os nossos corruptamente chamam Liampó. E daqui volta contra o Noroeste e Norte, e vai fazendo outra enseada mui penetrante, levando per cima de si outra costa opósita à de baixo, com que a terra de cima fica metida debaixo dos regelos do Norte, onde habitam os tártaros, a que êles chamam tátas, com quem teêm contínua guerra (Barros, 1946, p. 90).

É evidente a maior brevidade da passagem de Escalante em relação à de João de Barros dada a omissão da digressão comparativa através da qual Barros estabelece um paralelo entre as costas da China e as da Europa (“à maneira que é a nossa Europa...”). Escalante também omite as referências que revelam o contexto espacial no qual se insere a obra de Barros, Portugal, e o público leitor a que se destina, o português. Assim, desaparecem no *Discurso* as referências “a que chamamos China” e “por nós chamada Cauchinchina”, embora Escalante transforme a menção “que os nossos corruptamente chamam Liampo” em “a que los portugueses llaman Liampo”, pelo que no texto espanhol transparece assim a marca das suas fontes lusas. De referir ainda a menção de Barros “rumo a que os mareantes chamam Lesnordeste” versus “en la corredura del lesnordeste” onde a referência a este ponto cardeal, típico dos navegadores, se integra no texto de Escalante sem qualquer marca de uso. Na passagem do *Discurso*, menciona-se a situação da ilha de Hainan (“diez y nueve grados de la banda del norte”), informação que Barros introduz um pouco mais à frente na sua obra. Chama a atenção o detalhe com que Barros precisa as diferentes formas de designar os territórios, os pontos cardeais ou as povoações (“a que êles chamam tátas”), menções que Escalante omite no seu texto.

A descrição da Grande Muralha no *Discurso* provém também das *Décadas*, algo que Escalante não esconde. Nesse caso, o castelhano cita

a fonte em que o próprio Barros se baseia, um mapa no qual aparece o traçado desta muralha: “Juan de Barros dice [...] que son [los chinos] grandes astrólogos, e infierele por relaciones que tuvo, y por un libro que de allá le trajeron de la situación de la tierra, y comentario sobre ella, a manera de itinerario, y por una carta de geografía, hecha por los mismos chinas” (Escalante, 2009, p. 66). Segundo Escalante, algumas relações, um livro chinês que recebeu – provavelmente um tratado de geografia – e um mapa também da China são as bases das informações de Barros, e o espanhol não hesita em mencioná-las no seu *Discurso*. Neste caso, a descrição da muralha é quase uma tradução à letra da fonte, como se pode verificar comparando os dois textos:

que entre corenta e três e corenta e cinco graus vai lançado um muro que corre de ponente de ûa cidade per nome Ochioi que está situada entre duas altíssimas serras, quási como passo e pórtá daquela região: e vai correndo pera o Oriente, até fechar em outra grande serrania que está bebendo em aquêlê Mar Oriental em modo de cabo, cujo comprimento parece ser mais de duzentas léguas. O qual muro dizem que os reis daquela região da China, mandaram fazer por defensão contra os povos a que nós chamámos tártaros (Barros, 1946, p. 91).

a do venía señalado un muro que comienza dende la ciudad de Ochioy, que es puesta entre dos altísimas sierras, casi como paso y puerta de aquella región que discurre en cuarenta y tres a cuarenta y cinco grados dende poniente a levante, hasta topar en otra gran serranía, que está bebiendo en aquel mar oriental, a manera de cabo, cuya largura parece ser de más de docientas leguas, el cual mandaron fabricar los reyes pasados, para defenderse de las incursiones de los tártaros sus capitales enemigos (Escalante, 2009, p. 66).

Noutro trecho, mencionando também Barros – “historiador dotísimo de aquella nación” – e aludindo de novo às fontes de informação geográfica do português – “una carta de geografía hecha por los mismos chinas, que se trajo a Portugal a poder de Juan de Barros” –, Escalante relata sobre o número de cidades na China: “[h]ay en este reino muchas ciudades y muy populosas tanto, que [...] vinieron señaladas docientas y cuarenta y cuatro ciudades famosas” (Escalante, 2009, p. 42).

Escalante reconhece em uma ocasião a sua dívida para com Gaspar da Cruz – “Fray Gaspar de la Cruz, religioso portugués de la orden de Santo Domingo, que estuvo en esta tierra en la ciudad de Cantón, y escribió copiosamente las cosas que vio y le sucedieron en el viaje; dice que sólo enseñan en estos estudios las leyes del reino, y no otra ciencia alguna [...]” (Escalante, 2009, p. 66) –, embora muitos dos dados do *Discurso* sejam provenientes da obra do português, sem menção explícita à mesma.

O capítulo nove do *Discurso*, intitulado “De los gestos y trajes de esta gente y de sus costumbres” (Escalante, 2009, p. 48), reúne todas as questões relacionadas com a aparência física dos chineses, o seu modo de vestir, a sua vida social e familiar, os seus hábitos alimentares, as suas regras de cortesia, a sua arte e artesanato. A informação encontrada em Escalante num único capítulo está dispersa em Cruz por vários capítulos onde os dados são, obviamente, muito mais detalhados. Trata-se de informação dos capítulos XI (“Dos oficiais mecânicos e dos mercadores”), XIII (“Dos trajes e usos dos homens”), XIV (“D’algumas festas que os chinas fazem, e de suas músicas e enterramentos”) e XV (“Dos trajes e usos das mulheres, e se há escravos na China”) do *Tratado* de Cruz. No capítulo nove do *Discurso* podemos observar assim o trabalho de seleção dos dados levado a cabo por Escalante a partir do texto fonte e da sua reestruturação no *Discurso*.

Em muitas passagens, Escalante limita-se à simples tradução do texto português. A descrição do fabrico de porcelana pode ser usado como um exemplo, entre muitos outros, de tradução literal do texto de partida. Cruz explica que:

O material da porcelana é uma pedra branca e mole, e alguma é vermelha, que não é tão fina, ou para melhor dizer, é um barro rijo, o qual depois de bem pisado e moído é deitado em tanques de agua, os quais eles têm muito bem feitos de pedra de cantaría, e alguns engessados, e são muito limpos. E depois de bem envolto [o barro] na água, da nata que fica de cima fazem as porcelanas muito finas; e assim quanto mais abaixo, tanto são mais grossas, e da borra do barro fazem umas muito grossas e baixas de que se serve a gente pobre da China. Fazem-nas primeiro deste barro, da maneira que os oleiros fazem outra qualquer louça; depois de feitas as enxugam ao sol. Depois de enxutas lhe[s] põem a pintura que querem de tinta de anil, que é tão fina como se vê. Depois de enxutas estas pinturas, põem-lhe o vidro, e vidradas cozem-nas (Cruz, 1997, p. 150).

Escalante traduz literalmente o fragmento:

Hacen de una piedra blanca y muelle, y alguna colorada, pero no es tan buena, o por mejor decir de un barro recio, el cual deshecho y molido, lo echan en unos estanques de agua, que tienen muy bien hechos de piedra de cantería, y algunos enyesados y muy limpios. Y después de haberlo muy bien revuelto en el agua, de la nata que queda encima hacen las más finas, y cuanto más abajo van sacando, tanto son más bastas y de la borra hacen las más groseras, de que se sirve la gente común. Fórmanlas de la manera que por acá hacen la loza, y enjúganlas al sol, y después pónenles la pintura que quieren, de tinta de añil, que es tan fina como se ve en ellas. Y cuando están secas pónenle el vidrio y cuécenlas (Escalante, 2009, p. 55).

A descrição da porcelana no texto de Cruz é precedida de algumas palavras que justificam a introdução desta notícia – estreitamente ligada ao seu próprio contexto de produção e receção do texto do português – e que Escalante ignora:

E porque há muitas opiniões entre os portugueses que não entraram na China sobre onde se faz a porcelana e acerca do material de que se faz, dizendo uns que de cascas de ostras, outros que de esterco de muito tempo podre, por não serem informados da verdade, parece-me conveniente coisa dizer aqui o material de que se faz, conforme à verdade dita pelos que o viram (Cruz, 1997, p. 150).

Noutros casos assistimos a um trabalho de reescrita a partir de leves alterações na estrutura sintática, mas que fica indiscutivelmente a dever à fonte, tanto do ponto de vista do conteúdo como da própria escolha do léxico:

Ainda que os chinas comumente sejam feios, tendo olhos pequenos e rostos e narizes esmagados, e sejam desbarbados, com uns cabelinhos nas maçãs da barba, todavia se acham alguns que têm os rostos mui bem feitos e proporcionados, com olhos grandes, barbas bem postas, narizes bem feitos. Mas destes são muito poucos, e pode ser que sejam de outras nações nos tempos antigos entremetidas nos chinas, em tempo que eles comunicavam diversas gentes (Cruz, 1997, p. 161).

Son todos los chinas generalmente de rostros anchos y ojos pequeños, y narices llanas, y lampiños, con unos pocos pelos en las manzanas de la barba. Algunos se hallan, que tienen rostros bien hechos y proporcionados, con ojos grandes y barbas bien puestas, pero son muy pocos, que deben de proceder de gente extranjera que antiguamente se entremetieron con ellos, cuando salían del reino y comunicaban con diversas gentes (Escalante, 2009, p. 48).

Nesta passagem, Escalante evita a avaliação subjetiva dos chineses (“os chinas comumente sejam feios”) e reduz a sua descrição a aspetos que podem ser considerados mais objetivos.

O trabalho de reescrita de Escalante pressupõe, portanto, uma seleção dos materiais oferecidos pelas suas fontes – levando-o, regra geral, à *abreviação* –, uma reestruturação dos mesmos e uma reformulação dos textos originais, limitada por vezes a uma simples tradução.

### Adaptação ao público leitor

Se, do ponto de vista do conteúdo, Escalante dificilmente poderia escrever uma obra original, do ponto de vista do discurso, pode-se dizer que Escalante consegue apropriar-se do material português, adaptando-o, por um lado ao novo público-alvo e, por outro, introduzindo a sua própria voz no discurso.

Um dos recursos utilizados por Escalante para adaptar o *Discurso* aos seus destinatários espanhóis está patente nas comparações. Elemento fundamental nas descrições e características da retórica da alteridade (Hartog, 1980, pp. 237-242), as comparações estabelecem uma ponte entre o mundo desconhecido e o mundo conhecido: o “aqui”, o universo conhecido, funciona como um ponto de ancoragem para proporcionar, por analogia, um reflexo do “aí” / “lá”, o universo desconhecido.

O texto de Cruz por seu lado introduz comparações nas quais se inclui o universo luso e os destinatários a quem o texto se destina, os portugueses, como segundo termo de comparação –“Usam de saias compridas ao modo das portuguesas” (Cruz, 1997, p. 173) –, Escalante hispaniza o texto, afirmando que “[l]as sayas que usan son del talle que las de acá” (Escalante, 2009, p. 49) ou dizendo das mulheres que “[a]féitanse con la curiosidad que en España” (Escalante, 2009, p. 49).

As cidades portuguesas ou espanholas desfilam pelos textos de Cruz e Escalante, respetivamente. No que diz respeito às dimensões da muralha de Cantão, os portugueses que lá passaram sustentam que são comparáveis às de Lisboa, afirmando “ser tamanha esta cerca como a de Lisboa” embora “a outros pareceu maior” (Cruz, 1997, p. 112). Quanto à cidade de Cantão, Escalante acredita que, em relação às demais cidades chinesas, “es como la ciudad de Cádiz, respeto de las demás ciudades grandes de España” (Escalante, 2009, p. 45). O castelhano também dá voz aos portugueses ao especificar que os mesmos “vienen a confesar, que [Cantón] es muy mayor que su Lisboa; que es estimada y tenida por una de las mayores ciudades de Europa” (Escalante, 2009, p. 48).

Escalante é muito prolixo em comparações com referentes espanhóis. Para atravessar rios de forte caudal, o castelhano afirma que os chineses usam “barcas a la manera de la de Sevilla, asidas con fuertes cadenas” (Escalante, 2009, p. 44). E para explicar as muitas línguas faladas no Império e as dificuldades que esta diversidade acarreta para a inter-

compreensão dos chineses, estabelece também um paralelo com os territórios peninsulares ao afirmar que não se entendem “los unos a los otros más que los bascongados y valencianos” (Escalante, 2009, p. 65).

Os termos das comparações são muito variados, mas têm sempre sentido para um público leitor espanhol ao incluírem referências tanto a territórios do ultramar como a territórios europeus pertencentes à Coroa: sobre a prata e o ouro afirma Escalante que “se trueca a peso como en Perú” (Escalante, 2009, p. 57). Bruges e a Flandres aparecem em diversas ocasiões para descrever as cidades cheias de canais na China – as cidades “se navegan por dentro, como Brujas en Flandes” (Escalante, 2009, p. 44) – e do mar na Baía de Bengala afirma que é “baja como la de Holanda” (Escalante, 2009, p. 59). Cruz descreve embarcações dizendo que “fazem-nas assim compridas para que trazendo muita carga possam melhor navegar pelos rios, que às vezes não são altos” (Cruz, 1997, p. 136), enquanto Escalante especifica que são “a la manera de las chatas de Flandes” (Escalante, 2009, p. 59). No que toca ao gosto de comer com abundância dos chineses, Escalante alerta que não “les llev(a)n ventaja los flamencos ni alemanes” (Escalante, 2009, p. 51). No que se refere aos cargos políticos e administrativos dos chineses, Escalante tenta encontrar cargos equivalentes aos espanhóis sendo que do “tutam”, por exemplo, dirá que “es como entre nosotros virrey” (Escalante, 2009, p. 46).

De igual modo, com o intuito de acomodar o texto ao público leitor castelhano, Escalante adapta as moedas portuguesas – real e cruzados – a escudos e maravedis castelhanos ao falar do preço dos diversos produtos na China.

### **A voz do emissor e a função testemunhal**

Nos relatos de viagens e descrições de terras distantes, o facto de o emissor se apresentar como testemunha ocular do contado ou do descrito é um ingrediente muito importante e funciona como garante de veracidade, ao mesmo tempo que confere vivacidade ao texto e elimina o estatismo às descrições: ter estado num lugar, tê-lo visto, ter ouvido pessoalmente uma história, ter medido um edifício ou ter recebido um presente, por exemplo, são provas da veracidade do discurso.

O texto de Gaspar da Cruz reúne inúmeros episódios curiosos onde o autor figura como protagonista. Ao descrever, por exemplo, o costume chinês de receber com uma chávena de chá todos os que visitam uma casa, Gaspar da Cruz conclui a sua exposição fazendo valer a



sua experiência pessoal: “e a mim ma ofereceram muitas vezes” (Cruz, 1997, p. 164). Noutra ocasião, para avivar a sua descrição da prática dos banquetes na China, Cruz recorda um jantar para o qual foi convidado: “[f]oram-me um dia uns nobres portugueses mostrar em Cantão um banquete que fazia um mercador rico e honrado, o qual foi para folgar de ver” (Cruz, 1997, p. 164). Este recurso permite-lhe compensar a descrição estática do mundo apresentado com a vivacidade da ação: a descrição que se segue é introduzida no imperfeito do indicativo – no quadro do mundo narrado –, que contrasta com o resto do capítulo, no presente do indicativo, que atesta o mundo comentado e tem um valor generalizador. Para acrescentar um último episódio curioso, mencionaremos que, ao abordar o funcionamento da justiça na China, Gaspar da Cruz afirma que, “[e]stando eu em Cantão, vi andar um mercador china de justiça em justiça mui asperamente tratado, por consentir a sua mulher adúltera” (Cruz, 1997, p. 174) através do qual ilustra a prática na China de punir não só a mulher adúltera, mas também o marido que permitiu o adultério à sua mulher. Nos dois últimos exemplos, é o testemunho visual que Cruz destaca (“folgar de ver” e “vi andar um mercador”).

É certo que Escalante não pode apresentar-se como testemunha daquilo que descreve, pelo que poderíamos ser levados a pensar que o *Discurso* de Escalante perde em vivacidade. No entanto, o espanhol sabe inserir-se no texto para lhe conferir autenticidade e frescura. Referindo-se aos veículos movidos a vento utilizados como meio de transporte nos campos da China, Escalante corrobora a veracidade do que é descrito, aduzindo, antes de mais, o testemunho de portugueses que o viram pessoalmente. Mas outra prova fundamental que Escalante fornece é a afirmação de que ele próprio contemplou representações destes veículos em pinturas trazidas da China para Portugal: “Esto vi afirmar a muchos portugueses que en aquella tierra han estado, y pruébase ser así porque en algunos lienzos de pintura que de allá traen, que yo vi en Lisboa, vienen dibujados de la manera que son” (Escalante, 2009, p. 54).

Ao elogiar o acabamento requintado e a decoração de móveis e de pequenos objetos – “[t]ienen muchas camas riquísimas, mesas, bandejas, cofrecitos, tan dorados y curiosamente labrados y pintados de oro y matices” (Escalante, 2009, pp. 55-56) –, Escalante expressa a admiração das pessoas que o rodeiam, em Espanha: as referidas peças “ponen espanto a los grandes artífices que por acá hay” (Escalante, 2009, p. 56). O trabalho de marchetaria feito na China é também objeto de todos os seus elogios e neles se percebe a total sinceridade do autor quando afirma ter uma pequena escrivanhina chinesa da qual diz: “le mostré en

Lisbona a do le compré, y en Sevilla a los hombres más curiosos y de mayor ingenio en todas las artes que en estas ciudades al presente había, y con gran admiración me dijeron, que en toda Europa no había nadie que se atreviese a hacer, ni aún intentar, la obra que en él había” (Escalante, 2009, p. 56). O espanhol mostra assim o seu conhecimento direto das realidades que descreve.

O facto de não ter viajado até à China também não impede o autor do *Discurso* de apresentar-se como conhecedor em primeira mão das peculiaridades da escrita chinesa e do sistema aritmético do Império Celeste. O contacto pessoal de Escalante com chineses que viajaram para a Península permite-lhe introduzir-se no discurso como testemunha *do que viu*: “como yo lo vi hacer a un chino, pidiéndole que escribiese algunos nombres, y me declaró los números del contar de que usan, que sin ninguna dificultad se pudieron entender, y sumar y restar cualquier cuenta por ellos, como por los que nosotros usamos” (Escalante, 2009, p. 65). Por outro lado, as referências à ampla difusão da imprensa na China são corroboradas pela menção da presença de livros em chinês na corte portuguesa: “Destos sus libros de molde que tratan de sus historias, había dos en poder de la Serenísima Reina de Portugal doña Catalina, que hoy vive” (Escalante, 2009, p. 65).

Este florilégio de exemplos, além de ilustrar a forma como Escalante entra no *Discurso*, revela tanto a circulação de objetos sumptuosos entre a China e a Península – para Espanha e para Portugal –, bem como as relações estreitas de Escalante com os portugueses que viajaram para a China e com os chineses que viajaram para a Península ou para Portugal. Permite também vislumbrar as estreitas relações culturais entre Espanha e Portugal no início da Modernidade.

### Conclusão

Se a imagem da China que chega à Europa no final do século XVI se baseia largamente nos textos portugueses – os primeiros a dar notícias deste território –, os espanhóis terão o mérito de a difundir através de textos impressos escritos em castelhano, adicionando novas informações, como é o caso da *Historia del Gran Reino de la China* de González de Mendoza. O *Discurso* de Escalante, um dos elos desta cadeia de transmissão informativa, mostra o trabalho de reescrita dos textos portugueses anteriores, que pressupõe sobretudo uma seleção e reestruturação dos materiais, bem como a tradução mais ou menos literal de boa parte dos mesmos. Porém, Escalante sabe apropriar-se dos dados que apresenta, integran-

do-se ele mesmo no *Discurso* como testemunho e adaptando o seu texto ao novo contexto de receção, sobretudo através do uso de comparações com referentes conhecidos do público-alvo espanhol.

**137**

---

## Bibliografia

- Barros, J. de (1946). *Terceira Década da Ásia*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca: Agência Geral das Colónias.
- Bellón Barrios, R. (2008). *Acerca del Discurso de la navegación (1577) de Bernardino de Escalante: evangelización, conquista, percepción del otro*, <<http://saavedrafajardo.um.es/WEB/archivos/NOTAS/RES0090.pdf>> (último acesso em 1/5/2021).
- Boxer, Ch. R. (1953). *China in the Sixteenth Century*. Londres: The Hakluyt Society.
- Cruz, G. da (1997). *Tratado em que se contam muito por extenso as coisas da China, com suas particularidades, e assim do Reino d'Ormuz, composto pelo reverendo Padre Frei Gaspar Da Cruz, da ordem de São Domingos* (ed. R.M. Loureiro). Lisboa: Edições Cotovia.
- Escalante, B. (2009). *Discurso de la navegación que los portugueses hacen a los reinos y provincias del oriente, y de la noticia que se tiene del reino de China* (ed. L. Vilà). In: Vega, M. J. (dir.). *Viajes y crónicas de China en los Siglos de Oro*. Córdoba: Almuzara e Fundación Biblioteca de Literatura Universal, pp. 1-96.
- González de Mendoza, J. (2009). *Historia del Gran Reino de la China*, (ed. M. Londoño). In: Vega, M. J. (dir.). *Viajes y crónicas de China en los Siglos de Oro*. Córdoba: Editorial Almuzara e Fundación Biblioteca de Literatura Universal, pp. 97-234.
- Gruzinski, S. (2012). *L'Aigle et le Dragon: démesure européenne et mondialisation au XVI<sup>e</sup> siècle*. Paris: Fayard.
- Hartog, F. (1980). *Le miroir d'Hérodote*. Paris: Gallimard.
- Loureiro, R. M. (ed.) (1997). *Tratado em que se contam muito por extenso as coisas da China, com suas particularidades, e assim do Reino d'Ormuz, composto pelo reverendo Padre Frei Gaspar Da Cruz, da ordem de São Domingos*. Lisboa: Edições Cotovia, introdução, pp. 13-54.
- (2000). *Fidalgos, Missionários e Mandarins: Portugal e a China no Século XVI*. Lisboa: Fundação Oriente.
- Oliveira e Costa, J. P. (1999). *O Japão e o Cristianismo no século XVI*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- Ollé, M. (2000). *La invención de China: Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag.
- (2002). *La empresa de China: de la Armada Invencible al Galeón de Manila*. Barcelona: El Acontilado.
- Roque de Oliveira, F. M. (2003). *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500-c. 1630: impressos e manuscritos que revelaram o mundo chinês à Europa culta*. Tese de doutoramento. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, <<http://www.tdx.cat/handle/10803/4951>> (último acesso em 1/12/2020).
- Sola, D. (2018). *El cronista de China: Juan González de Mendoza, entre la misión, el imperio y la historia*. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- Vilà, L. (2009). "Viajes y crónicas de Oriente en el siglo de los descubrimientos. China en el imaginario y en la política europea del Quinientos". In: Vega, M. J. (ed.). *Viajes y crónicas de China en los Siglos de Oro*. Córdoba: Almuzara e Fundación Biblioteca de Literatura Universal, pp. XI-CXIV.
- (2013). "La Historia del Gran Reino de la China de Juan González de Mendoza. Hacia un estudio de las crónicas de Oriente en la España del Siglo de Oro". In: Béguelin-Argimón, V. (ed.). Dossier "Españoles en Asia Oriental (siglos XVI-XVII): contextos, textos, gramáticas e vocabularios". *Boletín Hispánico Helvético*, primavera, pp. 71-97.

**Fora do  
lugar**

# Abram alas no Recital dos Sisudos

---

**Patrícia Lino**

UCLA

• [patricialino@g.ucla.edu](mailto:patricialino@g.ucla.edu)

**URL** <http://patricialino.com>

**DOI** <https://doi.org/10.34913/journals/lingualugar.2020.e423>

## PEQUENA TRAPAÇA ENGENHOSA

141

Obedeço aos impostos anuais e às instituições onde ensino poesia, desaprendendo a pátria, o belo, o cânone e a praxe. Sou uma mulher leal, ordinária e tenho alguma dificuldade em posicionar-me verticalmente no hábito e na prática.

Obedeço à respiração, ao sol e cada vez mais ao cansaço dos dias úteis, reconhecendo a luz e a beleza espontânea que há em inspirar e expirar, tremendo, uma e outra vez até à morte, ao sonho e à memória. Sou um rapaz terno

que obedece às regras de segurança e tédio dos aeroportos à gravidade, à visão, à escuta. Deposito no verso o sopro do que vejo e escuto, e escrevo de cabeça erguida, ouvido voltado para a reverberação do grande mundo reprimido.

Obedeço ao poema, que é o silêncio em fala, a curvatura do meu corpo até ao chão, noventa graus um pouco tortos e interessam-me os tortos, o mundo coxo. Vou de orelha encostada às nossas mães e avós, de olho e retina aguçados

sobrevoando a história total. Interessam-me o estudo aéreo e o rigor panorâmico das aves. Sou uma galinha, descendo do antigo quetzalcoatlus e ataco, visceral e gorda, o antigo e masculino consórcio dos deuses. O poema é um tijolo alado.

Obedeço sobretudo ao amor, aos semáforos e aos sinais de rua. Um assegura os outros, os outros asseguram o amor. A carne interessa-me também, como me interessam os sismos, a dor as mãos e as correntes de água. Trepo o diospireiro da casa

com o único propósito de comer. Caio, ascendo e incendeio o jardim. Sou uma menina muito delicada e é com delicadeza que projeto o poema monstruoso, como um ralo no Pacífico e logo adormeço. Nasci para exercer o feminino e o atómico.

Achega-te, inala e corta, tal a machadada  
no que suporta o busto, que quando a cabeça caia  
te sobre ainda tempo para o entulho. Começa

por baixo, no sentido que mais te aprover  
e não te assustes, porque há na cesura o encontro  
com as partes. O que desaba não é a tradição  
mas o fabrico do passado. Cerceia a eito  
o monstro pela raiz e, caso eles te cusпам  
adianta, arreganhando os dentes, a mordidela.

Se te faltar força, descansa o braço, repousa  
o olho com que escutas o princípio. E de volta  
ao dispor ambos os pés sobre as arestas do pedestal  
tem cautela. Não é a tradição que desaba, ou a lisura  
mas é muito o que descamba. Há quantas palavras  
afinal, firmaram eles as pautas e a praxe?

Agora que deste a espalda à peleja e o coração  
à demanda, percebes como o golpe prediz a borda  
vária e desconhecida, da máquina, que à máquina  
sucederão a boca e as línguas, o gesto e os corpos  
em meia-luz. Ao desígnio da invenção seguirá  
por seu turno, a vida. E, como um susto, a vida

não se prevê. Cabeleiras, grinaldas e dorsos rolarão  
porque à história agradam as piruetas, para o museu  
das coisas amorfas. Augúrios de lado, o canto faz-se  
de ouvido pregado à terra. Verga-te, por isso, até  
à oscilação vaga e firme do achado. Aprende  
tão perto da morte, a toada circular do recomeço

e escuta como, ao tombo estirado dos gigantes de pedra  
despontam plantas e grilos num reino de calhaus.  
Se falassem, em que tempo do tempo lhes falarias?



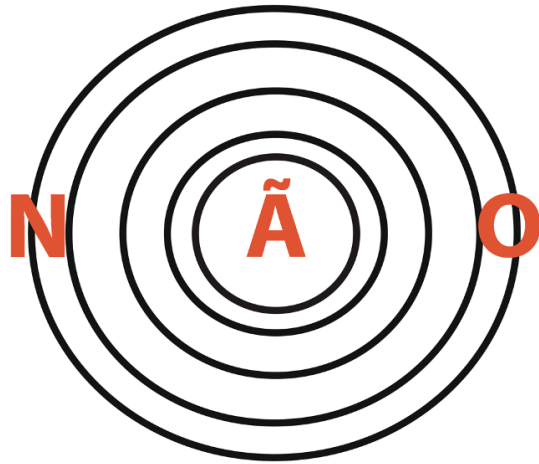
## USINA NUCLEAR

143

Sobrevivi às tias, ao mar e ao cânone  
à cantada gutural e seca dos macacos  
ao disparo do canhão e às mazelas  
dos gatos. E franzindo a sobrancelha  
sobrevivi também ao fervor copulativo.  
Comprei cactos, vassouras, panelas.  
Sou um erro do sistema, “uma usina  
nuclear”, disse ele gracejando. Afinal  
sobrevivi à nação do eterno ontem e  
em silêncio, corroborarei o receio  
dos inimigos: um grito sem volta.  
Como sobrevivi, não importa:  
talvez em silêncio, talvez cantando.  
Aborrecida, não pude senão, furiosa  
agarrar-me ao tempo, trepar as costas  
largas dos deuses. Sobrevivi também  
ao pater familias e ao braço, inquieto  
colossal e farto da escrita. Aqui estou  
entre a tradição e a voz, escrevendo  
contra um país burro. Impossível  
na verdade, roçar a língua na palavra  
lúcida, e responder: como sobrevivi  
a este braço potente que é a extensão  
de um corpo teso, quadrúpede dizendo  
e insistindo, mais do que tudo crendo  
na bizarrice do poema primo e cintilante?

**NÃO**

<http://www.patricialino.com/nao.html>



**A LUTA ENDIABRADA DE UM BRAÇO**

Tenho tanto medo de partir um braço sobretudo o esquerdo, e tornar-me absolutamente inútil. Como errar o mundo sem errar a gramática? E como errar a gramática sem um braço? Especialmente o esquerdo danado e pungente, um bastão feminino empenhadíssimo em dizer a história natural no país dos cordiais?

Dizer a história natural é errar a gramática e errar a gramática é errar o sujeito regressar ao início dos inícios do planeta à primeira casca de banana, tropeçar no primeiro dos murros, escancarar-se através da luta endiabrada de um braço gago e engasgado, mínimo, pateta

o membro esguio de um corpo no espaço um desvio promissor até ao presente

Ou a canção gigante

**ARGOS**

<http://www.patricialino.com/argos.html>



**POÉTICA ZAROLHA**

Dedico-me ao verbo e à navalha  
com que não aparo os pêlos filosóficos  
(apesar de saber como os usavam  
cínicos, estoicos e peripatéticos)  
e com que relutante disseco a tradição  
o cascalho, a anatomia canónica.  
Repouso a faca sobre as duas pernas  
e falta-me a paciência, a saúde  
sintática. O poema é o poema será  
ora esta vontade de duas coisas  
ora a reserva com que me encolho  
e recolho. A mudez voluntária  
do indicador alado, que dá voltas  
projetando a forma: aperfeiçoar  
o que se torce e contorce, o dorso  
truncado, teso, ante a sentença  
crítica, as listas, a santíssima  
trindade. Contornar o aborrecido  
estado das coisas, benzer o feio.  
Eva Maria, cheia de graça, mãe  
irmã, avó, abençoi-nos. Amen.  
Parar aqui ou adiante, entoando  
o canto empenhado, engasgado  
suado. Preocupa-me sobretudo  
a palavra zarolha, anamórfica.



# Entrevista

# **Escrever *contra* os pretensos donos da língua e do mundo: uma entrevista com Ricardo Aleixo**

---

**Conduzida por Eduardo Jorge de Oliveira**

Romanisches Seminar

Universität Zürich

• [eduardo.jorge@rom.uzh.ch](mailto:eduardo.jorge@rom.uzh.ch)

**Ricardo Aleixo**

• [aleixob@uol.com.br](mailto:aleixob@uol.com.br)

**DOI** [https://doi.org/10.34913/  
journals/lingualugar.2021.e535](https://doi.org/10.34913/journals/lingualugar.2021.e535)





---

**imagem 1**

Ricardo Aleixo  
Fotografia de Fabio Seixo.

Ricardo Aleixo (Belo Horizonte, 1960) é autor de uma obra polifônica que tem o próprio poema como ponto de partida e de chegada. E com isso, leitoras e leitores são convidados a perambular pelo labirinto das suas poéticas. “Labirinto” é título de um dos poemas do autor, que tem nos primeiros versos: “conheço a cidade / com a sola do meu pé” (Aleixo, 2018, p. 150). Nesse percurso, o fio de Ariadne consiste no trânsito concreto em livros de poemas, objetos, performances, jornalismo cultural, curadoria, ensino, edição de publicações, podcasts, filmes e canções.

A figura do poeta como um *fabbro* reaparece no apuro da palavra, isto é, na sua materialidade vocal-sonora, plástico-táctil, sintético-discursiva. Por um lado, existe um desdobramento das conquistas da poesia concreta no Brasil desde o final dos anos cinquenta: o aspecto *verbi-voco-visual* da palavra. Além disso, o poeta também incorporou as conquistas do neoconcretismo, para mencionar apenas alguns dos artistas que lhe são caros tais como Helio Oiticica, Lygia Clark e Lygia Pape. Com essa última, Ricardo Aleixo manteve um diálogo. Sua obra também se relaciona intimamente com o que se convencionou chamar de “vanguardas históricas”, sobretudo o Dadaísmo e Cubismo e delas, o poeta salta para as culturas afro-diaspóricas, os ditados populares, o samba, a bossa nova, os fios de uma brutal desigualdade e da violência no Brasil, sobretudo contra a população negra. Sem fazer apenas uma síntese de tal mistura, o autor elege seus procedimentos e matéria-prima para fazer da língua portuguesa um laboratório permanente de diálogo entre tradições e invenções. A língua é o seu *medium* por excelência.

Ricardo Aleixo realiza uma poesia experimental e comovente. Não há uma distância ou divergência quando se utiliza os étimos dos próprios termos em questão: *experire*, que consiste em uma exposição ao perigo e um convite ao movimento em conjunto, do *co-movere*. Do choque entre tais palavras, vem uma poesia que não nega nem mesmo uma vocação à alegria, sendo ela “um tipo raro de força que nos toma sempre que ignoramos o medo de ser o que somos – e efetivamente vivemos”, como ele responde no final da entrevista.

Desde o livro de estreia, *Festim* (Ed. Oriki), de 1992, e ao longo de mais de quarenta anos de trabalho com a palavra, Ricardo Aleixo rearticula as mais diversas conquistas e falhas da poesia brasileira. Conquistas que tanto podem as mencionadas, como a da poesia concreta quanto podem ser conferidas a partir de autores específicos como Murilo Mendes, Carlos Drummond de Andrade e Augusto de Campos. Sobre as falhas, o autor não deixa de situar a própria poesia um *lugar de falha*, parodiando o

termo “lugar de fala” dos estudos subalternos, para fazer da poesia o seu espaço de erro e soberania. Em 2018, Aleixo publicou *Pesado demais para a ventania* (Ed. Todavia), uma antologia poética que reúne uma seleção de mais de quatro décadas de trabalho com a palavra. O poeta acaba de lançar um novo livro, *Extraquadro* (2021), que reúne poemas escritos entre 2013-2020.

Em *Pesado demais para a ventania*, as décadas e os dias se relacionam constantemente. Um exemplo está no endereçamento aos dias difíceis:

Queridos dias difíceis

Queridos dias difíceis,  
acho que já deu – embora

eu considere prematuro  
um definitivo adeus.

Querendo, voltem. Minha  
casa é de vocês. Agora,

pensem bem se será mesmo  
saudável nos testarmos em

convívios tão longos  
(também não sou fácil) como

foi desta vez. Menos mal se  
vierem em grupos – tantos,

em tais e tais períodos do mês.  
Topam correr o risco? Vão resistir

até o fim? Podem vir, eu insisto.  
Mas contem primeiro até três.

Esse poema é um bom exemplo da patina dos dias ao longo dos anos e da formação do poeta que mantém a palavra afiada. O autor introduz e reintroduz na língua portuguesa uma disposição alegre e combativa que não pode ser resumida ao conteúdo do poema, sua carga semântica, mas assume com tais aspectos uma ética da forma com a qual o artista recusa a se dobrar diante das contingências do tempo que, segundo ele mesmo responde estavam aí, no mundo, antes dele e irão continuar ainda um bom tempo. Recusa aqui pode ser chamada de “arte do desvio”, “estética da ginga”, “invenção da alegria”, pelo menos três termos que fazem parte da sua polifonia nômade capaz de driblar, dublar e dobrar mesmo os mais

mecanismos normativos mais rígidos da língua portuguesa. É mantendo a língua como uma “estrutura aberta” que Ricardo Aleixo se vale dos seus sujeitos ocultos em ditados populares, manchetes de jornal, montagens próprias às dinâmicas da cidade. Ele mostra que a figura do poeta sabe lidar com tais sujeitos ocultos, formas discursivas impessoais e ditas neutras, pois o poeta também é um sujeito oculto ainda que tenha outras características. Dado que os poemas de Ricardo Aleixo e algumas de suas referências citadas são resultantes líricas desse sujeito oculto que alteram a rota e o sentido das mensagens, algumas das perguntas estão intercaladas por tais desvios.

\* \* \*

**LL: Caro Ricardo Aleixo, agradecemos a disponibilidade para esta conversa. É uma alegria tê-lo como um dos entrevistados da revista *Língua-lugar*. Como escritor, poeta, performer, enfim, artista da palavra, gostaríamos de saber sobre seus primeiros contatos com a língua portuguesa, tendo a palavra como horizonte de invenção.**

**RA:** A alegria é minha, meu caro Eduardo. Meus primeiros contatos com a língua portuguesa, já naquele “horizonte de invenção” a que só as crianças têm acesso, se deu na minha casa, junto dos meus pais, Américo e Íris, e da Fátima, minha única irmã. Antes mesmo de ser alfabetizado, me chamava a atenção a amizade dos meus pais pela palavra, em todas as suas dimensões: escrita, cantada, falada. Conversava-se muito na nossa casa. Cantava-se muito, também, e o rádio passava todo o tempo ligado. Meu pai ouvia os jogos de futebol, o noticiário e, nos momentos de folga, o cancionário do passado – tanto o nosso, brasileiro, quanto o dos cantores de jazz, como seus amados Louis Armstrong, Ray Charles e Frank Sinatra. Minha mãe gostava demais dos programas de auditório e das radionovelas. Ambos eram colecionadores de revistas antigas, que, junto com os jornais – apenas nos domingos –, compensavam a escassez de livros em casa. Esse ambiente tornou propício o prolongamento do meu tempo de “menino experimental”, para me referir ao belo título de um dos livros de que mais gosto do poeta Murilo Mendes, meu conterrâneo.

**Menino Experimental**, Murilo Mendes

O menino experimental come as nádegas da avó e atira os ossos ao cachorro.

O menino experimental futuro inquisidor devora o livro e soletra o serrote.

O menino experimental não anda nas nuvens. Sabe escolher seus objetos. Adora a corda, o revólver, a tesoura, o martelo, o serrote, a torquês. Dança com eles. Conversa-os.

O menino experimental atea fogo ao santuário para testar a competência dos bombeiros.

O menino experimental, declarando superado o manual de 1962, corrige o professor de fenomenologia.

O menino experimental confessa-se ateu e à toa.

O menino experimental é desmamado no primeiro dia. Despreza Rômulo e Remo. Acha a loba uma galinha. No oco do pré natal gritava: "Champanha, mamãe! Depressa!"

O menino experimental decreta a alienação de Aristóteles. Expulsa-o da sua zona, com a roupa do corpo e amordaçado.

O menino experimental repele as propostas da prima de dezoito anos, chamando-a de bisavó.

O menino experimental, escondendo os pincéis do pintor, e trancando-o no vaso sanitário, obriga-o a fundar a pop art, única saída do impasse.

O menino experimental ensina a vamp a amar. Dorme com o radar debaixo da cama.

O menino experimental, dos animais só admite o tigre e o piloto de bombardeiro. Deixa o cão mesmo feroz e o piloto civil às pulgas.

O menino experimental benze o relâmpago.

O menino experimental antefilma o acontecimento agressivo, o Apocalipse, fato do dia.

O menino experimental festeja seu terceiro aniversário convidando Jean Genet e Sofia Loren para jantar. Espetados na mesa três punhais acesos.

O menino experimental despede a televisão, "brinquedo para analfabetos, surdos, mudos, doentes, antinietzsches, padres padres e croulants".

O menino experimental atira uma granada em forma de falo na mãe de Cristovão Colombo, sepultando as Américas.

(*Poliedro* – Roma, 1965/66, Rio de Janeiro, José Olympio, 1972)

Um  
menino  
não.  
Era  
mais  
um  
felino,  
um  
Exu  
afelinado  
chispando  
entre  
os  
carros  
um  
ponto  
riscado  
a  
laser  
na  
noite  
de  
rua  
cheia  
para  
os  
lados  
do  
Mercado.

(“Cine-Olho”, *A Roda do Mundo*, 1996)

**LL:** Nesse estado de invenção, é possível escrever com as contingências? Como a *situação brasileira* nos últimos anos tem alterado a paisagem de suas composições? Quais os limites e fronteiras para a escrita e projetos decorrentes dela?

**RA:** Ter chegado, em setembro de 2020, aos 60 anos de vida, contando pouco mais de 40 anos de criação poética, me leva a afirmar que desde sempre escrevi com as, sob as e apesar das contingências. Escrevo porque preciso escrever, só por isso. As tais contingências já estavam

por aí (ou não estavam, como é próprio delas) quando nasci, continuaram a surgir enquanto eu crescia e não dão sinal de que desaparecerão na fase atual, muito pelo contrário. Estou certo de que sobreviverão à minha passagem por este mundo, o que, obviamente, já não me dirá respeito. Assim, se acredito que tenho de fato, enquanto poeta, alguma contribuição a dar ao mundo, por mínima que seja, não posso ficar preso aos eventuais “limites e fronteiras”, tenho que seguir adiante com o meu ofício, e isso é tudo.

**LL: África-Áfricas: Como pensa a língua portuguesa nas suas derivas, a saber, a condição diaspórica que, por um lado, possui uma história e cartografia precisas, cujos índices de violência se refletem na arquitetura, na linguagem cotidiana e livresca e, por outro, ela mesma se torna uma estrutura aberta em termos fonéticos, sintáticos e rítmicos em direção a um futuro comum a ser inventado? É possível separar esses aspectos?**

**RA:** Gosto da imagem da estrutura aberta, mas não me sensibiliza a ideia de um possível “futuro comum a ser inventado”. A partir de quais premissas se desenharia esse futuro, se essa palavra cada vez mais parece ter sido confinada a algum canto impreciso do passado, quando ainda se podia, talvez, pensar o “comum” enquanto uma gama de hipóteses de “vida conversável”, para mencionar o belo título de um dos livros de Agostinho da Silva, esse filósofo português que tanto amou e buscou compreender a cultura brasileira e tudo aquilo em que se tornou, pelas bandas de cá, a língua de Camões e a de Vieira? Gostaria de aliar à alegria com que me entrego à escuta e à prática dessa língua feita de muitas outras línguas a crença no surgimento de projetos coletivos dotados de fôlego suficientemente largo para, quando menos, fundar mundos novos. E não estranhe, por favor, o uso da palavra “crença” numa resposta dada por um “cético não ortodoxo”, que é como me defino: crença é questão de imaginação, como nos ensina o nosso Muniz Sodré. Ponto. Quero, sim, poder imaginar contextos comuns, comunitários, diferentes de tudo isso a que temos dado o nome de mundo, na falta de melhor definição.

**LL: Você foi convidado a participar de uma das atividades do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo. Como você pensa a prática museal em torno de algo que pode soar para alguns tão abstrato: a língua?**

**RA:** Recorro a Haroldo de Campos, quando o poeta aponta, já não me recordo em qual contexto, sua opção pela “musa da música”, e não pela “musa do museu”. No meu caso particularíssimo, trata-se de convidar

a musa do museu a dançar conforme a música. Se a língua é mesmo dinâmica, força é atentar para o quanto há de música no que se fez e se faz, no Brasil e nos demais países que foram colonizados por Portugal, no tocante à língua portuguesa. É dessa perspectiva que devemos contemplar a experiência exitosa do Museu da Língua Portuguesa. Tive a honra de participar de dois novos projetos da instituição: primeiro, a certa altura de 2019, uma equipe esteve aqui na minha casa, no Campo Alegre, extremo norte de Belo Horizonte, para gravar em vídeo um depoimento meu e uma performance do poema “Palavrear”, que se inicia com os versos “minha mãe me deu ao mundo / e sem ter mais o que me dar / me ensinou a jogar palavra / no vento pra ela voar”; no ano passado, foi a vez de eu ir a São Paulo para registrar uma nova performance, composta por cerca de 10 poemas selecionados pelo meu amigo José Miguel Wisnik. Tive a sorte de ser dirigido pelo Wisnik, com aquele jeito tranquilo que ele tem de ensinar sem parecer que ensina.

**LL: A outra questão concerne a um debate em torno da própria língua portuguesa, suas zonas autônomas e pós-autônomas (Josefina Ludmer). Seria possível pensar uma língua que se descoloniza e decoloniza práticas textuais? Do Nheengatu<sup>1</sup> ao pretuguês<sup>2</sup>, passando pelo *portuñol salvaje*<sup>3</sup>, como você pensa a língua portuguesa nesse trânsito?**

**RA:** Cada vez mais eu me aproximo da ideia do português como uma língua plural, isto é, “plurarizada” pelos modos singulares como nós, as vítimas da colonização, temos tentado responder, no plano do cotidiano, à ampliação do campo de ação do racismo estrutural e estruturante, em escala planetária. O “pretuguês” e o “portunhol salvaje” são apenas dois dos inúmeros exemplos que poderíamos listar das pequenas, médias e grandes fraturas que, todo o tempo, tentamos produzir no corpo do colonizador. É pouco, quase nada, diante da violência secular que sofremos, e é muito, porquanto lembra a nós mesmos, e a quem detém o poder, que ainda estamos vivos.

**LL: Podemos voltar à máquina do mundo (saímos dela?). A partir de leituras dos seus poemas em especial os do livro *A Roda do Mundo* (com Edimilson de Almeida Pereira) e sobretudo *Máquina Zero*, imaginamos que você faz da “máquina do mundo” uma**

**1** Léxico de origem tupi (“nheenga’tu”) que significa “Língua boa”. Ainda no século XVI, o Nheengatu foi uma língua desenvolvida pelos jesuítas a partir do tupinambá e ainda hoje é falada ao longo de todo o vale amazônico brasileiro até a fronteira com o Peru, na Colômbia e Venezuela.

**2** Pretuguês é um termo cunhado no final dos anos 1970 pela professora, filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez (1935–1994), cujo ponto de partida foi a análise das desigualdades do papel da mulher negra na sociedade brasileira e sua redução a mulatas, domésticas ou simplesmente “mães pretas”.

**3** A partir do contato entre o português e o espanhol nas zonas de fronteira do Brasil com países de língua hispânica, o portunhol se tornou uma língua de comunicação. A partir deste fenômeno linguístico, o escritor brasileiro Wilson Bueno (1949–2010) publicou um livro importante: *Mar paraguay* (1992) no qual ele mesclava português, espanhol e um pouco de guarani. A partir desta obra, o poeta Douglas Diegues, que vive entre Campo Grande, Ponta Porã e Asunción, passou a aprofundar esta poética nos anos dois mil, denominando-a de *Portuñol salvaje*.



**espécie de móbil ou estrutura flexível. Perguntamos se esta máquina não seria a própria língua portuguesa na sua dimensão mais concreta. No entanto, há gestos seus que alteram a própria língua, seja pelo “pretoguês” ou por modos mais maleáveis do tecido linguístico. Isso faria parte de modos de imaginar contextos comuns e comunitários?**

**RA:** Talvez não tenhamos realmente saído da máquina do mundo. Eu, com certeza, não saí. A poesia que tento fazer não saiu. Pelo contrário, ainda é a poesia de quem tenta lidar de modo crítico e criativo com o que quer que seja a máquina do mundo. Você fala em “modos maleáveis do tecido linguístico”: muito me agrada essa tentativa de definição de um dos muitos caminhos abertos para quem faz poesia sem se render às expectativas dos que se consideram proprietários de uma determinada língua, no caso, a “portuguesa”. Escrevo *contra* esses pretensos donos da língua e do mundo, e em favor de algo sempre mais vivo do que pode nos fazer supor esta triste época em que a gente vive – “se é certo que vive”, como observou Carlos Drummond de Andrade, no poema *Especulações em torno da palavra homem*:

Mas que coisa é homem,  
que há sob o nome:  
uma geografia?

um ser metafísico?  
uma fábula sem  
signo que a desmonte?

Como pode o homem  
sentir-se a si mesmo,  
quando o mundo some?

Como vai o homem  
junto de outro homem,  
sem perder o nome?

E não perde o nome  
e o sal que ele come  
nada lhe acrescenta

nem lhe subtrai  
da doação do pai?  
Como se faz um homem?

Apenas deitar,  
copular, à espera  
de que do abdômen

brote a flor do homem?  
Como se fazer  
a si mesmo, antes

de fazer o homem?  
Fabricar o pai  
e o pai e outro pai

e um pai mais remoto  
que o primeiro homem?  
Quanto vale o homem?

Menos, mais que o peso?  
Hoje mais que ontem?  
Vale menos, velho?

Vale menos, morto?  
Menos um que outro,  
se o valor do homem

é medida de homem?  
Como morre o homem,  
como começa a?

Sua morte é fome  
que a si mesma come?  
Morre a cada passo?

Quando dorme, morre?  
Quando morre, morre?  
A morte do homem

conselha a goma  
que ele masca, ponche  
que ele sorve, sono

que ele brinca, incerto  
de estar perto, longe?  
Morre, sonha o homem?

Por que morre o homem?  
Campeia outra forma  
de existir sem vida?

Fareja outra vida  
não já repetida,  
em doido horizonte?

Indaga outro homem?  
Por que morte e homem  
andam de mãos dadas

e são tão engraçadas  
as horas do homem?  
Mas que coisa é homem?

Tem medo de morte,  
mata-se, sem medo?  
Ou medo é que o mata

com punhal de prata,  
laço de gravata,  
pulo sobre a ponte?

Por que vive o homem?  
Quem o força a isso,  
prisioneiro insonte?

Como vive o homem,  
se é certo que vive?  
Que oculta na frente?

E por que não conta  
seu todo segredo  
mesmo em tom esconso?

Por que mente o homem?  
mente mente mente  
desesperadamente?

Por que não se cala,  
se a mentira fala,  
em tudo que sente?

Por que chora o homem?  
Que choro compensa  
o mal de ser homem?

Mas que dor é homem?  
Homem como pode  
descobrir que dói?

Há alma no homem?  
E quem pôs na alma  
algo que a destrói?

Como sabe o homem  
o que é sua alma  
e o que é alma anônima?

Para que serve o homem?  
para estrumar flores,  
para tecer contos?  
Para servir o homem?  
Para criar Deus?  
Sabe Deus do homem?

E sabe o demônio?  
Como quer o homem  
ser destino, fonte?

Que milagre é o homem?  
Que sonho, que sombra?  
Mas existe o homem?

*(A vida passada a limpo, 1959)*

**LL: A ideia de som ou o som em si: algo que é notável nos seus poemas é o domínio do som das palavras. Poemas metalinguísticos, variações a partir de temas populares ou problemas populares, desvios de ditados, reinvenção sobre invenções anônimas. De repente, seu rosto emerge destas práticas de dar corpo ao som, deixando que ele transporte o sentido sem, por isso, entregar-se à música. Seria essa oscilação o seu front e fronteira nos domínios da palavra?**

**RA:** Essa pergunta que me faz, Eduardo caríssimo, só podia vir de você, que sabe o quanto das formulações de Paul Valéry corre na minha “veia poética”. Sinto-me, de fato, bastante ligado à ideia da poesia como uma “permanente hesitação entre som e sentido”, como a definiu o grande poeta-pensador francês. O poema, por seu turno, eu vejo e ouço como um recorte do pensamento. Recorte visual e sonoro, a um só tempo. Recorte, mais que do pensamento, do pensar, que é aberto, não-linear, inconcluso e permeável a sempre novos possíveis rearranjos. Permito-me, no entanto, discordar do amigo quanto à dupla condição, de “front e fronteira”, que essa “oscilação” representaria para mim, enquanto poeta. Nada de “front”, nada de “fronteira”, como aprendi com outro gigante da poesia, Derek Walcott, natural da ilha caribenha de Santa Lúcia: “I had no nation now but the imagination” (“Agora não tinha nação, apenas a imaginação”).

**LL:** Aliás, a menção a Walcott nos ajuda a seguir por geografias pouco exploradas nas epistemologias e sensibilidades em língua portuguesa: referimo-nos ao Caribe. Sua voz, seus gestos ecoam Walcott, mas também Nicolás Guillén. *Sóngoro Cosongo*, por exemplo, evoca ritmos que não são desconhecidos de sua performance, sobretudo em “boca também toca tambor”, fórmula impecável para fazer um grande concerto. Há também nos estudos culturais Homi Bhabha, que sugere essa reescritura da nação através do conceito de *DissemiNation*, explorando dinâmicas de tempo, de narrativa e de margens da nação moderna. No entanto, pensamos ainda no livro de Dénètem Touam Bona, *Cosmopoéticas do refúgio*. A partir do que você definiu na resposta anterior em relação a Derek Walcott (“I had no nation now but the imagination”), podemos afirmar forças ou linhas de disseminação no pensamento poético de Ricardo Aleixo destas vozes caribenhas?

**RA:** Sim, você está corretíssimo, Eduardo. O que faço, desde a década de 1990, é fortemente tocado pelo modo como inúmeros poetas de diversos contextos (e não só os do Caribe) e épocas tentam tensionar as línguas em que escrevem: um Aimé Césaire, um René Depestre, um Édouard Glissant, um Wole Soyinka, um Amiri Baraka, os já citados Walcott e Guillén, e mesmo um prosador como Patrick Chamoiseau, me levam a ver e ouvir o português como uma língua poética ainda passível de muitas e muitas transformações, em termos principalmente de exploração da camada fônica dos poemas e da sintaxe. Em 2012, estive na Alemanha para participar de um projeto muito interessante, *Contrabando de versos*, que fazia parte do Festival de Poesia de Berlim, sempre reunindo poetas de dois países. Para aquela edição do evento, os países escolhidos foram a Alemanha e o Brasil. Seis poetas de lá e seis daqui, a formar duplas para se traduzir mutuamente. Tive sorte, porque me escalaram para trabalhar com Barbara Köhler, uma poeta extraordinária, nascida um ano antes de mim, que morreu em janeiro último. A encantadora senhora Köhler e eu tínhamos em comum a vinculação às correntes experimentais da poesia contemporânea, o que nos permitiu – com a mediação do poeta e tradutor Timo Berger – sondar múltiplas possibilidades de tradução dos nossos textos. A barreira linguística não nos impediu de firmar uma boa camaradagem durante as sessões de trabalho e no caminho entre o hotel em que eu estava hospedado e a sede do Festival. Certa vez, em meio a uma animada prosa que misturava alemão, inglês, espanhol, português de Portugal e do Brasil, e até alguns trechos em “mineirês arcaico”, além de muita mímica, Barbara me perguntou, à queima-roupa, em meio aos risos que não contínhamos, se a língua que eu falo e na qual escrevo é, de fato, ainda, o idioma oficial do meu país – ou de qualquer outro país.

Ela acertou na mosca. Escrevo numa língua que só existe na minha imaginação. Essa “língua” tem sido, já há mais de 4 décadas, a minha “linha de fuga”, para citar o meu amigo Dènétem Touam Bona.



### imagem 2

Ricardo Aleixo com Timo Berger e Barbara Köhler (Berlim, 2012).  
Fotografia de Ricardo Domeneck.

**LL:** A imagem do contrabando de versos é preciosa para esta conversa com tudo o que o termo “contrabando” pode trazer, pois você, Ricardo, desvela uma dimensão afetiva da língua a ponto de torná-la indiscernível da sua posição de sujeito. Ora, daí vem uma surpresa: quanto mais esta língua é singular, mais ela é capaz de se ampliar, a ponto de se tornar coletiva. Talvez tenha a ver com o fato mencionado acima sobre inventar contextos comuns. Ainda na sua resposta, gostaríamos de saber, caro Ricardo, a sua noção de biblioteca. Pelos autores mencionados (Touam Bona, Chamoiseau, Baraka, Césaire, Glissant), você parece também contrabandear uma biblioteca. Há algo que pode ser imaginado nesse sentido?

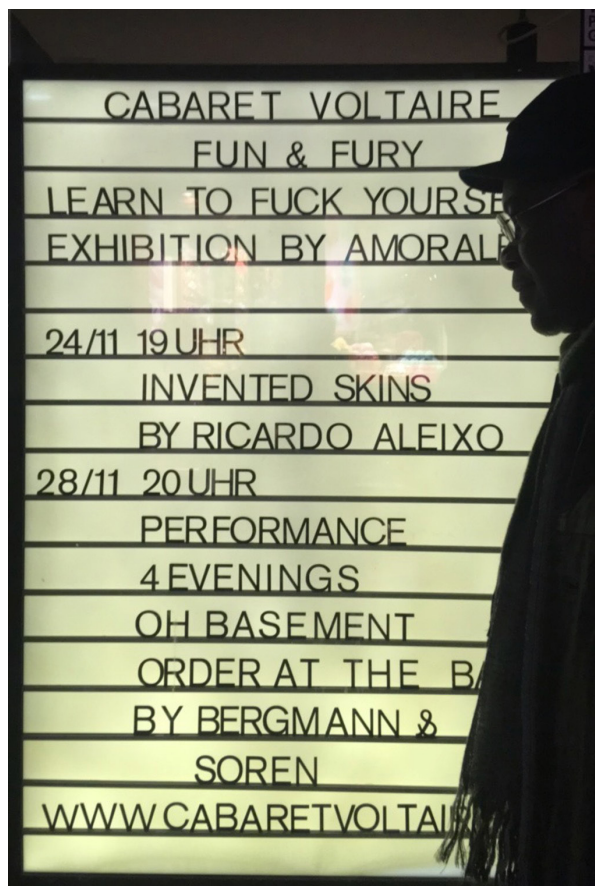
**RA:** Minha noção de biblioteca veio se formando muito lentamente, tão logo minha única irmã, Fátima, entrou para o curso de Letras da UFMG, e começou a comprar livros para ela e para mim, livros que nossos pais também liam, quando se sentiam atraídos pelo tema. Era, de início, uma

pequeníssima biblioteca, e pode ser que eu exagere ao definir aquelas poucas dezenas de livros como biblioteca. Até então, tínhamos em casa apenas livros esparsos, que líamos repetidas vezes, alternando-os com volumes eventualmente emprestados por colegas de escola. O número de livros cresceu consideravelmente depois que passei a trabalhar como colunista do extinto *Jornal de Opinião*, um semanário católico que circulava apenas em Belo Horizonte. Eu assinava as colunas de livros e discos. Além de poder adquirir meus próprios livros, com a parca remuneração paga pelo jornal, eu ainda tinha o direito de levar para casa os volumes enviados pelas editoras para serem resenhados. Vem dessa época a minha fama de crítico rigoroso e pouco complacente (risos). Li de tudo, fiz questão de chegar até o fim de um livro mesmo quando intuía, mal iniciada a leitura, que se tratava de um livro muito ruim. Mas você quer saber da minha noção de biblioteca, não é? Lamento se decepção o amigo, mas não tenho uma. Tenho, sim, alguns critérios para comprar livros e para guardá-los comigo pela vida afora, junto com os que ganho, e que não são poucos. Muito me alegra andar pela casa e topar com livros em praticamente todos os cômodos, tirante a cozinha. Volta e meia eu passo alguns para a frente, para evitar que ultrapassem a marca dos 5 mil exemplares, mas qual! Compro muito livros, e a cada semana o carteiro me traz um não se acabar de títulos, que vou lendo cada vez mais devagar, devido a uma cirurgia de glaucoma bastante invasiva que fiz recentemente. É bem possível que eu me torne, já, um daqueles tipos que, tão logo começam a envelhecer, têm maior gosto em reler obras antigas do que conhecer coisas novas. Anda não sei.

**LL: Da biblioteca podemos passar à discoteca, se é que existe esta distinção no seu espaço doméstico. Pode-se imaginar o seu atelier, seu espaço da casa, uma intercomunicabilidade entre esses espaços. Nesse sentido, já que você mencionou Louis Armstrong, Ray Charles e Frank Sinatra, o que não poderia faltar para o Ricardo Aleixo, para as e os leitores de Ricardo Aleixo, dado que existe uma noção de discoteca nos seus livros de poemas. Você poderia indicar alguns discos às leitoras e aos leitores da *Língua-lugar*?**

**RA:** Em lugar de mencionar “o que não poderia faltar” na minha discoteca, permita-me citar alguns dos discos que mais tenho escutado desde o início do isolamento social, no ano passado, na expectativa de que interessem a quem lê esta nossa conversa por escrito: de John Coltrane, *A love supreme*, em primeiro lugar (sem deixar de ouvir muito todos os outros que esse gigante da música nos deixou); de Herbie Hancock, o esplêndido *The prisoner*, de 1969; o maravilhoso *Obatalá – uma homenagem a*

*Mãe Carmem*, de que participam grandes artistas nossos como Gilberto Gil, Gal Costa, Mateus Aleluia; da cantora e minha amiga Fabiana Cozza, ouvi já não sei quantas vezes o belíssimo *Dos santos*; também ouvi e ouço muito, ainda hoje, o muito bonito álbum da cantora Luedji Luna, *Bom mesmo é estar debaixo d'água*. Tenho me deliciado com muitos outros álbuns (quase me esqueço de mencionar o encantamento que me provocou o primeiro contato, em 2020, com a música minimalista do pianista e compositor estadunidense Julius Eastman, que integrou uma das formações do grupo de Meredith Monk – ele morreu em 1990) mas esses que citei são demasiado especiais para mim. Por fim, mas não por último, vivi a alegria de vir consolidando a parceria artística com outro amigo querido, o compositor, instrumentista e luthier Marco Scarassatti, que conhece como poucos a obra e o pensamento do “bruxo suíço-baiano” Walter Smetak. Junto com o prazer de fazer música com o Marco, venho escutando tudo o que ele gravou e disponibilizou na web. A quem ainda não conhece esse extraordinário artista, sugiro que procurem ouvir tudo dele.



### imagem 3

Ricardo Aleixo em apresentação no Cabaret Voltaire, em Zurique (24.11.2017). Fotografia de Eduardo Jorge de Oliveira.



**LL:** É uma bela surpresa ouvir o nome de Walter Smetak, e talvez esta conversa que se registra entre Genebra e Zurique possa ser um bom mote para trazê-lo de volta às terras helvéticas, dado que aparentemente ele é pouco conhecido do lado de cá. Isso traz também as suas conexões com a Suíça que, se mencionarmos brevemente, temos o Cabaret Voltaire, onde você se apresentou duas vezes com a casa cheia, o espírito Dada, o já mencionado Walter Smetak, mas também Paul Zumthor, um dos grandes nomes das poéticas vocais. Seria possível comentar esta teia de autores, movimentos e artistas?

**RA:** Surpresa foi o que eu senti, em 2017, quando estive pela primeira vez na Suíça. Foi aí, deambulando pelas muito lindas e muito limpas ruas de Zurique, que eu me dei conta da importância da Suíça no meu projeto artístico e intelectual. Tudo começou no final da adolescência, quando tive um primeiro contato, ainda bem superficial, com a obra de Walter Smetak. Para ser honesto, esse contato se deu com algumas notícias sobre um músico, compositor e luthier que, nascido na Suíça, fez da Bahia o seu grande laboratório criativo. Suas “plásticas sonoras”, cujos timbres eu só ouviria anos mais tarde, me ajudaram a definir o caminho artístico que eu queria trilhar, já desde o começo – o das trocas intersignificas. Naqueles anos de buscas sem método, mas com o fervor que só se tem quando se é bastante jovem, conheci a obra de Mira Schendel, radicada em São Paulo, que me fascinou pela exploração bastante livre e inventiva do espaço e com a fisicalidade do signo e dos suportes das suas obras. Max Bill, graças aos concretos, também me chegou por essa época. Depois veio Paul Zumthor: a leitura de seu *A letra e a voz* foi fundamental para que eu me tornasse um pesquisador das poéticas da voz. Curiosamente, foi devido ao interesse por esse grande responsável por nos sentirmos, hoje, contemporâneos dos poetas de todos os tempos passados, que conheci o arquiteto Peter Zumthor (até onde sei, ele e Paul não são parentes), que reputo como um notável pensador de sua área de atuação – baste a lembrança de sua excelente coletânea de artigos, *Pensar a arquitetura*. Deixei Dada para o fim porque esse movimento de caráter transnacional e transartístico me afetou, creio que para sempre, da mesma forma como eu havia sido afetado, ainda muito moço, pela poesia concreta, especialmente pela obra de Augusto de Campos. Tanto quanto eu jamais poderia supor que um dia me tornaria amigo de Augusto, nunca me passou pela cabeça performar em pleno “antro dadaísta”, o Cabaret Voltaire, em dois anos consecutivos, 2017 e 2018. Junto com o legado estético-cultural das culturas africanas reprocessadas no Brasil e em outras partes do mundo, a poesia concreta e Dada, como você sabe, formam a base de investigação a partir da qual eu estabeleço o

meu projeto criativo. Inclusive quero lhe contar que trabalho atualmente na elaboração de uma obra intermídia que terá como ponto de partida os poemas sonoros, as máscaras e performances dadaístas – que, como é sabido, não negam a influência que os artistas do grupo sofreram da arte africana pilhada nas antigas colônias e exibidas nos museus etnográficos da Europa, na segunda metade do século XIX. Ainda me encontro na fase inicial de estudos e de prospecção de possibilidades de realizar o projeto fora do Brasil, tão logo seja possível voltar a viajar pelo mundo.



**LL:** Um dos pontos incontornáveis da sua vida-obra é a alegria. Creio que começamos por ela, nesta ênfase dada à primeira resposta. A alegria é um dos temas frequentes de nossas conversas, inclusive no que ela tem de álcere. Como ela pode nos mobilizar para aquém e além de todos os clichês que ela pode nos trazer?

**RA:** Alegria é um tipo raro de força que nos toma sempre que ignoramos o medo de ser o que somos – e efetivamente vivemos. A alegria – quase posso vê-la, tamanha é a importância que ela tem na minha vida. Você sabe: refiro-me a um modo de ser e estar no mundo, sempre receptivo a tudo que rescende a alegria. Que, diga-se, não é para mim um estado que se confunde com a euforia, tão associada ao jeito de ser do típico

#### imagem 4

(*Pulsar*, Augusto de Campos, 1975/1985)  
Intérprete: Caetano Veloso  
Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Hlgkz-g-ukc>

#### imagem 5

(*Rondó da ronda noturna*, 2012)  
Disponível em <https://soundcloud.com/recibo33/ricardoaleixo4>

brasileiro. Não sou nada expansivo, e deve ser por isso que as pessoas se surpreendem quando ouvem falar que eu sou um sujeito alegre. Se surpreenderiam talvez ainda mais se viessem a saber que reconheço a minha alegria como fruto de um senso de radical pertença ao mundo, a esse mesmo mundo em que campeiam o dinheiro, o poder e a indústria da morte. Sofro com tudo o que nos avilta e secundariza e maltrata e mata sem dó nem piedade. Quando sinto que já estou sem forças para lidar com o horror do mundo, eis que surge aquela imagem que só um poeta do tamanho de um Haroldo de Campos poderia nos oferecer: “do alto da alegria vem bárbara fernandes aliás baby babynha vem dançando de ubarana amaralina alegria a dança de iansã que protege das trovoadas e se desnalga e se desgarupa ou a santa nela minha mãe coroada de um diadema de brilhos e a pequena espada no braço colado ao corpo quase roçando por você rente rente ao ritmo de couros e agogôs no terreiro fechado de calor e suor onde tudo não parece caber mas cabe”. Nesse fragmento das *Galáxias*, Haroldo consegue a proeza de presentificar a alegria, fazendo com que ela se distribua como uma força vinda do alto de si mesma até o chão onde a vida acontece em forma de rito. A alegria, como a (quase) vejo é bem isto: aquilo que, sendo algo bom, “parece não caber mas cabe”, vem como se sempre tivesse estado por aí, e ao partir é como se jamais tivesse existido. Voltará outras vezes, mas sempre sem avisar. Quem acredita nela que se coloque em estado de máxima atenção para não a perder de vista quando ela vier de novo.



# **Notas biográficas**

**Alberto Duarte Carvalho**

Professor Catedrático da Universidade de Lisboa/FLUL, aposentado em 2007. Foi docente nas áreas de Poética (Teoria literária, Semiótica literária, Métodos de análise e leitura literária, Metodologias de Investigação) e de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, com especialização no domínio da Cultura e Literatura Cabo-Verdianas e de Literatura de Viagens. Convidado por instituições universitárias de diversos países europeus e africanos, Brasil e, nomeadamente, Cabo Verde, país com o qual mantém uma continuada relação de trabalho há várias décadas. Investigador do Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa, área “Atlantic Studies / Cultural Encounters and Intersecting Societies” e da Cátedra Eugénio Tavares, da Universidade de Cabo Verde, interessando-se por investigação teórica e ensaística em Historiografia, Cultura e Literatura Cabo-Verdianas, Literatura de Viagens e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.

Página na Internet: url: [www.literatura-no-sitio.pt](http://www.literatura-no-sitio.pt)

---

**Ana Maria Martinho**

Ana Maria Martinho é Professora Associada na Universidade Nova de Lisboa, Membro da Comissão Executiva do Departamento de Estudos Portugueses, Investigadora Integrada do CHAM – Centro de Humanidades (onde coordena a Linha Temática e o Seminário Permanente em Estudos Africanos) e Investigadora Associada do CREPAL. Tem experiência de investigação e docência universitária em Portugal (além da Universidade Nova, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica) e no estrangeiro (nomeadamente nos Estados Unidos, Reino Unido, França e Angola). Integra as Cátedras de Língua Portuguesa das Universidades de Cabo Verde e Católica de Angola. Coordena um Curso de Mestrado na FCSH, é responsável por Seminários e Cursos em todos os níveis de docência e orienta teses académicas e projetos de investigação avançada em Portugal e no estrangeiro. Faz parte das Comissões Científicas e Editoriais de eventos científicos, Revistas Académicas e Unidades de Investigação. A sua obra centra-se nas Literaturas e Culturas em Língua Portuguesa. Destacam-se títulos como *Cânones Literários e Educação: os Casos Angolano e Moçambicano*; *The Protean Web: Literature and Ethnography in Lusophone Africa*; *Seminário Permanente em Estudos Africanos*. Refiram-se entre os ensaios trabalhos sobre Teoria e Crítica e autores como António Jacinto, Suleiman Cassamo, Ruy Duarte de Carvalho, Orlanda Amarílis, Pe. António Vieira, João Rui de Sousa, os autores da Mensagem da CEI. Tem-se dedicado desde o início da sua carreira à divulgação das Literaturas em Língua Portuguesa e a cooperação académica internacional, também no âmbito do Português como Língua não Materna.

---

**André Masseno**

André Masseno é doutor em Literatura em Língua Portuguesa pela Universidade de Zurique. É professor de português na Universidade de St. Gallen. Mestre e especialista em Literatura Brasileira pela UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Foi organizador das publicações *Bioescritas/Biopoéticas: pensamentos em trânsito* (2018, com Daniele Ribeiro Fortuna e Marcelo dos Santos),

*Bioescritas/Biopoéticas: corpo, memória, arquivos* (2017, com Ana Chiara et al), *Filosofia e cultura brasileira* (2012) e *Para ouvir uma canção: ciclo de conferências sobre a canção popular brasileira* (2011, com Tiago Barros).

---

### Danilo Bueno

Danilo Bueno é Doutor e Mestre em Letras pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Interessa-se, principalmente, pela pesquisa de poesia portuguesa e brasileira dos séculos XX e XXI. Coordenou cursos livres de literatura e oficinas de criação poética no Centro Cultural São Paulo (CCSP), no Espaço Haroldo de Campos de Poesia e no SESC-SP. Integrou o grupo de estudos NELLPE - Núcleo de Estudos das Literaturas de Língua Portuguesa e Ética.

---

### Eduardo Jorge de Oliveira

Eduardo Jorge de Oliveira é professor assistente de Literatura Brasileira no Departamento de Estudos Românticos da Universidade de Zurique. Ele é o autor de *A invenção de uma pele: Nuno Ramos em obras* (Iluminuras, 2018) e *Signo, Sigilo: Mira Schendel e a escrita da vivência imediata* (Lumme Editor, 2019).

---

### Maria Inácia Rezola

Maria Inácia Rezola. Investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea (IHC-FCSH/UNL) e professora Adjunta da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, é doutorada em História Institucional e Política Contemporânea (FCSH/UNL). Da sua produção bibliográfica destacam-se os livros *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)* (2006); *25 de Abril – Mitos de uma Revolução* (2007); *Melo Antunes, uma biografia política* (2012); *Democracia, Ditadura, Memória e Justiça Política* (com I. F. Pimentel, 2014); *Dicionário de História de Portugal – o 25 de Abril. 8 Vols.* (com A. Reis e P. B. Santos, 2016-2018). Os seus interesses de investigação incluem autoritarismo; mudança política; democratização e justiça de transição; relações igreja-estado; história dos media; media e memória.

<https://www.cienciavitaet.pt/pt/1A16-2CD1-C083>

<https://orcid.org/0000-0002-2102-0479>

---

### Nazaré Torrão

Nazaré Torrão é doutorada em Literatura Comparada pela Universidade de Genebra, onde é responsável pela unidade de português desde 2012 e diretora do CEL (Centre d'Études Lusophones) desde 2017. Leciona língua e literaturas em português na mesma universidade desde 1995. A sua pesquisa centra-se nas literaturas contemporâneas portuguesa, moçambicana e angolana. Desenvolve investigação sobre as questões da representação literária da identidade nacional e do devir histórico, sobre as poéticas do espaço e das migrações e sobre questões de género.

**Patrícia Lino**

Patrícia Lino (1990) é poeta, ensaísta e professora universitária. Ensina, como Professora Auxiliar, literaturas e cinema luso-brasileiros na UCLA e publicou, até à data, *O Kit de sobrevivência do descobridor português no mundo anticolonial* (2020), *Não é isto um livro* (2020) e *Manoel de Barros e a Poesia Cínica* (2019). Dirigiu recentemente *DAEDALUS 22/1* (BRA 2021), *Anticorpo. Uma paródia do império risível* (EUA-POR 2019) e *Vibrant Hands* (EUA-POR 2019). Lançou também o álbum de poesia mixada *I Who Cannot Sing* (2020). Apresentou, publicou e expôs ainda ensaios, poemas e ilustrações em mais de sete países. A sua investigação centra-se na poesia contemporânea, culturas visual e audiovisual, paródia, anticolonialismo e cinema luso-brasileiro. É membro integrado do UCLA Latin American Institute, colaboradora do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa e co-editora da revista brasileira de poesia e crítica escamandro. <http://patricialino.com>.

---

**Pedro Cardim**

Pedro Cardim (Lisboa, 1967) é professor associado do Departamento de História da Universidade Nova de Lisboa e investigador do CHAM - Centro de Humanidades da mesma universidade. Dedica a sua investigação à história ibérica dos séculos XVI a XVIII, bem como à colonização da América pelos portugueses e espanhóis.

---

**Ricardo Aleixo**

Ricardo Aleixo é artista-pesquisador intermídia, ensaísta e editor. Suas obras mesclam poesia, artes visuais, vídeo, dança, performance, música e design sonoro. Tem 14 livros publicados. O mais recente, *Palavrear* (Todavia, 2018), voltado para o público infanto-juvenil, atingiu a marca de 48.000 exemplares vendidos. Já se apresentou nos seguintes países: Alemanha, Argentina, Portugal, México, Espanha, França, EUA e Suíça. Desenvolve seus projetos de pesquisa, criação e formação no LIRA/Laboratório Interartes Ricardo Aleixo, situado no bairro Campo Alegre, periferia de Belo Horizonte. O mesmo espaço abriga a loja onde são comercializados os seus livros, cartazes, poemisetas e outros produtos.

---

**Victoria Béguelin-Argimón**

Doutora em Letras, Victoria Béguelin-Argimón é *Maître d'enseignement et de recherche* na Universidade de Lausanne. A sua investigação centra-se na didáctica do espanhol como língua estrangeira (ELE), na análise do discurso e nas narrativas de viagens castelhanas desde a Idade Média até ao século XVII, temas sobre os quais publicou numerosos artigos. É a autora do livro *La geografía en los relatos de viajes castellanos del ocaso de la Edad Media. Análisis del discurso y léxico*; editora do dossier "Espanoles en Asia Oriental (siglos XVI-XVII): contextos, textos, gramáticas y vocabularios" e co-editora dos livros *Sobre tablas y entre bastidores. Acercamientos al teatro español* (eds. Béguelin, V. / de La Torre, M. / Eberenz, R.), *En pos de la palabra viva: huellas de la oralidad en textos antiguos* (eds. Béguelin, V. / Cordone, G. / de La Torre, M.) e *Manifestaciones intermediales de la literatura hispánica en el siglo XXI* (eds. Béguelin, V. / Cordone, G.).









